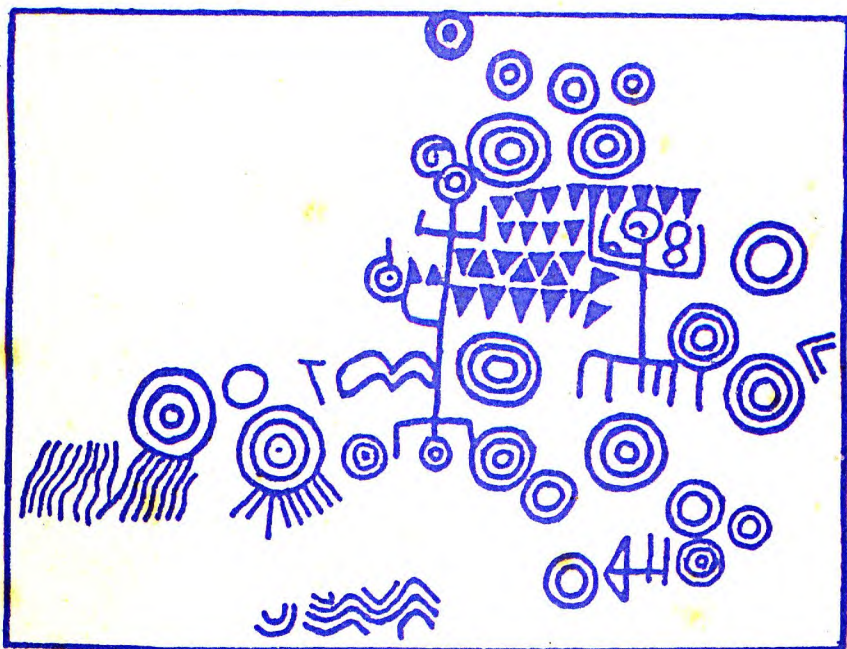


REVISTA  
CATARINENSE  
DE

# HISTÓRIA



ÓRGÃO DO NÚCLEO REGIONAL DE SANTA CATARINA  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA  
ANPUH - SC

ANO I

MAIO DE 1990

N.º 1

REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA  
Órgão do Núcleo Regional de Santa Catarina  
Associação Nacional dos Professores Universitários de História  
ANPUH-SC

— JANEIRO 1990 —  
— MARÇO 1990 —  
— MAIO 1990 —

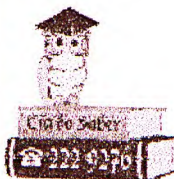
REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA



**Livrarias  
Catarinense**

**LIVRARIA AÇORES LTDA**  
FONES: (0482) 23-6766 • 23-6165  
LOJAS:  
R. Cons. Mafra, 47  
R. Deodoro, 23  
Terminal Rita Maria  
CEP 88.010 Florianópolis - SC

SEBO



Fernando Machado,  
n 140 - Sala 02

ANPUH-SC

na Gráfica Universitária  
Universidade Federal de Santa Catarina

MAIO DE 1990

REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA - Florianópolis, ANPUH

Nº 1, maio de 1990

Diretoria do Núcleo Regional de Santa Catarina da ANPUH  
(Associação Nacional dos Professores Universitários de História)

Diretora: Rosângela Miranda Chereim

Vice-Diretora: Iara Andrade Costa

1º Tesoureiro: Paulo Pinheiro Machado

2º Tesoureiro: Arante José Monteiro Filho

1º Secretário: Carmem Aidê Hermes da Silva

2º Secretário: Maria Teresa Santos Cunha

#### CONSELHO EDITORIAL

Cynthia Machado Campos

Evaristo Kiatowski

Maria de Fátima Sabino Dias

Henrique Luiz Pereira Oliveira

## SUMÁRIO

- Apresentação. . . . .	05
- Notas para o estudo da farra-do-boi . . . . . Valmir Martins e Mauro José Machado	06
- Administração da verdade e governo de si. . . . . Henrique Luiz Pereira Oliveira	12
- A produção da intimidade. . . . . Hermetes Reis de Araújo	20
- Estratégias de dominação nos anos 30 - Estado e movimentos sociais . . . . . Cynthia Machado Campos	30
- 1964: golpe militar ou empresarial ? . . . . . Jaci Guilherme Vieira	39
- Uma abordagem sobre as alforrias no jornais de Desterro de 1884 à 1888. . . . . Rosângela Miranda Chereim	45
- Vadios, desertores e criminosos no povoamento da vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens . . . . . Elio Cantalicio Serpa	53
- Sobre o ensino de pré-história. . . . . Alexis Acauan Borloz	61
- A caminho do resgate da totalidade do conhecimento. . . . . Mário Cesar Brinhosa	89
- Festas, civismo e memória da República. . . . . Jaime de Almeida	93

## RESENHA

- A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville. . . . . Raquel S. Thiago	102
--	-----

REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA - Florianópolis, ANPUH  
Nº 1, maio de 1990

Correspondência: ANPUH-SC - Departamento de História - CCH  
UFSC - Campus Universitário - Trindade  
Florianópolis - SC - CEP. 88.040

Distribuição gratuita para o sócios da ANPUH

Tiragem: 700 exemplares

Capa: Petroglifo da Ilha dos Corais, copiado pelo Pe. João  
Alfredo Rohr, S.J.

Composição: Agnelo Neves Arruda

Copyright by ANPUH-SC

A Revista Catarinense de História é uma publicação do Núcleo  
Regional de Santa Catarina da Associação Nacional dos Professores  
Universitários de História.

## APRESENTAÇÃO

Com esta publicação concretiza-se uma antiga idéia de criar um espaço destinado a produzir encontros entre pessoas preocupadas em divulgar experiências pertinentes ao ensino e pesquisa na área de História. Este número se constitui mais como o primeiro encontro do que propriamente na execução de um projeto temático comum. Evita-se aqui uma postura homogênea diante do conhecimento histórico para fazer emergir algumas investigações sobre a forma como diferentes versões foram construídas.

Tal exercício nos leva não somente a tomar a história como uma literatura engajada, mas desconfiar do seu próprio dizer, investigando não só o processo que produziu aquilo a que o discurso remete, mas também o processo de produção de um determinado discurso.

Enuncia-se aqui uma reflexão acerca da verdade: a narrativa do historiador ainda ambiciona o lugar da verdade? Dizer da outra face da verdade, dizer da verdade não dita, será esta a missão daquele que exerce o ofício de historiador com os olhos e ouvidos no tempo dos que recebem sua fala? Mais do que a tarefa de dizer a verdade, cabe ao historiador o empreendimento de investigar os modos de produção das verdades: muito mais do que esgotar os fatos sobre os grandes temas da historiografia, investigar os processos de edificação destes blocos sagrados de eventos. Uma história das coisas que aconteceram, mas também uma história dos modos de construir as coisas que aconteceram.

Eis aí o nosso esforço para fazer emergir o caráter político dos acontecimentos e das suas interpretações.

Fica a disposição o espaço da Revista que ora lançamos: que ele possa estimular os interessados a diversificar a produção de textos históricos, romper o silêncio dos pensadores solitários e corroer o medo dos que tem receio de dizer ...

Conselho Editorial



## NOTAS PARA O ESTUDO DA FARRA-DO-BOI(1)

Valmir Martins\*

Mauro José Machado\*\*

Nos últimos quinze anos a Farra-do-Boi, em Ganchos(2), tem passado por um processo de transformação significativo. A cada ano que passa, esta evolução dá-se tanto no sentido de resguardar mais o animal de possíveis violências e mutilações como na direção de aumentar o número de animais adquiridos. O próprio calendário da Farra e o ritual transfiguram-se.

No presente trabalho, pretendemos relatar as mudanças ocorridas na Farra e buscar entender o seu significado mais imediato.

### 1. A PRESERVAÇÃO DOS ANIMAIS

Num passado não muito distante, há mais ou menos quinze ou vinte anos, as dificuldades para se adquirir um número significativo de bois eram muito grandes. Problemas de comunicações, de transportes e financeiros, constituíram-se em barreiras à ampliação da Farra. Assim, comprava-se poucos animais (dois a quatro), que eram sacrificados, no caso da Semana Santa, no sábado, depois das onze horas da manhã. Morto o animal, procedia-se à divisão proporcional da carne entre os sócios(3) e muitas vezes ainda, fazia-se um churrasco para a coletividade.

Na verdade, por isso mesmo, por fim o animal ia ser sacrificado e não trocado por outro, por isso, os cuidados para que o boi não fosse machucado eram bem menores.

Hoje, dado o desenvolvimento das comunicações, dos transportes e de maior disponibilidade de recursos financeiros,

---

\* Professor do Departamento de História da UFSC.

\*\* Farrista e estudante do Curso de Geografia da UFSC.

1 "Farra-do-Boi" - Festa tradicional desenvolvida pela população açoriana no litoral de Santa Catarina.

2 Ganchos - Denominação tradicional do atual município de Governador Celso Ramos. Situado entre os municípios de Biguaçu e Tijucas. No litoral do município a população açoriana desenvolve a pesca artesanal.

3 "sócios" - "sócio-do-boi" - pessoas que contribuem com dinheiro para comprar o boi que vai ser objeto da "farra".



adquire-se um maior número de animais e o boi ao primeiro sinal de esgotamento, é "posto de lado" para ser trocado por outro em melhores condições. Assim, cuida-se do animal, tanto na hora do embarque como na hora da "soltura"(4) e durante todo o tempo em que o boi é o centro de todas as atenções. Um "boi inteiro" tem sempre um valor maior de troca.

## 2. A QUANTIDADE DE BOIS "SOLTOS"(5)

O número de animais soltos durante a Semana Santa, muito especialmente, vem aumentando significativamente devido às facilidades que apontamos acima, apesar da intensa repressão que o Estado, suas instituições e organizações da "sociedade civil", desencadeiam contra esta manifestação cultural. Em 1988, apesar do intenso policiamento, das proibições, da manipulação da imprensa, fazendo ostensiva campanha condenatória à Farra-do-Boi, inclusive caluniando a sua prática, bem como do "coro contra" que fizeram organizações da "sociedade civil" e políticos, foram soltos cerca de trinta bois.

Na Semana Santa de 1989, apesar do fenômeno da repressão à Farra persistir, foram soltos cerca de cinquenta animais, sem contar com aqueles que a Prefeitura soltou no "mangueirão"(6).

Ganchos, atualmente, constitui-se numa espécie de "território livre da Farra-do-Boi"; por isso mesmo, além do crescente número de animais "soltos", a cada ano que passa, aumenta também o número de "Farristas"(7), inclusive os que vêm de outras localidades. É comum na Semana Santa, encontrar-se em Ganchos, Farristas vindo de Florianópolis e da circunvizinhança do município. Estes, em geral, são Farristas descendentes de açorianos, que devido a intensa repressão e por falta de espaço em suas localidades dado ao avanço da especulação imobiliária e o crescente processo de urbanização, já não podem praticar a Farra-do-

---

4 "soltura" - momento em que o boi é solto do caminhão em que está sendo transportado.

5 "soltos" - bois que são comprados e objeto da "Farra".

6 "Mangueirão" - local cercado de madeira, bambu, ou arame, onde o boi pode ser solto sem que o governo reprima. Em Ganchos, o atual Prefeito Municipal, seguindo orientação do Governo do Estado, construiu um "Mangueirão" e comprou bois para soltá-los. A política do Governo do Estado estimulando a brincadeira no "Mangueirão", na verdade, tenta liquidar com a "Farra-do-Boi", transformando-a em "tourada".

7 "Farrista" - os que participam sistematicamente e intensivamente da "Farra-do-Boi".

-Boi como no passado. Assim, hoje é muito comun a união de Far-ristas de outras localidades com os "Gancheiros", inclusive como "sócios do boi" para praticar e garantir esta manifestação cultural. Na verdade, trata-se de uma união espontânea para resistir e garantir a "Farra".

### 3. O CALENDÁRIO

Pouca gente conhece de fato o calendário da Farra-do-Boi. Passou-se a idéia de que a Farra-do-Boi é praticada no final do ano - época natalina - e na "Semana Santa", e assim, a idéia passou a ser verdade. De fato, em algumas localidades, como é o caso do Retiro da Lagoa(8), geralmente a Farra acontece no final do ano e na "Semana Santa". Este não é o caso de Ganchos. Lá, pratica-se a Farra durante todo o ano. Basta uma mudança de tempo, o "claro"(9), a "parada da sardinha"(10) ou "a do camarão"(11), para que a turma se reúna e comece uma "lista"(12) de "sócios do boi". Logo os recursos financeiros estão garantidos e já começa mais uma Farra-do-Boi.

Contudo, é na Semana Santa que ela ganha maior dimensão.

### 4. O RITUAL

São nove horas da manhã, as portas do Bar do Manoel em "Ganchos-de-Fora", já estão abertas, e o pessoal começa a chegar. A conversa é aquela de pescador. O "escuro" foi bom. A safra foi boa. "Deu prá safá". Aquele peixe grande que fugiu. A tempestade com ondas de "não sei quantos metros". A bagunça na "Zona". Cada um tem uma estória para contar. Tudo isso com muita cerveja, cana, caipirinha, samba, etc. A Farra-do-Boi está começando. Logo uma lista de "sócios do boi" começa a circular, e, em menos de duas horas já se tem o dinheiro "apurado" para comprar, às vezes, até dois bois.

"Ganchos-de-Fora" já está transformado. O clima é de grande festa, e todos estão preparados. O "Bar-da-Praia" tem uma cerca de

- 
- 8 "Retiro da Lagoa" - lugar que fica na parte final da Avenida das Rendeiras na Lagoa da Conceição.
  - 9 "claro" - época de lua cheia. Imprópria para a pesca, especialmente para a captura de cardumes.
  - 10 "parada da sardinha" - época em que é proibido pescar sardinha, para permitir a sua reprodução.
  - 11 "parada do camarão" - época em que é proibida a pesca do camarão, para permitir que se reproduzam.
  - 12 "lista" - pedaço de papel onde anota-se o nome dos sócios-do-boi, e a quantia arrecadada.

bambu na frente, para que o boi não entre. Relembra-se outras "Farras". Aquele boi brabo e o farrista que sempre ousou enfrentá-lo. Os braços quebrados, enfim, a "varia"(13) que o boi fez. Foi um "saragasso"(14) só.

Levantado o dinheiro, começa a segunda etapa. Quatro, cinco, e às vezes até mais, carros abarrotados começam um verdadeiro "rallye" pelo interior dos municípios próximos, de fazenda em fazenda, de "buteco em buteco", na procura do boi. Em cada bar que se para é mais uma rodada de cerveja. Não tem almoço. É sardinha com farinha, ligüiça com farinha, com pão, bolacha, enfim, o que tiver. Quando dá sorte, logo na primeira fazenda, o animal desejado e temido é encontrado.

O boi já está na mangueira esperando os farristas. Neste instante os farristas "testam"(15) o boi. Querem saber se o boi é brabo ou não. No final do teste vem a decisão do grupo. Vamos levar esse. Neste instante é que se discute o preço com o dono da fazenda. Se o boi for realmente violento, geralmente o preço não importa muito. A alegria do grupo é geral. O negócio é feito, e à tarde já está avançada. É hora de retornar para "Ganchos-de-Fora".

Qualquer buzina de moto ou de algum carro, desperta a atenção dos que ficaram em "Ganchos-de-Fora". Cria-se uma grande expectativa na localidade que está totalmente transformada. A rotina está sendo superada e novas regras começam a valer, como se verá adiante. A buzina está denunciando a chegada do boi. A euforia toma conta de todos. Quanto mais chega o final da tarde, mais a rua e o bar ficam movimentados. Está chegando a hora de recepcionar-se o "heroi". O boi vai estar presente.

## 5. A CHEGADA

São quase dezessete horas, e a caravana, agora acompanhada de um personagem muito especial está se aproximando de "Ganchos-de-Fora". Todos os carros estão com os faróis acesos, de pisca-pisca ligados e buzinando sem parar. A passagem por "Canto dos Ganchos"(16), "Ganchos-do-Meio"(17) é saudada por todos. O pessoal sabe que o boi de "Ganchos-de-Fora" (18) tá passando. Quem

---

13 "varia" - estrago generalizado.

14 "saragasso" - confusão envolvendo muitas pessoas, com correria e gritos generalizados.

15 "testam" - momentos em que os "Farristas" chegam na mangueira na fazenda e provocam o boi, para saber se o mesmo é brabo ou não.

16 "Canto-dos-Ganchos" - Localidade do Município de Governador Celso Ramos.

17 "Ganchos-do-Meio" - Sede do Município de Governador Celso Ramos.

18 "Ganchos-de-Fora" - Idem, o último dos Ganchos.

pode dá um jeito e acompanha a caravana para assistir a "soltada" de mais um boi. O caminhão-do-boi fica coberto de gente disposta a saudar a "fera" que chega.

A seqüência de buzinas fortes na descida do morro de Ganchos-de-Fora sinaliza a chegada do boi. A euforia agora é geral. O clima de expectativa já contagiou todos. Crianças, homens e mulheres de todas as idades disputam os lugares estratégicos no sentido de não perder nem um lance daquele momento. O medo também é geral. Desejo do boi e medo da "fera" misturam-se.

As pessoas colocam-se em lugares jamais ocupados num dia de rotina. As normas são rompidas e novos valores são fabricados. O "tempo" é outro. O que importa é viver intensamente aquele momento. Todos têm o direito de querer o boi e de temer a "fera", de qualquer jeito e em qualquer lugar. Tudo é festa diante da tormenta. O delírio é geral. Os gritos de:

- Olha o boi!

- Esse é brabo!

- Solta, solta! Anunciam a nova fase do ritual. Chegou a hora da "soltada".

## 6. "SOLTADA"

Chegou a hora de soltar o boi. As expectativas crescem ainda mais e a euforia está chegando em seu ponto mais elevado. Chegou gente de todos os lados. Estamos diante de uma multidão delirando e desejando a "fera". Desejando e temendo. Cada um define o seu nível de arrojo e de aproximação do animal. Todos adoram o boi. Querem vê-lo solto.

Surgem novos gritos:

- Solta aqui!

- Solta aqui!

- Aqui não presta!

Até que o boi finalmente é solto. A correria e os gritos generalizados. Tem gente que nem consegue ver o boi. O animal sai em desabalada correria até encontrar o seu espaço. Ele define seu território. A propriedade privada dissolve-se. Nem o boi e nem os farristas pedem licença para passar e todos sabem que é assim mesmo. De forma absolutamente espontânea a "Farra-do-Boi" cria o seu espaço, o seu tempo e as suas normas. A disciplina agora é disciplinada "Farra". O importante agora é viver intensamente este grande momento. Depois dá-se jeito.

O boi tá solto e a "farra" desenrola-se de várias formas.

Cada um participa como deseja. Uns seguem o boi para desafiá-lo. São os mais arrojadados. Quanto mais perto do boi alguém chega, mais corajoso é. Isso dá status na "Farra".

Outros vão para o bar tomar cerveja como forma de participar da Farra. Conversa-se sobre o desenrolar da "Farra" ali e em outros lugares. Um ri do outro. Bebe-se pra valer.

Terceiros, cansados de acompanhar a "fera" contentam-se em ficar comendo goiaba ou vão para a casa de alguém comer e beber bastante. Assim a "Farra" prossegue até o animal cansar ou perder-se no mato.

Se a "fera" é achada e não pode mais ser objeto de "Farra", simplesmente é presa e fica no pasto aguardando para ser trocada por outra. O processo se repete até chegar o sábado ou domingo de Páscoa. Nestas alturas o animal já descansou bastante e vai ser "carneado".

#### 7. A "CARNEAÇÃO"

É a última grande etapa da farra. O animal depois de ter descansado de um até um dia e meio, é morto. Isso só depois das onze horas de sábado. Uns levam a carne para casa, e outros preferem participar de grande churrascada. Na churrascada todos podem participar. A "Farra" continua agora com o boi feito alimento. A bebedeira continua até a última cerveja.

Chegou o fim do ritual e já se fala na próxima "farra". Às vezes, tem boi que não se mata e fica no pasto para ser trocado por outro no próximo "claro" ou na "parada". Nada é definitivo. Basta uma nova reunião dos pescadores num bar, num final-de-semana, para que alguém resolva sinalizar uma nova "farra", e o ciclo se repete.

#### 8. NOTA FINAL

Acreditamos que nossos apontamentos e nossas afirmações, tenham servido para tornar as pessoas menos ignorantes sobre a tradição cultural, açoriana; a Farra-de-Boi.

As reflexões e indicações que aqui fazemos, abrem novas perspectivas para novas investigações sobre a questão. Problemas como educação informal, espaço urbano, organização independente, violência, intervenção do aparelho do Estado, preservação do meio ambiente, cultura, resistência popular, podem ser pesquisadas a partir da "Farra-do-Boi".

## ADMINISTRAÇÃO DA VERDADE E GOVERNO DE SI

Henrique Luiz Pereira Oliveira\*

"Jamais encontraremos o sentido de alguma coisa (fenômeno humano, biológico ou até mesmo físico) se não sabemos qual é a força que se apropria da coisa, que a explora, que dela se apodera ou nela se exprime". "Não há objeto (fenômeno) que já não seja possuído, visto que, nele mesmo, ele é, não uma aparência, mas o aparecimento de uma força."  
(Gilles Deleuze, "Nietzsche e a Filosofia")

Embora a afirmação "o ser humano é o sujeito da história" seja praticamente fundante da moderna historiografia, é relativamente recente o empreendimento de investigações históricas que tem por objetivo verificar as condições de produção dos próprios "sujeitos da história". Se o ser humano aparece como aquele que é sujeito da história, é também aquele que está sujeito à história: aquele que produz a si mesmo conforme condições históricas determinadas.

Na sua "oficina" os historiadores vêm forjando os seus próprios instrumentos, e assimilando-os de outras áreas do conhecimento, no decorrer de investigações que buscam não somente resgatar as ações humanas e o contexto de sua realização (ou não realização), mas também alcançar os processos subjetivos dos sujeitos humanos no seu fazer histórico.

No intuito de explorar a perspectiva de pensar o ser humano como "sujeito da história" (produtor da história) e simultaneamente como "sujeito à história" (produtor de si mesmo segundo condições históricas determinadas), propomos algumas reflexões sobre as práticas de governo. O governo enquanto exercício instaura um campo de relações, do indivíduo para consigo e/ou para com o outro, materializando um plano de consistência à dupla posição da condição desse sujeito: sujeito do governo e sujeito a um governo.

---

\* Aluno do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP.  
Professor de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Adotando-se esta perspectiva, uma investigação sobre as práticas de governo pode deslocar-se da questão "quem é o sujeito do governo e quem é o governado (sujeitado)", para a questão "como são produzidos os sujeitos (tanto os 'governantes' como os 'governados')". Com este procedimento não se pretende afirmar que o "quem" seja irrelevante, mas que a questão formulada é como esse "quem" se produz. Perguntar o que vem antes, o sujeito ou a produção do sujeito (procurar o primado, ou no sujeito ou na sua produção) supõe um a priori causal indeterminável, e que, de qualquer modo, não responderia a questão: como os sujeitos são produzidos? Além do que, os sujeitos humanos produzem-se produzindo.

Neste enfoque o exercício do governo concerne a um campo relacional muito mais abrangente que o circunscrito pelo poder do Estado e pelos aparelhos de dominação política e ideológica, passando a abarcar a constituição dos sujeitos, as relações que mantém consigo na condução dos próprios comportamentos.

Perpassados por múltiplas instâncias de governo, os indivíduos são investidos como sujeitos de si (como instâncias de governo sobre o próprio conduzir-se) e simultaneamente investidos pela arbitrariedade dos acontecimentos e pelas práticas de governo a que são sujeitados.

A partir do século XVI tornou-se recorrente, no pensamento ocidental, a problematização do governo através de obras que delinearam uma teoria da arte de governar, compreendendo desde o governo de um Estado até o governo de si. Apesar de "O Príncipe" centrar o problema do governo na manutenção da soberania territorial (1), subjacente a esta questão o príncipe aparece como objeto do governo de si mesmo. Nas reflexões de Maquiavel, a gestão do governo implica uma multiciplidade de forças em relação às quais o príncipe deve agir para assegurar sua soberania, mas também implica em uma relação que ele deve manter para consigo próprio, com intuito de compor forças para conduzir-se de modo adequado a seus fins.

Este segundo sentido de governo, enquanto desafio, enquanto uma prova que visa a manutenção da soberania de si, desta vez não a do príncipe mas a de um homem comum, pode ser encontrada, também em Maquiavel, no texto que narra a vitória de João Mateus sobre o

1 A formulação de uma arte de governar descentrada do príncipe foi empreendida em uma literatura "anti-maquiavel". Foucault. Michel; "A Governamentalidade", in: Microfísica do Poder, trad. e org. de Roberto Machado, 6ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1986, pp.277-93.

diabo - "Belfagor" (2). Graças a uma astuciosa estratégia um homem comum vence o próprio diabo. João Mateus manteve sua soberania ante os intentos do diabo, mas não pela força de sua fé, mas por sua análise das forças presentes e por sua habilidade como estrategista.

Maquiavel surpreende por ter evidenciado o lado oculto do poder, o seu segredo - "O segredo esta no núcleo do poder" (3)-, por tê-lo posto a nú, sem qualquer suporte em Deus ou em uma moral. Entretanto, talvez o que há de forte em Maquiavel seja o fato de ele enunciar o que está fora do campo do visível e do dizível: as forças e os diagramas que compõem. Este exercício de avaliação das forças em relação, que Maquiavel formalizou em um tratado político, será de fato uma novidade para a sua época? Ou a novidade consiste mais propriamente na formalização de uma análise das forças no âmbito de uma reflexão sobre a prática política?

A literatura fornece indícios para a comprovação desta hipótese. Nas narrativas medievais sobre "ingênuos" e "astutos", a dissimulação é um recurso frequentemente utilizado pelas personagens: dissimulação através do que é visto, e dissimulação através do que é dito. A dissimulação torna-se possível porque a força que domina uma ação não é dada a conhecer pelas formas canônicas com que esta ação exterioriza-se.

A dissimulação, embora resulte de um efeito do que é dito e do que é visto, não é regida nem pelo visível, nem pelo dizível. A dissimulação subordina-se à uma avaliação das forças que existem apenas "em estado de agitação, de mistura e de transformação, de mutação" (4). A dissimulação subordina-se a um investimento de dominação, de soberania: um cálculo para uma vitória sobre uma outra vontade de soberania. - "O que não se deixa interpretar por uma força, nem avaliar por uma vontade, exige uma outra vontade capaz de avaliá-lo, uma outra força capaz de interpretá-lo" (5).

Em "Tristão e Isolda" o pensamento não se funda na razão, nem na fé, nem requer palavras. O pensamento é a operação de

2 Machiavelli, Nicolo: "Belfagor. Novela agradabilissima", in: Mar de histórias: antologia do conto mundial II; Holanda, Aurélio Buarque de; Rónai, Paulo; 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976, pp. 26-34.

3 Canetti, Elias; Massa e Poder, trad. Rodolfo Krestan; São Paulo, Melhoramento; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983, p.323.

4 Deleuze, Gilles; Foucault, trad. José Carlos Rodrigues; Lisboa, Vega, s/d, p. 119.

5 Deleuze, Gilles; Nietzsche e a filosofia, trad. Edmundo Fernandes Dias e Ruth Fernandes Dias e Ruth Joffily Dias; Rio de Janeiro, Rio, 1976, p. 19.



decomposição, avaliação e síntese das forças atuantes. O pensamento substantiva-se nos efeitos de dissimulação, mas não é propriamente nem o dito nem o visível. O pensamento é a própria ação, é a potência não exteriorizada que encarna e conduz a ação: é a força que vem de fora para dominar o acontecimento. A potência que os domina, e os incita a calcular as forças e operar estratégias de dissimulação, provém de fora mas se aloja no interior de seus corpos: o vinho ervoso - filtro do amor.

Uma potência de fora determina a união de Tristão e Isolda, mas esta potência (a poção mágica) aloja-se no interior dos corpos destes aliados, os faz pensar para agir, calcular e dissimular para encontrarem-se. O que não é dado a conhecer pelo visível e pelo dizível é a potência de encontros que há em Tristão e Isolda, ela não é detectável pelas provas canônicas. Quando Isolda submeteu-se à prova, ela não foi denunciada nem por sua fala (o seu enunciado é adequado a resposta canônica sem ser mentiroso) nem pela marca do ordálio; no entanto, a potência de encontro estava presente nela. "O mais profundo dos segredos é o que se desenvolve no interior do corpo" (6).

A dessimetria entre as forças atuantes e os cânones do visível e do enunciável não será o que torna D. Quixote risível? Não serão os cálculos a partir de cânones de visibilidade e legibilidade enrijecidos o que torna a representatividade de D. Quixote igualmente rígida e anacrônica frente aos acontecimentos? (7)

Maquiavel formalizou esta operação de decomposição e avaliação das forças em um tratado político, é isto que torna "O príncipe" uma obra forte, obra em que é enunciada uma razão de Estado orientada por um cálculo amoral das forças em jogo. A potência que domina o príncipe é a sua vontade de soberania, o príncipe representa a sua potência, a sua soberania e não a de Deus - quando representa a vontade divina é para ampliar a representação da potência de sua própria soberania.

A representatividade da potência do príncipe, que ele deve estender ao máximo, não revela a sua verdadeira potência, de tal modo que muitas vezes a representatividade da soberania do príncipe serve para dissimular o estado real das forças que dispõe em jogo. "No meu juízo, muito se engana quem pensa que as alabardas, os guardas e a disposição das sentinelas protegem os tiranos. Creio

5 Canetti, Elias; op. cit. p. 323.

7 Sobre o riso, memória e rigidez ver: Bergson, Henri; O riso, trad. Nathanael C. Caixeiro; Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

que a eles recorrem mais como formalidade e espantinho do que por confiança" (8).

MA O mesmo "empirismo" e o mesmo cálculo preconizados por Maquiavel para o governo amoral do príncipe, e para a condução de sua representatividade, não eram utilizados para a gestão da conduta dos indivíduos? Desde o século XIII, pelo menos, esta atitude é testemunhada pela literatura Ocidental. Pensemos nas inúmeras obras sob a inspiração de Decamerão, ainda em profusão no século XVI. Nesse sentido, talvez seja correto supor que as técnicas com que os indivíduos governam sua relação para consigo, e seus comportamentos, sejam tão engenhosas quanto as máquinas administrativas de governar Estados.

\*\*\*\*\*

Nas sociedades estamentais da Europa Ocidental desenvolveu-se uma forma de representatividade pública diferente de representação - "no sentido de alguém ser representante da nação ou de determinados mandantes" - mas diretamente ligada a "existência concreta do senhor e que confere uma 'aura' à sua existência". "Enquanto o príncipe e seus terratenentes 'são' o país, ao invés de simplesmente colocar-se em lugar dele, eles só podem representar num sentido específico: eles representam a sua dominação, ao invés de o fazer pelo povo, fazem-no perante o povo" (9).

Esta representatividade de procedência cortesã-feudal, supõe um tipo de "virtude que precisa corporificar-se, precisa ser representada publicamente", e cristalizou-se em formas canônicas de expressar os "atributos da pessoa: a insígnia (emblemas, armas), hábito (vestimenta, penteado), gesto (forma de saudar, comportamentos) e retórica (forma de falar, o discurso estilizado em geral), em suma: um rígido código de comportamento 'nobre'" (10).

O sufocamento dos indivíduos e dos caracteres de sua própria natureza, foram temas enfatizados na crítica de Rousseau a moldagem que a "arte" operou nas maneiras e nas paixões. "Não mais se ousa parecer o que se é; e, nesse perpétuo constrangimento, os homens, que formam esse rebanho a que se denomina sociedade, colocados nas mesmas circunstâncias, farão todos as mesmas coisas, se motivos masi poderosos não os desviarem" (11).

- 8 La Boétie, Etienne; Discurso da servidão voluntária, trad. Laymert Garcia dos Santos; São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 31.  
9 Habermas, Jürgen; Mudança estrutural da esfera pública, trad. Flávio R. Kothe; Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, p. 20.  
10 Idem, p. 20-21.  
11 Rousseau, Jean-Jacques; "Discurso sobre as Ciências e as Artes", in: O contrato social e outros escritos, trad. Rolando Roque da Silva; São Paulo, Cultrix, 1978, p. 212.

A "vaidade", no entendimento de Stendhal, desenvolveu-se desde meados do século XVI, e "deixou tombar na França um véu espesso sobre as ações dos homens e sobretudo os motivos destas ações". "Nasceu então o 'espírito de galanteria', que preparou o aniquilamento sucessivo de todas as paixões, inclusive o amor, em proveito desse tirano cruel ao qual todos obedecemos: a vaidade. Os reis protegeram a vaidade e com grande razão: daí o império das condecorações" (12).

Na Itália, segundo Stendhal, a ação da vaidade era mais tênue, e de modo geral "só se pensa no vizinho para odiá-lo ou para sentir desconfianças; só há exceções no máximo para três ou quatro cerimônias por ano, quando todo homem que dá uma festa se vê constrangido matematicamente, por assim dizer, a solicitar a aprovação de seu vizinho" (13). Contraposta a desconfiança que vigorava na Itália, a representatividade, subordinada a vaidade, assumiu formas gangrenadas na França, constituindo-se principalmente em sacrificar a própria vida para servir ao senhor de quem se nasceu súdito e para agradar as damas" (14).

A partir de pontos de vista diferentes, Rousseau e Stendhal apontam para os limites de um governo do próprio conduzir-se pautado pela subordinação às formas canônicas de expressão. Para Stendhal a "vaidade" e o "espírito de galanteria" resultaram no "aniquilamento sucessivo de todas as paixões" e na submissão. Mas não se trata de buscar o homem natural e espontâneo, e sim de reavivar o pensamento por análise das forças e de submeter as formas de expressividade canônicas a usos estratégicos. Cálculo de forças não significa baixa intensidade de paixões. Veja-se por exemplo o que ocorre com Julien Sorel, em "O Vermelho e o Negro", cujas paixões são potencializadas e efetivadas através da interpretação das forças e do uso estratégico dos meios expressivos.

O realismo de Stendhal foi o correlato de seu "mal-estar no mundo pós-napoleônico, assim como da consciência de não pertencer ao mesmo e de não ter nele um lugar certo". A restauração "jogou-o, como a muitos dos seus semelhantes, em meio a aventuras anteriormente inconcebíveis, vivências, responsabilidades, autoprovoações, experiências de liberdade e de domínio"(15).

12 Stendhal; Crônicas italianas, trad. Sebastião Uchoa Leite; São Paulo, Max Limond, 1981, pp. 14 e 17.

13 Idem; p. 14.

14 Idem; p. 17.

15 Auerbach, Eric; Mimesis: a representação da realidade na literatura Ocidental; São Paulo, Perspectiva, 1987, pp. 411-412.

*postura de MA* *enfrentamento*  
O comportamento de Julien Sorel é de certo modo a encarnação daquilo que Rousseau apontara <sup>touchant / infatigável</sup> entre os efeitos perniciosos da arte de agradar: a incerteza quanto as intenções de um indivíduo. "As suspeitas, os temores, a frieza, a reserva, o ódio, a traição, ocultar-se-ão de continuo sob o véu uniforme e pérfico da polidez, sob esta urbanidade tão louvada, devida as luzes do nosso século" (16).

A administração da representatividade subordinada a vaidade pode ser iluminada através de uma distinção de Schopenhauer: "O vaidoso pretende que os outros reconheçam nele, e lhe digam, uma superioridade, com a esperança de chegar, por último, a convencer-se a si próprio; o orgulhoso está firmemente convencido do seu próprio valor; sua superioridade nasce de uma íntima convicção, interior e direta, enquanto que a vaidade procura apoio na opinião alheia" (17). *Alphonsus*

Mas este homem que orgulha-se perante si mesmo, onde buscará a autoridade que lhe atribui valor se já não age em função da avaliação alheia? Buscará avaliar-se por seus progressos em direção a espontaneidade natural ou à perfeição divina? Buscará calculadamente a realização através daquilo que seu momento sócio-histórico atribui valor, servindo-se artificialmente desta mesma sociedade cuja avaliação despreza? Seguirá velhos costumes por pura autoridade da tradição, indiferente aos olhos de seu tempo? *MA*  
*Goethe Werther*

Haverá a possibilidade de uma razão instauradora da plena soberania de cada um e ao mesmo tempo instauradora de uma harmônica unidade entre os indivíduos? Hegel contrapôs às instâncias de autoridade exteriores, uma autoridade imanente, universalizada em uma razão interiorizada em cada indivíduo (18). Mas quantas vezes ainda ouvimos ecoar o clamor de Werther, respondendo a Hegel e ao nosso tempo: "Será então destino do homem só ser feliz antes de possuir o uso da razão e depois de o perder?" (19).

Não se trata de uma tempestade especulativa, mas de impasses que tornaram-se particularmente cruciais a partir do século XVIII. A expansão das formas de produção capitalistas e dos aglomerados urbanos, e o contínuo investimento dos axiomas da mercadoria a todos os aspectos do mundo humano, desestabilizaram

16 Rousseau; op. cit p. 212.

17 Schopenhauer; A vontade de amar, trad. Aurélio de Oliveira; Rio de Janeiro, Tecnoprint, p. 133.

18 Hegel, G.W.F.; Enciclopédia das Ciências Filosóficas. trad. de Lívio Xavier; vol. 3º, Rio de Janeiro, Athena, 1936.

19 Goethe; Werther, trad. João Teodoro Monteiro; 14ª ed., Lisboa, Guimarães, 1986, p. 122.

as instâncias que anteriormente fundavam a autoridade dos códigos de valores e condutas: Deus, Igreja, rei, ordem natural, honra feudal, família aristocrática, corporações, comunidade de costumes etc.

A administração do Estado passou por grandes transformações no decorrer da Idade Moderna, que culminaram nas profundas mutações ocorridas nos séculos XVIII e XIX. No núcleo destas mutações, que constituíram os fundamentos para práticas de governo descentradas da questão da soberania territorial e da Razão do Estado, possibilitando a "governamentalização do Estado", Foucault detectou redistribuições na ordem dos saberes (constitutivas de novos campos de visibilidade e de dizibilidade) e nas técnicas de poder (constituição de dispositivos de normalização). Estes deslocamentos na ordem dos saberes e esta nova economia das técnicas de poder que afetaram profundamente a administração do Estado - intimamente associadas ao desenvolvimento das formas capitalistas de produção - tiveram por correlato não apenas transformações na estrutura social, mas, simultaneamente, mutações na produção subjetiva dos indivíduos. (6) (1)

O dispositivo da sexualidade, entrecruzando saberes e técnicas de poder, emprestou forma singular ao "ritual da confissão", inscrevendo a confissão da verdade "no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder", tornando o homem no Ocidente um "animal confidente". "O indivíduo, durante muito tempo, foi autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outrem (família, lealdade, proteção); posteriormente passou a ser autenticado pelo discurso de verdade que era capaz de (ou obrigado a) ter sobre si mesmo" (20). Desta forma, de uma literatura antes centrada "na narrativa heróica ou maravilhosa das 'provas' de bravura ou de santidade, passou-se a uma literatura ordenada em função da tarefa infinita de buscar, no fundo de si mesmo, entre as palavras, uma verdade que a própria forma da confissão acena como sendo inacessível" (21).

Sujeitados por uma arguição que não sabemos de onde vêm, produzimos a nós mesmos a partir de uma verdade perturbadoramente inalcançável, instalada em nosso interior.

*- A questão da Verdade e verdade - Suspende*

20 Foucault, Michel; História da sexualidade I: a vontade de saber, trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque; 7ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1985, pp. 58-59.  
21 Idem; p. 59.

## A PRODUÇÃO DA INTIMIDADE

Hermetes Reis de Araujo \*

"Falamos da harmonia de um quarto, como falaríamos da harmonia de uma pintura, pois tanto a pintura como os aposentos são submetidos àqueles princípios indesviáveis que regem todas as variedades da arte."

(Edgar A.Poe, "Filosofia do Mobiliário")

"A casa em que moro é própria (...)  
Enfim, agora como outrora, há aqui o mesmo contraste da vida anterior, que é pacata, com a exterior, que é ruidosa."

(Machado de Assis, "Dom Casmurro")

"Para o homem privado, o interior da residência representa o universo. Nele se reúne o longínquo e o pretérito. O seu SALON é um camarote no teatro do mundo."

(Walter Benjamin, "Paris, capital do século XIX")

As lutas por melhores condições de produção e expressão da vida em nossas sociedades passam por um feixe bastante complexo de relações e questões, entre as quais ocupam um lugar especial aquelas que nos fazem colocar o direito à privacidade, o culto aos momentos de intimidade, seja com os familiares, cônjuge, amigos, ou mesmo à sós, como um dos valores mais relevantes e desejados e muitas vezes reivindicado. E esta valoração é plenamente justificada, uma vez que expressa a defesa dos aspectos mais essenciais à formação de nossa vida interior, à qual atribuímos uma considerável importância, já que refere-se às verdades mais profundas e decisivas de nós mesmos.

Esta prática social deve-se, talvez, grandemente ao fato (nem tão longínquo como pode parecer à primeira vista) de que as sociedades européias, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, produziram uma transformação que, devido à maneira como ocorreu, pode ser considerada inédita na história do ocidente: operou-se uma cisão radical no homem que o desdobrou em dois planos distintos e simultâneos : um que remete a uma esfera ou espaço privado, lugar de fruição das identidades mais íntimas, ligadas aos sentimentos e à formação da personalidade, e outro, que diz respeito a um espaço público, com seus conceitos e regras de mercado, opinião pública, forças e estratégias políticas.

\* Mestre em História pela PUC-SP.

A partir deste momento histórico a constituição integral dos indivíduos passa então a ser dada por uma espécie de conjunção flexível entre esses dois planos - assim como passa também a ser dada por aqueles que se referem ao trabalho e à linguagem - produzindo a figura singular do homen moderno que é com a qual sempre acabamos nos encontrando quando nos debruçamos sobre nós mesmos. E esses dois planos - ou essas linhas de força - assim como constituem matéria para as representações do que somos nós, são também, e talvez de maneira mais fundamental, efeitos de práticas sociais - relações de poder - que objetivaram um determinado modo de subjetivação do ser humano em nossa cultura, contribuindo decisivamente para a formação, nos séculos XIX e XX, dos universos de existência íntima do homen privado, essa figura que nos é bastante próxima.

Práticas sociais  
↓  
linguagem  
↓  
subjetivação

## I

Se voltarmos os olhos às metrópoles do século XIX veremos que elas representaram um local privilegiado para o exercício das práticas sociais do homen privado. Mapas onde se pode perceber o traçado das linhas de força que o atravessam na sua singularidade histórica. Um exemplo das imagens mais vivas e inquietantes das relações estabelecidas no convívio social destes habitantes dos grandes centros, pode ser encontrado na literatura, como no caso de Edgar Allan Poe, que produziu em seus escritos uma original estilização sobre o singular estado de sensibilidade formado junto à experiência da vida nas grandes cidades do século XIX. (1)

A descrição precisa e essencial do ambiente onde se movem os personagens, muitas vezes colocada através de suas próprias impressões, foi também uma das características deste escritor que, como observou Walter Benjamin, conseguiu retratar com peculiar nitidez o perfil psicológico do habitante destes universos urbanos entrecruzados de múltiplas tensões e relações que ao mesmo tempo em que forjam, ameaçam tragar e destruir o homem. O Conto "O homem da Multidão", que narra a estranheza daquele que testemunha e vivencia "Essa grande desgraça de não poder estar só", conforme a citação que o escritor coloca em epígrafe, é revelador da angústia tipicamente moderna deste homem que se contrapõe ao seu Outro que, de certa forma, também o constitui. Assim, a multidão que se densifica aos olhos de quem a observa (justamente por todas as figuras singulares que a ela estão organicamente ligadas, o que

Imagem

1 Sevcenko, Nicolau, "Perfis Urbanos Terríveis em Edgar Allan Poe", in: Rev. Bras. de Hist., São Paulo, v. 5 n° 8/9, set. 1984/abr. 1985, p. 73.

grandemente lhe confere sua incógnita e seu fascínio), e que ao mesmo tempo nela está imerso, coloca-se em confronto com "a personalidade única e irreduzível de cada um tomado isoladamente."

(2) No entanto, cada uma destas "personalidades individuais", e disto elas têm uma inquietante consciência, são também esta multidão ao mesmo tempo em que se vêem fora dela. Posição paradoxal e muitas vezes perturbadora, que se tornou possível através das práticas sociais que constituíram o homem moderno como aquele que se toma como objeto para si próprio, e que no mesmo movimento se vê também posto no mundo e objetivado fora de si, com o que pode então penetrar na sua mais profunda interioridade.

Em "Paris, capital do século XIX", Walter Benjamin monta um preciso quadro da constituição dos espaços privados como uma mobilização estética das "reservas da interioridade", onde o homem - indivíduo privado do século XIX - habita em torno dos seus próprios "rastros", podendo então resguardar-se junto às marcas que preservam sua identidade de sujeito que se volta sobre si. (3)

Assim, junto com o burguês habitante das grandes cidades - consumidor de objetos e de intimidades - a pintura, a arquitetura e a literatura, associadas às novas tecnologias da arte e da produção, conquistam também estes "interiores-estojos", remodelando as linhas que vão embalar na plasticidade dos recintos aconchegantes e íntimos as individualidades nos seus momentos de recomposição perante um mundo que se apresenta muitas vezes como algo dissipador. A decoração dos recintos privados, alinhavada às normas da higiene científica e da saúde de moral do corpo, emerge, nesta época de celebração tensa e triunfante do progresso material, como uma espécie de parada estratégica para o equilíbrio psíquico deste homem que se vê atravessado e contraposto às tensões sociais de seu tempo. O ordenamento das habitações, com sua domesticidade, com a fluidez e harmonia das linhas, com a utilidade dos objetos pessoais, assim como as cores e os tons, revelam-se essenciais à fruição reservada deste homem, sujeito-sujeitado, em seus invólucros de reencontro e de reequilíbrio.

Em "Dom Casmurro", de Machado de Assis, é possível perceber-se uma passagem estratégica: a que reenvia a verdade dessa individualidade interior a uma intimidade que a cultiva: o lar e

2 Idem, ibidem, p. 74. Ver também o conto "O Homem da Multidão", in: Poe, Edgar A., "Contos de Edgar Allan Poe", trad. de José Paulo Paes, 2ª ed., São Paulo, Ed. Cultrix, 1985, pp. 131-139.

3 Benjamin, Walter, "Paris, capital do século XIX", trad. de Flávio R. Koethe, São Paulo, Ed. Ática, 1985, pp. 30-41, especialmente, pp. 37-9.



a família. Assim, o personagem Bentinho, justamente por uma falta fundamental, ou seja, por não poder atingir perante a si próprio a plenitude moral da família que constitui quando adulto, no final da vida, já transformado no ensimesmado "Dom Casmurro", reconstrói, tão fielmente quanto lhe foi possível, a casa em que passou a infância e a juventude. O que procurou nesta manobra, no entanto, foi um encontro consigo mesmo, já que entre ele e sua família, constituída por sua mulher e seu filho (sua intimidade mais cara), ele interpôs a desconfiança, secreta e aniquiladora, de que Ezequiel, seu filho, não era realmente fruto seu e sim de um outro, o amigo Escobar. Como se uma parte da verdade de sua existência mais íntima e recôndita lhe houvesse sido tomada, este homem volta-se então às lembranças (estas sim, para ele, verdadeiras e seguras), entre elas, a casa onde passou a infância, tentando assim, "atar as duas pontas da vida." (4)

A representação do íntimo e do privado, compreendida na literatura do século XIX, justamente com a formação de um público relativamente amplo, constituindo um mercado literário, promoveu uma espécie de publicização dos estilos de existência íntima. Produziu-se então, o consumo, sob a forma de uma "mercadoria estética", das experiências sociais constituídas pela intimidade das pessoas privadas da sociedade burguesa do século XIX.

Esta estetização da vida íntima, no entanto, encerra práticas sociais historicamente determinadas que produziram uma nova codificação ética e estética dos costumes, que se revelam na preocupação do homem desta sociedade em "harmonizar a moldura da vida com uma representação de si mesmo" (5), ocorrida paralelamente à uma "propagação da intimidade dentro do lar", cujas origens remontam aos séculos XVII e XVIII e à aristocracia citadina europeia. (6)

Este investimento subjetivo - que é uma prática bastante objetiva - numa privacidade e numa intimidade radicalmente contrapostas, moral e espacialmente, não só a um "público", mas ao Outro em geral, foi analisado por Phillippe Aries em seu estudo sobre o surgimento do moderno sentimento de família, ocorrido entre os séculos XVI e XVIII. Até esta última data a casa ainda constituía-se num espaço indiferenciado que, pouco a pouco,

- 4 Assis, Machado, "Dom Casmurro", in: "Memórias Póstumas de Brás Cubas; Dom Casmurro", São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1982, p.178.  
5 Dibia, Pascal, "O quarto de dormir: um estudo etnológico", trad. de Paulo A.N. da Silva, Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1986, p. 144.  
6 Munford, Lewis, "A Cidade na História", trad. de Neil R. da Silva, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1965, 2ª vol., p. 489.

Assim, Mário que ~~perde~~ <sup>ganha</sup> a <sup>24</sup> adulta, assumindo seu papel de escritor consagrado, "no declínio da vida", reconstrói, tão fielmente quanto lhe foi possível, o percurso desses doze anos.

Herbermos

adquiriu uma arquitetura "especializada" e "funcional", separando as áreas comuns dos cômodos individualizados. "O sentimento da casa é uma outra face do sentimento de família." (7)

Nas práticas que objetivaram a constituição deste moderno sentimento da família (pais e filhos) - que passou a ocupar um lugar decididamente central na sociedade a partir dos séculos XVIII e XIX - a burguesia produziu uma "promoção" dos pais, especialmente da mulher, através da criança, que foi envolvida por uma diversificada e complexa rede de discursos e atitudes que lhe reservaram, além de um "amor obsessivo", a posição terminal de preocupações e cuidados específicos, sentimentos que não existiram na Idade Média.

Assim, a família, via criança, foi investida como instrumento privilegiado para provocar uma "cisão no antigo "corpo social polimorfo" ainda existente nos séculos XVII e XVIII, que "englobava a maior variedade possível de idades e condições" (8), pois era uma sociedade em que as crianças, as pessoas, os jogos e a educação, misturavam-se mais facilmente, sendo que nesta antiga forma de sociabilidade, "as condições eram tanto mais distinguidas e hierarquizadas quanto mais se aproximavam no espaço. As distâncias morais supriam as distâncias físicas. O rigor dos sinais exteriores de respeito e das diferenças de vestuário corrigia a familiaridade da vida comun". (9)

Retirando-se da "vasta sociedade polimorfa para se organizar à parte, num meio homogêneo, entre suas famílias fechadas, em habitações previstas para a intimidade, em bairros novos, protegidos contra toda contaminação popular", a burguesia progressivamente desinvestiu os territórios da antiga sociabilidade: desterritorializou a antiga "justaposição das desigualdades, outrora natural", tornando-a "intolerável": "a repugnância do rico precedeu a vergonha do pobre. A procura da intimidade e as novas necessidade de conforto que ela suscitava (pois existe uma relação estreita entre o conforto e a intimidade) acentuavam mais o contraste entre os tipos de vida material do povo e da burguesia." (10)

Dessa forma, segundo Aries, a família burguesa começou a separar-se da sociedade confinando-se num "espaço limitado, aquém

7 Aries, Phillipe, "História Social da Criança e da Família", trad. de Dora Flaksman, 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1986, p. 271.

8 Idem, pp. 278-279, citação p. 279.

9 Idem, p. 279.

10 Idem, ibidem.

de uma zona cada vez mais extensa de vida particular", o que implicou numa "especialização dos cômodos da habitação, surgida inicialmente entre a burguesia e a nobreza", correspondendo, porém, a novas disposições políticas e à novas disposições de afetos, responsáveis por "uma das maiores mudanças da vida quotidiana" moderna: "a reorganização da casa e a reforma dos costumes deixaram um espaço maior para a intimidade, que foi preenchida por uma família reduzida aos pais e às crianças, da qual se excluíam os criados, os clientes e os amigos." (11)

Neste cruzamento que relacionou o moderno sentimento de família com o sentimento de classe da burguesia, Phillipe Aries localizou o "fato essencial" e o "grande acontecimento", responsáveis por estas transformações radicais na sociedade moderna, numa certa retomada da "educação" (que ele associou à paidéia dos gregos antigos), promovida pelos reformadores, moralistas e juristas dos séculos XVII e XVIII, os quais, juntamente com as ordens religiosas dedicadas ao ensino (principalmente à educação dos jovens e das crianças) como os jesuítas e oratorianos, possibilitaram que a família assumisse "uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas." (12)

## II

No entanto, talvez devêssemos perguntar como a burguesia e seus reformadores extraíram a íntima verdade moral desse corpo e dessa alma - a verdade desse homem - que se formou a partir da modernidade ocidental, na família e para a família.

As análises desenvolvidas por Michel Foucault talvez possam contribuir para uma reflexão sobre esta questão. Segundo ele, nas sociedades ocidentais, a partir do século XVIII, a posição dos indivíduos e a determinação de sua substância, isto é, aquilo que os constitui como materialidade concreta na ordem ou no caos das coisas, do mundo e da história, foram estabelecidas de maneira inteiramente nova pelas injunções de uma "gestão política da sociedade e do Estado (em oposição a uma antiga ordenação jurídico-soberana ou religiosa do poder) exercida, juntamente com as grandes instituições, através de aparelhos específicos, como a polícia (no sentido em que foi inventada no século XVIII, quando não visava apenas a manutenção da ordem e da lei, mas buscava também assegurar as melhores maneiras de proteger a higiene, a saúde pública e o aprovisionamento das cidades, como ainda se voltava para garantir os elementos e critérios necessários ao artesanato e ao comércio)

11 Idem, p. 267.

12 Idem, p. 276, citação p. 277.

e também por meio de uma contínua ramificação e estabilização das administrações locais. A instauração desses procedimentos permitiu então a circulação de forças de individuação e dos efeitos de poder que historicamente lhes correspondem. (13)

Assim, na positividade filosófica e política destas sociedades que se seguiram ao humanismo do Renascimento, ou seja, na conjunção das relações de poder e de saber investidos no espaço da existência do homem do Iluminismo, constituiu-se uma trama que lhe envolveu completamente e que, mais do que o recobrir, tornou-se a sua parte mais essencial.

Deste momento em diante, o homem passou a ser fundamentalmente dominado e constituído por aquilo que em períodos históricos anteriores era somente objeto de seu saber e que nesta época de redistribuição radical nas formas de produção da verdade no mundo ocidental, passou a fazer parte de sua subjetividade mais profunda: o trabalho (o sujeito que trabalha, que produz, segundo a análise das riquezas e a economia política), a decifração dos fenômenos e "leis" da vida (através da história natural e pelo desenvolvimento da biologia e da medicina) e a linguagem (o sujeito falante articulador da linguagem). Assim, com o estabelecimento (histórico) destas condições formais para a produção de sua verdade, a existência concreta do homem, encontrou, na modernidade, suas determinações primeiras: pois desde então só se pode saber o que é o homem "através de suas palavras, de seu organismo, dos objetos que ele fabrica - como se eles primeiramente (e somente eles talvez) detivessem a verdade; e ele próprio, desde que pensa, só se desvela a seus próprios olhos sob a forma de um ser que, numa espessura necessariamente subjacente, numa irreduzível anterioridade, é já um ser vivo, um instrumento de produção, um veículo para as palavras que lhe preexistem. Todos esses conteúdos que seu saber lhe revela exteriores a ele e mais velhos que seu nascimento antecipam-no, vergam-no com toda a sua solidez e o atravessam como se ele não fosse nada mais do que um objeto da natureza ou um rosto

---

13 Foucault, Michel, "Verdade e Poder", in: "Microfísica do Poder", trad. e org. de Roberto Machado, 3ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1982, p. 8; "O Nascimento da Medicina Social", in: op.cit. p. 85. Ver também, Foucault, Michel, "Deux essais sur le sujet et le pouvoir", in: Dryfus, H. e Rabinow, P. "Michel Foucault, un parcours philosophique", Paris, Ed. Gallimard, 1984, pp. 295-308; Rosen, George, "Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica, trad. de Ângela Loureiro de Souza, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979, pp.143-169 e pp. 171-189.

que deve desvanecer-se na história." (14)

*Homem* }  
O homem - "esta criatura muito recente que a demiurgia do saber fabricou com suas próprias mãos há menos de 200 anos" (15) - forjou-se então (na filosofia moderna do sujeito, constituída partir daí como uma epistemologia), na figura de "um duplo empírico transcendental", que o alojou na ordem da verdade e do saber sobre si próprio em duas séries que se cruzam, mas que são porém, solidamente distintas: as que o colocam fora da história, nas imediações da própria vida com suas determinações biológicas, e aquelas que o situam dentro da cultura e da história, sobre as quais o homem adquire a plena consciência de que é ele somente quem as produz. Linhas de força que são exteriores ao homem e que nele se dobram para forjar a subjetividade mais essencial do indivíduo moderno, que se vê assim constrangido a se constituir e a se situar produzindo a sua historicidade e a sua finitude de sujeito que se relaciona a si no desdobrar dessas forças que não se originam nele, mas num fora de si. (16)

O modo como o indivíduo se relaciona a si próprio enquanto sujeito no mundo passa, dessa maneira, a ser inscrito na exterioridade de um saber sobre a sua verdade e sobre a verdade da vida (com seus limites e processos decifrados sob as empiricidades do trabalho, da linguagem e do saber constituído pela "modernidade biológica" das ciências da vida) que é dado ao conhecimento do homem e sobre o homem. Traçam-se então aí, os limites de uma finitude humana que, a partir deste momento, já não se constitui mais pelo seu encontro na infinita e "insondável unidade de Deus." (17)

A delimitação desta finitude humana, produzida nas redistribuições políticas e epistemológicas, ocorrida em torno dos séculos XVIII e XIX, redefiniu as formas do relacionamento a si, no que diz respeito aos indivíduos. Instauraram-se, dessa maneira, novas problematizações por meio das quais o ser se dá como experiência e objeto do pensamento, o que não acontece isoladamente ou somente como consequência das práticas que produzem estas problematizações. Assim, a determinação de uma substância ética, isto é, aquilo que define a conduta do indivíduo enquanto sujeito, a parte de si próprio que deve ser objeto de um exercício de uma

14 Foucault, M., "As Palavras e as Coisas", trad. de Salma T. Muchail, 2ª ed., São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1981, p. 329;

15 Foucault, M., "As Palavras e as Coisas", op. cit. p. 324.

16 Deleuze, G., "Foucault", op. cit. pp. 92-96 e pp. 111-113.

17 Idem, ibidem, p. 94.

moral de si (18), foi, no homem moderno, profundamente deslocada em função dos novos códigos, práticas e afrontamentos inscritos em seu momento histórico. Não mais uma transcendência da alma que se liberta em Deus, mas uma imanência da consciência posta no mundo.

Deslocamento das linhagens de família para a família conjugal, da inserção polivalente e territorializada do indivíduo na terra (na flexibilidade do pertencimento feudal) para a desterritorialização de uma equivalência geral do valor, do saber, do capital e da propriedade privada, que o reterritorializa numa espécie de "unidade móvel" passível de extração de lucro. Deslocamento de uma ordenação jurídico-representativa do poder, de rígidos códigos de apresentação ostentatória de uma dominação soberana e transcendental para uma microfísica imanente das táticas e estratégias de poder.

A experiência pela qual o indivíduo se dá a si, na modernidade, reveste-se, nos seus mecanismos de individualização, também de um deslocamento decisivo em relação a outras formas de identidade do ser promovidas pela cristandade ocidental durante a Idade Média. A prática da confissão que, na sociedade medieval implicava num exame da consciência, na procura e na revelação da verdade encravada nas densas profundezas do indivíduo (a alma prisioneira do corpo), num desvelamento contínuo e incansável que possibilitaria a salvação, aloja-se também, embora com transformações radicais, na ordem do saber e nas formas de subjetivação da modernidade - que se refletem, por exemplo, na interrogação filosófica (as dúvidas da consciência que se projeta no mundo), no cálculo da inquirição metódica do saber científico e na inscrição do indivíduo, enquanto sujeito que se autoconstrói, nas condições objetivas de produção da verdade que se dotou a modernidade ocidental. A antiga potência de produzir a verdade do homem por extração, numa busca de alcançar verdades ontológicas, inventada pelo platonismo, que o ocidente, via a técnica da confissão elaborada pelo cristianismo, recodificou, foi conservada na modernidade e transformada pelas práticas de poder que aí se objetivaram. Assim, sob o Estado Moderno, o homem não busca mais a sua "salvação" (sua teleologia) num Deus onipotente e fora do mundo, via a penitência do corpo, mas busca a sua "saúde terrestre"

18 Foucault, M., "História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres", trad. de Maria Thereza da C. Albuquerque, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1984, pp. 26-31.

(sua teleologia) através dos cuidados com o organismo. (19)

A verdade interiorizada no homem como produção histórica: da coextensividade de um corpo social polimorfo, com seus códigos e relações de força e domínio, à intensidade de um recolhimento em si, sob novas práticas de poder. A profundidade como uma dobra da superfície.

---

19 Foucault, M., "História de Sexualidade I: a vontade de saber", trad. de Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1977, pp. 57-69 e pp. 130-141; Foucault, M., "Deux essais sur le sujet et le pouvoir", in: op. cit., pp. 304-307.

## ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO NOS ANOS 30\*

### - ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS -

Cynthia Machado Campos\*\*

Quando o historiador, preocupado em estudar as classes trabalhadoras se volta para a análise dos movimentos sociais no Brasil no anos 30, evidencia-se num primeiro momento, a mudança de política adotada pelo Estado em relação aos movimentos sociais. Se nos anos 20 a tensão aparece de forma acentuada e as manifestações operárias são tratadas como caso de polícia, nos anos 30 o Estado lança mão de uma nova fórmula no tratamento dos conflitos sociais.

A questão leva à reflexão sobre o caráter totalitário do Estado Novo, que pretendia ocupar um espaço de destaque em meio ao conflito, se colocando como o sujeito histórico mais adequado para assumir a dianteira do processo histórico. Para isto articula e aperfeiçoa suas estratégias de dominação sobre os trabalhadores. Este projeto envolve um reordenamento da sociedade como um todo, envolvendo um rígido controle, estendido às mais diversas esferas de convívio social. A idéia da nação se consolida, o corporativismo se instala na sociedade, o poder se fortalece nas instâncias macro e micro-políticas, um novo trabalhador se forma. Assume importância a utilização da propaganda e do elemento religioso como forma de buscar uma modificação no elemento subjetivo do trabalhador, buscando adaptá-lo e subjugá-lo às necessidades do capital e inseri-lo de forma eficaz, na nova sociedade que emerge nos anos 30.

#### 1. A NAÇÃO ... A COOPERAÇÃO ...

O projeto político levado a termo nos anos 30, envolve a consolidação da idéia de construção na Nação pela Coletividade. Todos unidos, sob a condução firme de um chefe, independente das diferenças sociais seriam co-responsáveis pelo projeto. O Estado Novo justifica sua prática totalitária com base na reflexão crítica sobre o regime anterior, lugar em que a oposição de classes e embates daí provenientes apontariam em direção à desorganização social, contando para isso, com a omissão do Estado Liberal ali vigente. A paz social viria baseada em uma ordem corporativista, na qual a colaboração entre as classes ocuparia o espaço das lutas e a harmonia substituiria o conforto. A situação conflituosa

\* Este trabalho está fundamentado na obra de LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas, Papyrus, 1986.

\*\* Professora do Colégio de Aplicação da UFSC e aluna do Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



anterior teria agora, portanto, o seu fim.

O Estado passa, assim, a ocupar um lugar antes restrito ao confronto resultante das relações entre capital e trabalho. Desta forma, as lutas entre as classes e grupos sociais serão agora arbitradas pela ação do Estado e mesmo passam a existir a partir de um espaço legal manifesto em decretos-leis e projetos políticos estatais. Incorporados ao Ministério do Trabalho, imbuído de uma mentalidade corporativista apesar de se dizer neutro, as organizações operárias agora estavam controladas financeira e politicamente: proíbem-se as greves, impõem-se a unicidade e o imposto sindical.

Durante todo o período em que o Estado encabeçou a implantação da legislação trabalhista, manteve uma aparente neutralidade e empreendeu tentativas de fazer calar a luta dos operários contra os empresários. Este empenho todo-poderoso não foi suficiente para ocultar os movimentos que emergiram nos espaços de fábrica que se constituíram em resistências dos trabalhadores à opressão direta imposta no processo de trabalho e à centralização corporativista determinada pelo Estado. Estes movimentos em diversos momentos extrapolaram os obstáculos impostos pela ação do Estado e vieram a público evidenciar que apesar das tentativas de provar o contrário, a legislação social não solucionou os conflitos que dali sobrevinham.

Nos bastidores da intermediação do Estado na questão social, a aparente igualdade no diálogo entre empresários e operários, seria desmentida à medida em que os empresários tinham acesso fácil e rápido às decisões governamentais antes que estas viessem a público. As vantagens empresariais não se restringiram ao espaço das negociações, elas aparecem sob a forma de impunidade ao não cumprimento das determinações prescritas na legislação trabalhista e à elaboração de novas estratégias que resultariam em intensificação das formas de opressão e dominação.

Não raro as investidas do poder estatal de intervenção nos mecanismos de ligação entre as lutas travadas nos espaços fabris e as organizações sindicais, a resistência operária conseguiu preservar em seu cotidiano de trabalho a heterogeneidade de sua cultura e interpretar a sua existência de forma autônoma.

As organizações sindicais, permeadas de restrições impostas pela legislação vigente, não podem ser tomadas neste período, como verdadeiras representantes da classe operária. Está dado o seu limite, no momento em que as forças sindicais passaram a ser centralizadas a partir de uma hegemonia vitoriosa das tendências

ligadas ao P.C.B. A liderança do partido desconsiderou movimentos grevistas e lutas restritas ao espaço fabril que se relacionavam tanto à sobrevivência imediata dos trabalhadores quanto à opressão cotidiana inerente às relações de poder travadas no local de trabalho.

A atuação do P.C. privilegiaria os "grandes espaços de lutas político-institucionais" que se travavam nos órgãos estatais traçando desta forma sua estratégia política: moderação, conciliação e alianças. Esta ação viria reforçar a voz do Estado Totalitário que clama por solidificar a idéia de Nação enquanto universo social harmônico.

O conceito de Nação propagado e propagandeado no período ditatorial do Estado Novo, parte do princípio de que teriam sido superadas as diferenças sociais, e se antagoniza com o liberalismo que pressupõe uma sociedade heterogênea. A ordem corporativa é instaurada em toda sociedade, tendo na organização sindical o seu principal sustentáculo. Estas organizações, articuladas com os interesses da Nação, teriam a função de neutralizar as contradições entre as classes em qualquer espaço que estas viessem a aparecer. O corporativismo emerge como uma instituição capaz de reverter a oposição sistemática desencadeada pelos operários em relação aos patrões. O modelo corporativo pressupõe uma ordem fundamentada num conjunto em que as partes e o todo articulam-se harmoniosamente. A corporação se auto-governa, o Estado funciona com árbitro, exercendo a Justiça e assistência para as diversas categorias. Desta forma, a intervenção do Estado nas lutas sociais, busca a conciliação e a harmonia entre as classes, reprimindo os "abusos".

Para a sociedade se coloca uma nova moralidade: o mundo do trabalho, tanto quanto o da família é impregnado pelo espírito da corporação. O corporativismo atinge o conjunto da sociedade: não somente as organizações profissionais, mas se estende para a organização social em geral. Do Estado Corporativo também não foge a preocupação em proteger a propriedade e a livre iniciativa.

O projeto corporativista pode ser tomado como uma resposta contra revolucionária a uma situação revolucionária que teve lugar no início do século XX: o estado totalitário nos anos 30, teria desarticulado os ensaios de democracia no período anterior.

## 2. UM NOVO CONCEITO DE TRABALHADOR

A nova sociedade e o Novo Estado somente conseguiriam se consolidar se controlassem com eficiência a classe operária, bem como suas formas de organização. Para isto seria necessário admitir realmente a existência da classe operária e da luta entre as

classes, traçando estratégias para subjugar-la e dominá-la. A despolitização da classe operária e - ampliando - de toda a sociedade, se configura como uma etapa necessária à dominação.

Este projeto necessita da formulação de um novo conceito de trabalhador, que deve ser disciplinado, produtivo e despolitizado, mas ao mesmo tempo, deve ter a sensação de estar participando ativamente na política. Paralelamente à instauração da organização corporativa como instrumento de neutralização política dos antagonismos sociais, a racionalização imposta nas relações de trabalho vieram a atender aos ideais mais amplos da Nação, à medida em que implantaram uma estratégia para a formação de um trabalhador ordeiro e produtivo a partir de uma educação eficiente e disciplinadora. Não afastada a utilização de métodos repressivos diretos que visavam a sujeição do operário ao processo produtivo, pretendia-se agora evitar a possível rebeldia ao trabalho, através da introjeção pelo trabalhador, de uma série de preceitos éticos que facilitassem o exercício de uma prática ampliadora das relações de dominação. Tratava-se de efetuar uma modificação no elemento subjetivo do trabalhador e adaptá-lo às novas necessidades que ora se impunham.

A investida sobre o indivíduo trabalhador durante o período do Estado Novo não se restringiu à atuação estatal, mas disseminou-se por todo o corpo social. As atenções de educadores, médicos, professores e religiosos se voltaram para programas de higiene e saúde, para a insistência na necessidade da prática de exercícios físicos, visando um melhor desempenho nas diversas atividades. Desenvolveu-se toda uma política contrária à manutenção de qualquer resistência ao trabalho. Investiu-se na formação de um trabalhador que executasse as suas tarefas com precisão, economia de tempo, atenção, controle e reflexão, exigências estas que se articulavam com a lógica da obtenção de uma maior produtividade no trabalho.

O domínio sobre o tempo, não somente o tempo produtivo dispendido no processo de trabalho - tempo da força de trabalho que é vendida no mercado capitalista - mas também o tempo das tarefas domésticas, do lazer, da vida e da existência, passou a ser controlado através de atividades que corriam paralelas às destinadas ao processo de produção: a ginástica nas fábricas, a rigidez na cobrança das atividades escolares e do lar. Exigia-se um máximo de tarefas executadas num período restrito de tempo. O estímulo ao sentimento de ambição pela ascensão social orientava o indivíduo ao culto de um novo tipo de disciplina. Este processo disciplinarizador estendia-se para além do cotidiano do trabalho,

alcançando os círculos sociais mais amplos, bem como os mais restritos. O indivíduo deveria incorporar uma moral que passava pela conservação de hábitos de higiene, alimentação, prática de esportes, repouso e recreação. Este empenho se orientava na direção de suprimir as lacunas que se colocavam entre o local de trabalho e o espaço doméstico e caminhava no sentido de promover uma reorientação dos princípios do núcleo familiar, do papel da mulher e da criança na sociedade, estendendo o domínio sobre o trabalhador para fora do espaço restrito ao trabalho.

moral  
suprimir lacunas  
sustentabilidade  
importância  
líder

A serviço da subjugação ao trabalho na fábrica, os intelectuais da burguesia paulista elaboraram teorias que laçaram mão de elementos de psicologia: a integração poderia se dar a partir de processos irracionais. Da mesma forma se pensou a relação do indivíduo com o Estado: na concretização da integração política a personalidade não importa, o interesse particular se converte no interesse coletivo - o da Nação - e a vontade individual se submete à vontade geral.

dominância

Getúlio Vargas enquanto líder, aponta sempre para a necessidade de construção de um novo homem, constituído a partir de uma nova relação com o trabalho em que a disciplina e a moralidade assume importância fundamental. Nesta nova relação, a ordem adquire importância vital: ordem esta de caráter autoritário, que dispensa discussão e explicação, tomada como dada e natural, e que serve a um sistema de dominação específico da sociedade brasileira nos anos 30. Esta ordem obedece a uma hierarquia corporativista, onde está implícito que cada indivíduo deve acatá-la receptivamente e estar ciente do lugar que ocupa na sociedade.

... e  
um novo homem  
corporativismo

### 3. A FORMAÇÃO DA NACIONALIDADE

A regeneração do trabalhador, a cooperação e a disciplina no trabalho fazem parte de um outro projeto levado à prática nos anos 30 que se define pela formação de uma única nacionalidade brasileira. Esta homogeneidade é forjada em cima de uma definição de raça, da qual o projeto fascista muito bem soube se utilizar. O surto nacionalista dos anos 30 emergiu num momento em que a imigração assumira uma importância fundamental no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Os freqüentes discursos racistas muitos dos quais excluindo a possibilidade da aceitação de imigrantes que não fossem brancos e europeus, apontava para a necessidade do branqueamento da raça, que seria garantido à medida em que se negava a possibilidade de entrada no país de asiáticos e negros. Também se produziu um discurso discriminador em relação ao judeu, embora com contornos distintos dos argumentos utilizados

nação  
brancos  
negros  
(judeus)

*imigrantes*

pelos fascistas europeus. No lugar de privilegiar o argumento da degeneração da espécie, o racismo brasileiro insistiu na posição contrária à imigração judaica alegando que estes não se davam aos trabalhos agrícolas ou que eram refugiados e possíveis subversivos. Da mesma forma, a imigração japonesa se viu restringida na legislação vigente, tendo sido alvo de ataques racistas na constituinte de 1934, onde se discutiu a proibição de residência no país a indivíduos desta raça. Até a possibilidade da existência de um plano de invasão japonesa ao Brasil foi levantada como forma de justificar esforços contrários à manutenção de correntes imigratórias japonesas.

As classes dominantes projetaram, com base nas teorias racistas, a possível criação de um novo tipo de trabalhador, bem como de um novo brasileiro. Excluía-se aí a possibilidade do negro, fosse por sua inferioridade social, fosse pela sua tendência à não resistência física, fazer parte de uma sociedade que investia no resgate das suas origens européias. A idéia do trabalhador produtivo e ordeiro que se pretende generalizar, coincide com o perfil que se fazia do europeu: branco, civilizado e disciplinado. Esta foi mais uma das maneiras utilizadas para garantir o predomínio dos ditos "superiores" do ponto de vista racial.

#### 4. PROPAGANDA E COTIDIANO

*numa  
maneira  
a NA  
#  
branco,  
civilizado  
disciplinado  
a. cotidiano.  
réplica  
do  
europeu*

Num momento em que a mão totalitária do Estado Novo fecha os canais de participação coletiva trata-se de, através da técnica da propaganda, lançar os germes do novo regime. A propaganda utiliza-se com finalidade política de dispositivos que estimulam a emergência no público que a recebe de um estado emocional que se configura como reação de satisfação e contentamento, que leva à aceitação das soluções propostas.

A eficiência destes instrumentos de poder penetram em toda a sociedade, promovendo um reordenamento que tem como objetivo neutralizar os focos de conflitos sociais. Reordenamento este que se articula com um projeto amplo, de caráter totalitário, que orienta a máquina do poder para a instauração da ordem corporativista na sociedade. Este projeto passa também pela instrumentalização do trabalhador para torná-lo apto a um perfeito engajamento na ordem capitalista, com possibilidades de apresentar um maior rendimento produtivo no trabalho.

Através da propaganda, o Estado Novo difunde uma visão de si mesmo, que o leva a condição de principal ator num cenário político onde as classes sociais e suas lutas não ocupariam uma posição fundamental. A intervenção essencial e porque não dizer,

a força motriz do processo histórico, no lugar de ser resultado de um movimento das classes sociais, se faria emergir da ação do Estado.

Servindo aos ideais de implantação de uma nova ordem, a propaganda foi utilizada como dispositivo necessário à manutenção da máquina de dominação. Nos momentos que antecederam a instauração do poder ditatorial, o recurso que mobilizou a opinião pública a dar apoio ao estabelecimento da nova ordem foi a enganosa ameaça de invasão ao país por uma potência estrangeira. Por intermédio dos meios de comunicação busca-se projetar uma imagem ilusória do social em que este aparece homogêneo, ocultando as condições sócio-culturais distintas. A imprensa foi responsável pela criação, no imaginário popular, da idéia da existência de um único tipo de brasileiro. Isto vinha a ser particularmente importante numa época em que intensificava-se o processo migratório e procedia-se o inchamento populacional das grandes cidades brasileiras. Não existindo na ocasião meios institucionais que canalizassem as aspirações políticas de segmentos diferenciados provenientes de diversas localidades do país e representando facções culturais distintas, fazia-se necessário criar a idéia ilusória de uma participação política efetiva. O rádio serviu de forma eficiente a esta estratégia, pela facilidade de penetração no espaço mais restrito do ouvinte: o da habitação e o do lazer. Por meio deste veículo de comunicação controlado pelo Estado se abria a possibilidade da promoção de uma mudança de opinião pública a partir da propaganda e da censura. Este projeto foi levado a efeito pelo DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda - quando da sua criação em 1939.

Através do rádio, a voz do poder totalitário se fazia presente em todo universo social, no mundo do trabalho, nas instituições político-partidárias, sindicais e até mesmo no cotidiano das pessoas: no espaço reservado ao indivíduo e à família. Desta forma Vargas tinha sua imagem espalhada por todo país e estabelecia com os ouvintes, através de suas mensagens políticas, uma relação próxima e efetiva, estratégia eficiente para garantia e manutenção da função repressiva das instâncias do poder policial. A propaganda foi, desta forma, um meio eficaz para forjar uma forte identificação entre governante e governados, passando pelo sentimento de exaltação à Pátria. A imagem do chefe assume contornos onipotentes de personalidade capaz de zelar pelo bem-estar da Nação, afastar os inimigos externos e internos e de interpretar com precisão o desenrolar dos acontecimentos

históricos. A construção desta simbologia, no imaginário popular, facilita sobremaneira a aceitação dos projetos governamentais, bem como da idéia de harmonia social e do bem-estar público.

*Drummond*

Os meios de comunicação de massa, a escola, as instâncias familiares e as instituições em geral, estiveram preenchidas pela idéia da existência de uma União Nacional, uma espécie de aliança entre setores distintos, onde as diferenças sociais ficariam neutralizadas. Ao mesmo tempo em que o Estado Novo não estimulou em nenhum momento uma participação política efetiva, muito mais se empenhando em silenciar os seus opositores, a manutenção do clima de falsa integração exigia a colaboração de um discurso doutrinário, articulado por intelectuais dedicados integralmente à tarefa de atuar junto a Vargas. A eles competia um trabalho voltado para a solidificação dos laços de solidariedade social a partir de dispositivos como a superação do preconceito e a preservação de um espírito cooperativo, elementos estes necessários à Integração Nacional. A viabilização deste projeto amplo envolveria um esforço comum, com um povo unido solidariamente, participando da concretização de um mesmo ideal. A construção deste ideal exigia fé, entusiasmo, resignação e disciplina.

*modificamente  
Vargas*

As agências de propaganda após o Golpe de 37 intensificaram sua ação no sentido de que a imagem de Vargas fosse espalhada por todo o país, perseguindo o objetivo de estabelecer uma identificação entre a liderança e os liderados. Getúlio passa a ser identificado ora como o pai protetor, ora como modificador da história, ora como aquele que ilumina o caminho de seus filhos; assumindo desta forma, um perfil de divindade.

*Topéja*

As massas, movidas pela atração, são levadas a estabelecer uma relação íntima com o líder, que assume um caráter místico e adquire a capacidade de neutralizar as tensões sociais. As relações sociais portanto, assumem uma nova dinâmica, controladas por esse mecanismo de poder.

##### 5. RELIGIÃO E SUBJETIVIDADE

O poder lança mão também de dispositivos espirituais. A religiosidade cristã passa a ser vista como um mecanismo fundamental para a penetração no imaginário popular. O Estado, desta forma atinge na sociedade uma dimensão ampla. A visão religiosa auxilia na manutenção da imagem que o Estado passa de si mesmo. O caráter soberano do Estado se afirma: ele é uma autoridade com força superior, com capacidade para prever as mudanças e para utilizar sua eficiência na atuação sobre as forças do destino.

Nesta perspectiva as autoridades religiosas são chamadas

a atuar junto aos trabalhadores insatisfeitos, para fazê-los reconhecer a impossibilidade dos patrões melhorarem as suas condições de trabalho. A Igreja passou a exercer, desta maneira, uma função de mediadora, impedindo que a revolta social tomasse conta dos humildes. O cristianismo penetra a fundo nas relações de trabalho, cumprindo uma finalidade especificamente política: a ordem e a vigilância estarão agora presentes nas fábricas paulistas, simbolicamente, através da imagem de Cristo Crucificado.

O cristianismo, utilizado também como instrumento ideológico, representa no pensamento político brasileiro, um elemento que auxilia nas disputas de caráter político. No tema do cooperativismo, a caridade cristã cumpre função essencial. A cooperação foi levada à esfera da produção, envolvendo o trabalhador. O interesse pelo trabalho aliado à racionalização do processo produtivo foram elementos essenciais ao incremento da produtividade. Além disto, a Igreja na luta contra o comunismo, agia como legitimadora do poder estatal, docilizando as consciências, isolando os rebeldes, denunciando a conspiração contra a repressão totalitária.

A idéia de nação adquire simbolicamente um significado religioso: identifica-se com a natureza divina - onipotente. Diante de uma divindade carismática, as massas tendem a adquirir total condição de fascinação que leva à submissão. A vontade das massas é comandada de forma estratégica pelo poder presente nos mais diversos espaços da convivência social, estendendo-se do trabalho ao lar, incluindo os locais de lazer.

Os dispositivos de poder que levam à disciplinarização do cotidiano atuam de forma eficaz a ponto de desorganizar qualquer forma de resistência. Todo empenho do totalitarismo se fará no sentido de homogeneizar os diversos espaços sociais e impor uma "ordem natural": mecânica, forte, absoluta, definitiva. Neste sentido, a religiosidade enquanto culto do absoluto se vê incorporada ao discurso do poder.

As estratégias de dominação social e política, durante o período do Estado Novo, passam por uma trama que se espelha pelo corpo social, de forma a disciplinar as relações em todos os níveis, estendendo amplamente os seus mecanismos de poder.





JACI GUILHERME VIEIRA \*

A geração que nasceu na década de sessenta, viveu e vive até hoje com um conceito "obscuro" do que realmente foi o movimento que derrubou e deu fim ao governo populista iniciado com Getúlio Vargas, tendo seu término com João Goulart, com a "Revolução de 1964. Queremos deixar claro que Revolução é um termo marxista, pego emprestado pela direita que nunca mais foi devolvido.

A crise do populismo inicia-se com o suicídio de Getúlio Vargas e agrava-se com a renúncia de Jânio Quadros, quando o seu governo enfrentaria uma inflação incontrolável, a estagnação agrária, dificuldades na balança de pagamentos. Com a renúncia de Jânio Quadros, assume a presidência João Goulart.

"João Goulart tornou-se presidente, contrariando as expectativas dos empresários multinacionais e associados, bem como da estrutura militar de direita ... os interesses multinacionais e associados começaram a articular um bloco civil-militar de tendências cesaristas que no fim, tanto subverteria a ordem política populista quanto conteria as aspirações nacionais reformistas" (1).

Daí para frente, a burguesia multinacional e associada organizam-se mais eficazmente, deixando de ser um mero grupo de pressão, para ser uma entidade de classe capaz de articular um golpe de Estado; pois dentro dos planos do novo Governo, algumas reformas prejudicariam os danos do grande capital, como: controle dos lucros das empresas estrangeiras, reforma agrária, reforma educacional, reforma tributária, reforma bancária, etc ... É importante salientarmos, que tais propostas de cunho reformista, teve o apoio de lideranças políticas e intelectuais como: Leonel Brizola, Miguel Arraes, Darcy Ribeiro, Paulo Freire e outros, como também de instituições organizadas da sociedade civil, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) que permaneceu até o último momento ao lado de João Goulart.

Pensamos que agora chega o momento de esclarecer como a burguesia multinacional e associada, organiza-se para dar fim ao

\* Professor de História.

1 DREIFFUS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. 4 ed., vozes, 1986.

último Governo Populista do Brasil.

Em fins da década de cinquenta é criado o IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática, fundado por um grupo de empresários, moderados e conservadores.

"O IBAD influenciou e penetrou no Legislativo e nos Governos Estaduais, interveio em assuntos eleitorais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. Ele ajudou a promover alguns líderes camponeses e sindicais, movimentos estudantis e organização de pressão dentro das classes médias" (2).

Depois do IBAD surge o IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. O IPES foi uma espécie de associação onde seus associados eram jovens empresários inicialmente do Eixo Rio-São Paulo.

"Os fundadores do IPES do Rio e de São Paulo, o núcleo que se tornaria uma rede nacional de militantes, grupos de ação vieram de diferentes backgrounds ideológicos. O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associados, o seu posicionamento anticomunista e sua ambição de readequar e reformular o Estado" (3).

Ao que chamamos complexo IPES/IBAD juntam-se oficiais militares de escalão médio, por exemplo: Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, que "compartilhavam com os interesses multinacionais e associados, tanto a perspectiva quanto o sentido de urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção a criação de uma sociedade industrial capitalista" (DREIFFUS, op. cit.).

A idéia que nos passaram nos bancos escolares, seja do primeiro, segundo e até terceiro grau, isto é, na Universidade, foi que o Golpe Militar foi projetado durante alguns dias e logo em seguida estava lá o "corpo estendido no chão ..." Mas, verificando uma historiografia nova, percebe-se que o Golpe Militar ou a Revolução de 64, como muitos desejavam que fosse, foi arquitetada durante anos, desde o começo da década de 60.

Para comprovar isto que estamos escrevendo, basta pensarmos que o complexo IPES/IBAD possuía diversos grupos dentro da sua própria estrutura para melhor articular e levar adiante o seu plano de impor os militares no poder; esses grupos eram:

1º - Grupo de Levantamento da Conjuntura: encarregado de pesquisar através de jornais e revistas, a situação do país a nível econômico, social e político. Encarregado também, de escrever

---

(2) Ibidem.

(3) Ibidem.

artigos nos jornais de maiores circulação no país;

2° - Grupo de Assessoria Parlamentar: O IPES possuía uma espécie de escritório em Brasília para dar apoio necessário aos parlamentares nas duas casas;

3° - Grupo de Opinião Pública: A sua função manifesta era a manipulação da opinião pública por todos os meios disponíveis ... Era tão importante o Grupo de Opinião Pública, que o General Herrera (um dos líderes do IPES) o considerava como a base de toda a engrenagem;

4° - Grupo de Publicações Editorial: O grupo escrevia, traduzia e distribuía material impresso anticomunista, anti-trabalhista e anti-populista, bem como publicava, traduzia e reimprimia livros, artigos e panfletos escolhidos;

5° - Grupo de Estudos e Doutrina: O grupo preparava estudos que se tornavam a base para teses e diretrizes a longo prazo, assim como projetos de lei e emendas apresentadas no Congresso por parlamentares amigos. Fornecia, também, a análise crítica de projetos e pesquisa de background para frente política organizada pelo IPES no Congresso, legislaturas e Governos Estaduais, através do grupo de ação parlamentar" (4).

Assim percebemos que para formar uma estrutura desse nível, leva-se muito tempo e é necessário muito dinheiro. Segundo René Armand Freiffus, numa bem sucedida campanha financeira, em dois anos, o complexo IPES/IBAD havia recolhido quatro milhões de dólares e, até 1964 essa soma muitas vezes multiplicada já havia sido despendida pela elite orgânica (5). Para o complexo IPES/IBAD obter informações sobre quem era "comunista" e estava infiltrado no governo ou fora dele, os institutos gastavam entre 200 e 300 mil dólares por ano nessa operação, segundo pesquisas do autor citado acima.

Por outro lado, já podemos estar nos perguntando quem pagava estas contas? E outras que estavam por vir como: horário em televisão, rádio, jornal, livros, panfletos, ajuda financeira aos políticos? (Em Santa Catarina, políticos que receberam apoio financeiro do complexo IPES/IBAD: Laerte Vieira, (UDN), Albino Zeni, Antônio Almeida, Orlando Bértolli, Pedro Zimmermann, Diomício Freitas, o general Gentil Barbosa, Gil Veloso, Afonso Anschad (UDN), que beneficiaram-se desse dinheiro.

"O ex-embaixador americano Lincoln Gordon assinalou que ele não poderia refutar a existência de financiamento de fontes

---

(4) Ibidem.

(5) Ibidem.

americanas nas eleições de 1962. Não poderia também negar a existência de "um ou dois dólares" americanos em 1964, quando finalmente aconteceu o golpe" (6).

Além do dinheiro vivo, a burguesia multinacional e associada, também recebia auxílios de empresas como a Varig, Cruzeiro do Sul, Companhias Telefônicas e Telegráficas.

Com muito dinheiro e usando todos os meios disponíveis, não foi difícil sensibilizar uma fatia muito grande da sociedade brasileira, desde os empresários aos militares que eram os mais interessados, até chegar às donas-de-casa que foram contra o governo "comunista" de João Goulart. Não podemos esquecer que a própria Igreja, foi importante para a burguesia naquele momento para "conscientizar" seus adeptos da importância da derrubada do Executivo.

"A Igreja se mostrava fundamental para a elite orgânica, já que o clero proporcionava a tão necessitada comunicação com as bases sociais populares constituindo-se na única estrutura nacional verdadeira além das forças armadas. Ela representava o órgão ideal para atingir as classes médias, dos quais os estudantes, intelectuais, movimentos femininos organizados e militares, obviamente faziam parte, assim como para agir por seu intermédio no seio das classes camponesas e trabalhadores urbanos" (7)

Antes que esqueçamos de comentar a União Nacional dos Estudantes (UNE) antes e depois do golpe, foi a única instituição que não conseguiu ser corrompida e se fazer calar.

"A mais importante força da Esquerda, tanto em número quanto em ardor militantes, eram os chamados jacobinos nacionalistas combativos que não haviam aceitado a disciplina nem do P.C.B. nem do P.C. do B. e que pertenciam a esquerda católica ou a UNE. Os jacobinos eram políticos amadores que encorajavam o indeciso governo Goulart a tomar medidas mais fortes. Quando somado esse mosaico de frágeis forças esquerdistas dificilmente serviria de base para um sério ataque a ser estabelecido no Brasil" (8).

Com tantos esquemas preparados como: cursos, palestras, reuniões e até mesmo seminários que reuniam donas-de-casa, estudantes, operários urbanos e rurais, chegando até aos empresários, alguns objetivos tinha-se por trás disso, que era conscientizar uns e preparar outros para uma nova fase política do Brasil; e quem estava no centro dos acontecimentos era o complexo

(6) Ibidem.

(7) Ibidem.

(8) SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Paz e Terra.

IPES/IBAD. Como homens de ligação e como organizadores do Movimento Civil-Militar dando apoio material e preparando o clima para a intervenção militar.

"A elite orgânica, durante a presidência de João Goulart, havia ajudado a conduzir o Estado brasileiro para uma situação em que uma intervenção protobonapartista pelas Forças Armadas, poderia ser encarada por um grande número de militares como uma solução adequada para as contradições da sociedade e do governo brasileiro. O complexo IPES/IBAD e os oficiais da Escola Superior de Guerra organizaram a tomada do aparelho de Estado e estabeleceram uma relação de forças políticas no poder" (9).

Para concluirmos essa primeira parte, queremos deixar claro que o Golpe de 1964 que colocou os militares no poder não foi um movimento conspirativo, mas ao contrário disso, uma campanha altamente elaborada a nível ideológico, político e militar, organizado pela burguesia multinacional e associado dentro do complexo IPES/IBAD. Essa campanha terá seu término em abril de 1964 com a ação militar, que se faz necessária para derrubar o governo de João Goulart e conter daí para frente a participação da massa.

Daí para frente, o que vamos ter no país, é um verdadeiro atraso em nossa democracia, pois o Golpe Militar acabou com a livre manifestação do pensamento; como por exemplo, proibindo reunião de intelectuais, onde reitores foram substituídos por ordem de militares, onde professores foram destituídos de suas cátedras e presos.

"O que se assistiu nesse país foi uma verdadeira caça às bruxas, estudantes, professores, cientistas todos são "convidados" pela polícia a explicar suas atitudes, que no dizer da polícia são subversivos; como foi o caso de Paulo Freire que tendo seu método de Alfabetização, aprovado pela UNESCO, foi exilado do país" (10).

Segundo Nelson Werneck Sodré, "O livro foi o inimigo mais procurado, perseguido e destruído. Um telegrama de Florianópolis dizia que todos "romances de Carlos Heitor Cony, inclusive o seu volume de Crônicas Políticas - O Ato e o Fato, estão proibidos de serem vendidos na feira do livro. Esse telegrama foi emitido pela Association Pres (agência de notícias norte-americanas). Ainda aqui em Santa Catarina, houve a prisão dos professores Henrique Stodiek e José do Patrocínio Galloti entre outros" (11).

(9) DREIFFUS, op. cit.

(10) SODRÉ, Nelson W. História da História Nova. Petrópolis, Vozes.

(11) Ididem.

Na realidade fica difícil concluir um artigo como este, mas a nova bibliografia nos fala coisas estarrecedoras, que ao ler você sente-se magoado de viver nesse país, pois as prisões, e porque não as mortes, foram tantas em nome de um grupo de militares e de empresários multinacionais e associados, que levaram o país à falência, a bancarrota e entregue ao capital estrangeiro em detrimento do social.

UMA ABORDAGEM SOBRE AS ALFORRIAS NOS JORNAIS DE DESTERRO  
DE 1884 A 1888 \*

Rosângela Miranda Cherem \*\*

Os últimos anos da escravidão estão marcados na imprensa de Desterro, por uma intensificação da campanha abolicionista. E entre os elementos que serviam como propaganda, encontramos as alforrias. Em grande quantidade, são mencionadas como concessões, presentes ou mera iniciativa espontânea de quem as permitiu. Este artigo pretende, num esforço de leitura documental através das entrelinhas, entender as motivações econômicas que levaram a tal propaganda, muito embora estas não tenham sido as únicas a influir.

Sabemos que como qualquer outro documento, os jornais não se constituem em fonte absolutizada de verdades incontestáveis. No caso de Desterro, os jornais selecionam fatos e reproduzem valores da ordem capitalista emergente. Decodificar esta fala, a expressão desta ordem e o que ela representa é uma possibilidade para a produção de um conhecimento histórico mais crítico e problematizador. Ao mesmo tempo, também podemos observar que ricos e variados estudos vêm sendo feitos pela historiografia brasileira, destacando as inúmeras faces do processo abolicionista. O interesse imigracionista, a identificação com os valores civilizatórios europeus, além da própria luta e resistência negra são alguns exemplos. Estas abordagens relevam a uma condição de somenos importância a essência generosa dos brancos para alforriar. Isto para não dizer que tal essência é totalmente descartada.

Isto posto, voltemos aos nossos jornais deterrenses algum tempo antes da abolição e aí vamos encontrar inúmeros elogios aos espíritos generosos e filantrópicos, bem como aos gestos humanitários e caritativos. São citados exemplos de personalidades importantes que tiveram ativa participação nas alforrias: "Vinte e três cartas de liberdade foram distribuídas pelo Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Presidente da Província na noite de 28 do passado (setembro) em sessão solene do "Clube Abolicionista! Um hurrah ao ilustrado

---

\* Este artigo com algumas modificações, é parte integrante de uma monografia apresentada para obtenção de título de especialista em História do Brasil pela FEPEVI em julho de 1988.

\*\* Professora de História da FEPEVI/Itajai-SC., Mestranda em História na USP.



administrador!" (1). Também pessoas notáveis merecem ser citadas: "A Sra. Josepha de Souza Costa, viúva de Simplicio Machado de Souza, concedeu liberdade ao seu escravo de nome Antônio" (2).

Notícias semelhantes aumentam substancialmente até a data da abolição. O personagem mais importante que atua é o branco: "Em São José, a exma. Dra. Damiana Firmino Vieira de Mello concedeu, no dia 6 do corrente, liberdade a seu escravo Sebastião, de 21 annos de idade. Sebastião pois, acaba de entrar no gremio dos livres, devido aos sentimentos humanitários da exma. sra. ... os nossos sinceros parabéns pela nobre ação que praticou" (3).

Como a abolição parece uma questão de tempo, sua inevitabilidade se apresenta como óbvia, sendo transcritos artigos de jornais de outras províncias, para que os fazendeiros e administradores "não ponham embargo às fugas dos pretos ..." (4). Exemplo semelhante é o da Sociedade Maçônica de Niterói, onde os participantes resolveram que nenhum de seus membros poderia manter ou comprar escravos além de 1890. Todos os membros, inclusive escravocratas prometeram acatar e cumprir tal decisão" (5).

Num outro artigo intitulado "Perante os escravos" aparece o seguinte trecho "... Ainda bem que dentro em pouco não existirá mais braço escravo para subir-se aos ... baronatos ... tenham paciência os senhores de engenho: é tempo da aristocracia impréstável e fofa deste grande país, à maneira do Senhor Moreira de Barros, ir pregando o seu ato de constrição" (6).

Ao que parece, os brancos são os principais interessados em se livrar da escravidão negra. A contagem regressiva noticia exemplos da extinção de escravos em diferentes locais, tanto na Província quanto fora dela: "O nosso distincto conterraneo, o Sr. Conego dr. Eduardo Duarte, assignou no dia 20, as cartas dos últimos escravos (59) que a mesma ordem possuía. Com estes eleva-se a cerca de 600 o número de escravos libertados pela administração" (7). Já em São Paulo, sabe-se que a capital "... conta menos de 150 escravos. Espera-se que até junho esteja completamente emancipada" (8). Caso semelhante ocorre entre os fazendeiros da Cachoeira do Itapemirim que "... declaração libertos

---

(1) Abolicionista - 05.10.1884, p. 2.

(2) Jornal do Commércio - 23.01.1885, p. 2.

(3) Ibid, 11.01.1888, p. 1.

(4) Ibid, 18.01.1888, p. 1.

(5) Ibid, 27.01.1888, p. 2.

(6) Regeneração - 02.02.1888, p. 2.

(7) Jornal do Commércio - 01.10.1886, p. 3.

(8) Ibid, 22.01.1888, p. 1.

todos os seus escravos em dezembro do corrente ano" (9). O mesmo jornal também comunica que em Camboriú foram entregues 44 cartas de liberdade e em Joinville falta libertar apenas 31 escravos (10). Também "em São José, este anno, até o dia 15 do corrente tinham sido manumissados 56 escraavisados" (11). Já no Rio Grande do Norte, estavam livres da escravidão 3 cidades, 4 municípios, 2 vilas e 5 povoados" (12).

Procurando evidenciar um consenso em torno da importância da abolição, verifica-se por estas informações, que em todo o país a escravidão está a se extinguir. Ao mesmo tempo em que se prestigiam os libertadores, pressiona-se para que outros sigam o mesmo exemplo. Através da imprensa, acelera-se a campanha abolicionista, fazendo com que toda sociedade logo se veja livre desta "vergonhosa mancha" ou "nódula". É o que se pode observar na seguinte notícia: "Estamos informados que a camara municipal da capital vai convidar para um dia próximo os 24 srs. possuidores de escravos aqui residentes, no edificio da municipalidade a fim de resolver-se sobre o modo mais praticamente conveniente de ser num prazo breve declarada livre a cidade de Desterro" (13). Destaque para o fato de que este mesmo jornal dias antes, já havia publicado a relação dos senhores que possuíam escravos e pedia para que fossem libertados (14).

Seja pela ação de ordens religiosas ou leigas, iniciativa do poder público ou de particulares, o fato é que as manumissões sempre procuraram demonstrar espontaneidade e generosidade quem a praticou: "Ontem foi conferida liberdade aos poucos escravos que restavam nesta capital, ficando ela por esse fato com todos seus habitantes livres ... A maior parte das alforrias foi concedida espontaneamente ou por fácil acordo, graças aos elevados sentimentos da população toda interessada na extinção pacifica do elemento servil ..." (15).

Freqüentemente são publicadas prestações de contas, de quantos mil réis são aplicados nas emancipações de escravos ou quantos já foram libertados em diferentes regiões do país através da compra de alforrias. A arrecadação de fundos é feita de variadas maneiras, como se pode observar num comunicado que diz ter-se

(9) Ibid, 11.01.1888, p. 2.

(10) Jornal do Commércio - 22.02.1888, p. 3.

(11) Ibid, 17.03.1888, p. 3.

(12) Ibid, 02.03.1888, p. 2

(13) Regeneração, 05.02.1888, p. 1.

(14) Ibid, 02.02.1888, p. 2.

(15) Conservador - 24.03.1888, p. 2.

concluído o arremate de objetos de bazar organizado por senhoras da capital, sob a direção do Clube 12 de Agosto, em prol da libertação dos escravos (16). Outra forma de levantamento de fundos se verifica quando: "O Sr. Alfredo d'Escrognolle Taunay, senador por esta provincia, em officio datado de 2 de Fevereiro, comunicou a directoria da S.C. Diabo a Quatro que ficava a sua disposição a quantia de 200\$000 rs. afim de auxiliar a libertação de alguns escravos" (17).

As ocasiões que permitem as alforrias são preferencialmente marcantes, ocorrendo em datas especiais, o que ratifica seu caráter de concessão ou presente. É o caso por exemplo, da Sra. Fortunata Maria Candida que encontrando-se à morte "libertou seu crioulo de nome Pedro" (18). Ou da Sociedade Abolicionista 27 de Fevereiro que libertou em Santos, 12 escravos por ocasião "do aniversário de S.M. Imperatriz" (19), no Pará, "o senhor Carlos H. Müller alforriou 26 escravos por ocasião do 7º dia do falecimento de sua esposa" (20). Podiam também, ser escolhidas outras datas como as festividades religiosas e inaugurações. Nestas, aparecem comentários sobre a grande participação de populares e abolicionistas.

Podem vir acompanhadas como justificativas para a libertação, expressões como "por regular comportamento", "a bem do escravizado", por "gratidão". Porém, há que considerar, as outras razões destas alforrias. No caso de Desterro, tendo uma economia voltada basicamente para subsistência, com baixa produção agrícola, pequeno comércio e reduzidas indústrias, os custos para manutenção do trabalho escravo podiam ser dispensados ou substituídos por outro tipo de prestação de serviços. Neste sentido, as taxas de inscrição, impostos e multas cobradas sobre os escravos podiam representar mais gastos do que benefícios. Além disto, as quantias oferecidas pelos fundos de emancipação poderiam ser mais compensadoras, conforme é possível entrever nas seguintes informações: "O Senhor José Manoel da Silva, ex-fiscal do 1º distrito desta capital, apesar do seu estado de fortuna pouco lisongeiro, acaba de praticar uma acção digna de sincero louvor: concedeu carta de liberdade a seus dois únicos escravos Justino e Ignácio ..." (21). Ou então: "Pelo Sr. Dr. Felisberto Montenegro, Juiz Municipal desta capital, foram entregues, sábado último, 9 cartas de liberdade, aos

(16) Abolicionista - 05.10.1884, p. 1.

(17) Regeneração - 11.02.1888, p. 1.

(18) Jornal do Commercio - 28.03.1886, p. 2.

(19) Ibid, 06.04.1886, p. 2.

(20) Ibid, 30.10.1886, p. 3.

(21) Ibid, 02.10.1886, p.1.

escravizados Fortunato, Adão, Maria e Izabel pelo fundo de emancipação, com a quantia de 1:458\$000 o que dá para cada um, a média de 162\$000" (22).

Efetuar a alforria o mais rapidamente possível poderia significar obter um bom preço pelo escravo, visto que com o passar do tempo seu valor ia diminuindo. Comentando sobre a liberdade da escrava Eva, certo artigo diz que um grupo de oficiais militares, pagou a sua proprietária a quantia de 50\$000 (23). Verifica-se que este valor é de 2/3 inferior ao exemplo citado anteriormente, ao mesmo tempo que é igual à taxa paga para a Câmara Municipal ao se vender um escravo para fora do município (24). Além do que, é de 10\$000 rs. a multa cobrada pela inspetoria da alfândega aos senhores que permitesem seus escravos residirem na capital sem a devida averbação (25).

Para uma economia pouco desenvolvida, cuja escravidão é predominantemente doméstica, livrar-se do escravo pode significar um bom negócio, visto que seu papel não é tão fundamental. Em outras palavras, o senhor desterrense poderia perfeitamente viver sem o escravo, sobretudo se recebesse um valor em dinheiro por isto, além de propaganda em seu benefício pessoal. É certo que não se pode destacar totalmente as razões da ordem afetiva, emocional, religiosa, etc. que levaram alguns senhores a simplesmente alforriar seus escravos. Entretanto, não devem ter sido estas suas principais motivações.

Mas, o que faz com que alguns escravos sejam libertos sob condições e outros incondicionalmente? Razões de ordem prática como as condições para o trabalho, o estado de saúde, a idade, etc., certamente definirão mais facilmente os critérios. Afinal, manter um escravo com poucas condições de produtividade e desempenho, pode significar gastos para sua manutenção e aborrecimentos disciplinares que não compensem.

Neste contexto, liberta-se Maria, de 40 anos, de dona Alexandrina Gomes de Mesquita, "com onus de serviços" (26). Bem como "... acaba o Sr. comandante da força policial, Manoel J. d'Almeida Coelho Sobrinho, de dar inteira liberdade aos seus escravos José de 30 anos e Camila de 50 e tantos annos ..." (27). Também "... foram declarados livres pelo Sr. José Ignácio Sidal,

(22) Jornal do Comércio - 12.10.1886, p. 1.

(23) Regeneração - 24.01.1888, p. 2

(24) Ibid, 20.01.1888, p. 2

(25) Conservador - 18.01.1888, p. 3.

(26) Abolicionista - 02.11.1884, p. 2.

(27) Jornal do Comércio - 25.01.1885, p. 2.

proprietário, a freguesia de S.S. Trindade, aos seus escravos pardos Manoel, de 38 annos de idade, e Luiza de 27 annos, com a condição de servi-los por tres annos e o preto Domingos, de 29 annos incondicionalmente" (28).

Opções como prolongar um pouco mais o aproveitamento do braço escravo, atribuir-lhe um pagamento pelo serviço prestado ou simplesmente dispensá-lo através da liberdade incondicional, serão adotadas e irão variar em função dos interesses do senhor. Até onde é possível inferir, menor custo e menos aborrecimento.

Ao que parece, estes critérios devem ter sido adotados em outras partes do país: "Em Sete Lagoas, Minas, o fazendeiro Capitão João Moreira de Figueiredo (...) libertou sob condição de 3 annos de serviços, os seus escravos em número de 11, sendo 5 homens e 6 mulheres e tendo o mais velho 45 annos de idade ..." (29). O mesmo jornal informa que "no Rio das Pedras (São Paulo) foram libertados incondicionalmente 219 escravos" (30).

Sobretudo em regiões de produção agrícola, estabelecer relações assalariadas poderia ser mais vantajoso: "O sr. Ignácio Mór, fazendeiro no Rio Claro, São Paulo, que havia libertado seus escravos com a obrigação de serviços até a colheita d'este anno, declarou-lhes agora que podiam retirar-se, pois precisava de suas fazendas desocupadas no prazo de 3 dias. Esses escravos em número superior a 120, já começarão a sahir para procurar trabalho" (31). Num outro caso: "O Sr. Mauricio Harinoff fazendeiro da Província do Rio de Janeiro libertou os seus 300 e tantos escravos ... Os liberos ficam em obrigação de fazer as três futuras colheitas de café, mas todos vencendo salário desde já" (32).

Apesar de serem orientadas de acordo com os interesses do proprietário, as alforrias acabam aparecendo como gestos de heroísmo. "O Sr. José Dias da Siqueira, residente na Capoeira, libertou incondicionalmente, no dia 19 do corrente a sua escravizada Francisca de 32 annos de idade, Cypriano de 20 annos e o crioulo Francisco de 20 annos". Acrescenta o jornal que este senhor exuberantemente prova o seu espírito altamente humanitário e abolicionista" ... se todos procedessem desta forma muito breve não contaria a provincia nem mais um escravo" (33). Outro caso: "o honrado cidadão Sr. Joaquim José Dias de Siqueira ... concedeu

(28) Regeneração - 17.10.1888, p. 1.

(29) Jornal do Commércio - 18.01.1888, p. 2.

(30) Ibid, 17.03.1888, p. 2.

(31) Ibid, 17.03.1888, p. 1.

(32) Regeneração - 06.01.1888, p. 5.

(33) Ibid, 22.01.1888, p. 1.

liberdade a 4 escravos, sendo 3 com condição de serviços por 2 annos e o outro livre incondicionalmente ...". Tendo este sr. já libertado um total de 28 escravos, encontrava-se sem nenhum. Sendo também que "já experimentava a 3 annos trabalhos remunerados com rendimento bastante satisfatório". O artigo finaliza parabenizando ao Senhor e seus escravos libertos (34).

Pelo que se confirma em todas as notícias de jornal, as alforrias aparecem como assunto de branco, tratadas de acordo com seus interesses. Para ampliar a produção, controlar a disciplina ou simplesmente não ter mais gastos, o fato é que, para o senhor o escravo é capital empatado e morto. Ou dele se obtém o máximo de trabalho ou então já não faz mais sentido possuí-lo. Portanto, abrir mão do trabalho escravo já não significava a esta altura dos acontecimentos, renunciar privilégios, mas livrar-se de encargos e incômodos, ganhando o branco de quebra, prestígio pessoal. Por este viés, estaria este se libertando do jugo da escravidão, e tal processo deveria ser acelerado para que o desfecho se desse em breve. Quanto à presença do negro na sociedade livre, isto é uma outra conversa!

## BIBLIOGRAFIA

### Jornais

1. Abolicionista (1884)
2. Conservador (1888)
3. Jornal do Commercio (1885,1886,1887 e 1888)
4. Regeneração (1888)

### Livros e Revistas

1. AZEVEDO, Célia Maria Marinho de; Onda negra medo branco. O negro no imaginário das elites. Século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
2. AZEVEDO, Luiz Vitor Tavares de; "A voz do dono". Tribuna da Imprensa: análise da ideologia de um discurso de oposição (1953-1955). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 7, n° 13, set/86/fev/87, pp. 63-76.
3. CABRAL, Oswaldo R.; História de Santa Catarina. Florianópolis, Lunardelli, 1987.
4. CERTEAU, Michel de; A escrita da História. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
5. CHAUI, Marilena de Souza; Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo, Moderna, 1981.
6. COSTA, Emília Viotti da; Da monarquia à República. São Paulo, Grijalbo, 1977.
7. \_\_\_\_\_; A Abolição. São Paulo, Global, 1982.
8. FERRARA, Miriam Nicolau; A imprensa negra paulista (1915-1963). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 5, n° 10, mar/ago/1985, pp. 197-207.
9. GEBARA, Ademir; O mercado de trabalho livre no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986.

10. KOVARICK, Lúcio; Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1987.
11. LAMOUNIER, Maria Lúcia; Da escravidão ao trabalho livre. São Paulo, Papyrus, 1988.
12. MATTOSO, Kátia de Queiróz; Ser escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1988.
13. NOGUEIRA, Marco Aurélio; As desventuras do liberalismo. Joaquim Nabuco, a monarquia e a República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
14. SALLES, Iraci Galvão; Trabalho, progresso e a sociedade civilizada. São Paulo, Hucitec, 1986.
15. SANTOS, Ronaldo Marcos dos; Resistência à superação do escravismo na Província de São Paulo. São Paulo, IPE/USP, 1980.
16. SCHWARCZ, Lília Moritz; Retrato em preto e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

VÁDIOS, DESERTORES E CRIMINOSOS NO POVOAMENTO DA VILA DE  
NOSSA SENHORA DOS PRAZERES DAS LAGENS

Elio Cantalício Serpa \*

"Os bandidos e salteadores de estradas preocupam a polícia, mas devem também preocupar o historial social (...)".

E. J. Hobsbawn

Após receber patente de Capitão-Mór "concedida antes mesmo da fundação da vila" (1) e fazendo-lhe "promessa de hum hábito de Cristo" (2) decide-se Antônio Correia Pinto de Macedo, sob ordens de D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, governador geral da Capitania de São Paulo, atravessar o " Certão de Curitiba", em agosto de 1766 e fundar a Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens.

Várias foram as razões que levaram D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, determinar a fundação da "Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens: a) defesa da integridade do território brasileiro contra o inimigo castelhano; b) terreno favorável não só para se criarem fazendas de gado, como também cultivar toda a sorte de frutos; c) acudir os moradores daquele sertão com a administração dos sacramentos por estarem ali vivendo muitos que se retirarão do Rio Grande de São Pedro e outros criminosos; d) defesa do Porto de Laguna (3).

Em principio parece que as razões estratégicas de defesa do Império Português na América do Sul, foram determinantes, mas perpassa toda uma questão de cunho social que por ora o Brasil-Colônia estava atrevesando.

A ordem de 07 de agosto de 1766 assinada por D. Luiz Antônio de Souza Botelho de Mourão, o Morgado de Mateus, investe Antônio Correia Pinto de Macedo como administrador e diretor da povoação de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens e lhe ordena

---

\* Aluno da Pós-Graduação de História da UFSC.

(1) FAORO, Raymundo. Os donos do poder - Formação do patronato político brasileiro. 2 vols. 6 ed., Porto Alegre, Globo, 1984. p. 148

(2) DACHS, Walter. Arrumando as bruacas e Canastras. Guia Serrano.

(3) DACHS, Walter. Razões da Fundação de Lages. Guia Serrano, 14/05/60, n°2127



convocar "todos os forros, carijós administrados, que tiver notícia andam vadios, e não tem casa, nem domicílio certo, nem são úteis à República e os obrigue a povoar as ditas terras (...)" (4).

#### ORIGEM DOS VADIOS - OS INÚTEIS À REPÚBLICA

Já a partir da Baixa Idade Média, na Europa Ocidental, a preocupação com os vadios, que preferimos chamar de desclassificados sociais, é uma constante, haja vista o convulsionamento social ocasionado pelo processo de urbanização, transformação da economia monetária e mudanças na estrutura da propriedade rural desintegrando o sistema feudal e engedrando em seu seio a pobreza, mudando a concepção que dela se fazia outrora: de pobre de Cristo, coitadinho que merecia ajuda e com a qual a vizinhança convivia sem causar escândalos passa a ser considerado como elemento que ameaçava a ordem social (5).

O avanço do processo de dissolução das relações servis de produção e da acumulação primitiva de capital aumentou o contingente de desclassificados sociais, pois, "a liberação do número de pessoas era superior à capacidade de absorção pelo sistema" (6).

É a partir do século XIV que na Europa Ocidental as autoridades voltam suas preocupações com os desclassificados sociais criando leis repressivas, defendendo a obrigatoriedade do trabalho (7).

As conquistas marítimas tiveram papel importantíssimo na absorção dos desclassificados sociais. "As possessões ultramarinas foram sempre para Portugal o ergástulo de seus delinquentes (8). As colônias seriam povoadas por uma grande parcela de elementos socialmente desclassificados.

O Brasil, colônia portuguesa na América, exercia a função econômica complementar a da metrópole possibilitando por parte desta a acumulação primitiva de capital através do exclusivismo comercial e do tráfico negreiro. A adoção do trabalho escravo possibilita a maximização do lucro, pois se fazia a apropriação do trabalho e do trabalhador sem contar ainda com as vantagens econômicas advindas com o tráfico negreiro.

A economia colonial assentou-se na existência da grande

(4) DACHS, Walter. Crise de autoridade. Guia Serrano, 14.03.64, n° 2808.

(5) SOUZA, Laura de Mello. Desclassificados do ouro - a pobreza mineira do século XVIII. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p. 51-52.

(6) SOUZA, Laura de Mello. op. cit., p. 52.

(7) Ibidem, p. 55.

(8) Ibidem, p. 65.

propriedade com a finalidade de produzir, visando o mercado externo e na exploração da mão-de-obra escrava - dois elementos básicos que irão engendrar a proliferação dos desclassificados sociais.

Uma economia voltada essencialmente para atender a demanda do mercado internacional, ao ser atingida por crises, afeta toda gama de indivíduos nela envolvidos. Leve-se em conta, que estando ela alicerçada na grande propriedade, priva a grande maioria da população ao acesso dos meios de produção.

A utilização da mão-de-obra escrava inviabilizava a utilização da força de trabalho livre, que somente de forma esporádica era utilizada quando determinadas funções não pudessem ser feitas pelo escravos. "Funções de supervisão (o feitor) de defesa e policiamento (milícia e ordenanças) e funções complementares à produção (desmatamento, preparo do solo para o plantio)" (9).

No final do século XVIII a população brasileira aproximava-se da cifra de 3 milhões de habitantes, sendo que mais da metade era formada por livres e libertos das mais diferentes origens sociais, cuja característica era a desclassificação em relação às necessidades exigidas pela grande propriedade agroexportadora (10).

Numa sociedade dicotomizada em duas categorias sociais, senhores e escravos, ambas envolvidas na obra de colonização, observa Caio Prado Júnior, que "entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas (...) comprime-se o número que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma" (11).

Definindo melhor esta categoria de desclassificados sociais temos: negros libertos, brancos, índios, grupos produzidos pela miscigenação das três raças - mulatos, cafuzos e mamelucos - "vivendo de rudimentar atividade de subsistência, não tendo praticamente, qualquer contato com a produção agroexportadora" (12).

Outro segmento é composto de agregados ou moradores

---

(9) LOBO, A. de Souza Costa. História das Sociedades em Portugal no século XV. Lisboa. 1904, p.49

Cf. Laura de Melho Souza. In: Desclassificados do Ouro.

(10) KOWARICK, Lúcio. Trabalho e vadiagem - a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 28.

(11) PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 7ª ed., São Paulo, Brasiliense, p. 279-280.

(12) KOWARICK, Lúcio. op. cit., p. 29.

dependentes das grandes fazendas e atrelados aos interesses dos ricos proprietários de terras.

Por último estão os mendigos, vagabundos, "os mais desgraçados, incômodos e nocivos" (13). Indivíduos das mais variadas matizes, não encontram "formas de inserção estável na rígida e excludente divisão de trabalho da ordem senhorial escravocrata" (14). Enveredam francamente para o crime e são estigmatizados de vadios (...) "elementos vomitados por um sistema que simultaneamente o criava e o deixava sem razão de ser" (15).

#### SUL - SORVEDOURO DE DESCLASSIFICADOS

Numa época em que as fronteiras do Brasil-Colônia não estavam definidas e se tornam em motivos de disputas entre Portugal e Espanha, como é o caso da Colônia de Sacramento e Sete Povos das Missões, as frentes de povoação se tornam importantíssimas e passam a marcar a ocupação do Sul pelos portugueses, dilatando as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas.

Adentrar ao sertão inóspito, infestado de "bugres" e malfeitores não se torna uma empresa fácil. Os que se aventuravam iam em busca de riqueza fácil e rápida trazendo consigo toda sorte de vadios e criminosos. "O sul passa a ser um grande sorvedouro de desclassificados por todo o século XVIII" (16).

A ordem expedida pelo Morgado de Mateus em 07 de agosto de 1766 deixa claro que Antônio Correia Pinto de Macedo "deveria convocar todos os forros, carijós administrados que tiver notícia andam vadios, e não tem casa nem domicilio certo, nem são úteis à República e os obrigue a povoar as ditas terras (...) (17), o que Antônio Correia Pinto de Macedo, considerado pelo Morgado de Mateus como pessoa de "princípios de Christandade, capacidade e rectidão" em um manifesto sobre a Villa de Nossa Senhora dos Prazeres da Lagens diz textualmente que "servindo aquelle certão para cuvil de ladroens fassinorosos e refúgio de matadores foi levantando Companhias de Auxiliares e com ellas foi purgando os fassinorosos ..." (18).

Walter Dachs em uma artigo publicado no Guia Serrano, intitulado "O Mal que os Homens fazem", coloca claramente: "(...)

(13) PRADO JÚNIOR, Caio. op. cit., p. 281.

(14) KOWARICH, Lúcio. op. cit., p. 281.

(15) SOUZA, Laura de Mello. op. cit., p. 66

(16) Ibidem, p. 82.

(17) DACHS, Walter. Razões da Fundação de Lages. Guia Serrano, Lages, 14.05.60, n° 2127.

(18) COSTA, Licurgo. O continente das Lagens. Vol. 1, FCC, Fpolis.,

neste imenso refúgio de vadios, desertores, criminosos e bugres selvagens que era o sertão das Lagens, onde sem etmer as Sagradas Leis Divinas e Humanas já se matou ao Juiz Ordinário e ao Sargento-Mór de Ordenanças e ao Reverendo Vigário que foi desta Villa, Antônio Antunes e o maltrataram com pancadas" (19).

Os vadios, desertores criminosos estavam espalhados por todo "Certão de Curitiba ou se estabeleciam nas redondezas da Vila de Nossa Senhora das Lagens".

Os desclassificados sociais a que se refere Walter Dachs poderiam ser elementos que fugiam das tropas e se embrenhavam no sertão, podiam ser pessoas que das mais diferentes vilas desse imenso país fugiam, escapando das malhas discriminatórias da justiça colonial, seja ele branco livre, pobre, mestiços, pretos forros, "indômitos povos de que ella (a vila da Lages) se compõe pela maior parte" (20). Elementos gerados no seio do próprio sistema e por ele repelidos.

Os bugres selvagens, moradores em grande quantidade na região, expropriados pelo elemento branco colonizador, quando não resistiam eram incorporados à fazenda como força de trabalho, assim é que: João Damasceno de Córdova tinha três agregados, entre eles dois brancos e uma índia, apreendida durante as invasões dos bugres (21). Em 1777 a população da Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens constituía-se de 662 pessoas de todas as idades e de ambos os sexos, dos quais 94 indígenas que trabalhavam nas roças de Sua Magestade, o Rei de Portugal (22).

A resistência indígena ao processo de dominação empreendido pelo homem branco durou anos. Os ataques indígenas às fazendas, matando pessoas é um demonstrativo claro de sua resistência. Somente a força das armas os afastaria da luta. A caçada aos bugres selvagens demonstra com que ferocidade o homem branco colonizador os tratou.

A tônica das preocupações é com desertor, criminoso, vadios, escravos fugitivos que nos quadros demonstrativos dos presos existentes na Cadeia da Cidade de Lages, durante a década de 1840-1850 predomina a prisão por vadiagem seguido de deserção,

(19) DACHS, Walter. O mal que os homens fazem. Guia Serrano, Lages, 17/9/1960, n° 2144.

(20) DACHS, Walter. Para restabelecer a ordem. Guia Serrano, Lages, 28/03/1964, n° 2811.

(21) DACHS, Walter. João Damasceno de Córdova. Guia Serrano, Lages, 27/07/1963, n° 2775.

(22) DACHS, Walter. A essência do Sertão. Guia Serrano, Lages, 11/11/61, n° 2693.

averiguações policiais e pretos fugitivos (23).

A Lista e Mapas Geraes dos Habitantes da Villa das Lagens de 1798 a 1804 nos dão um demonstrativo claro da predominância dos desclassificados sociais. Assim é que em 1798, a Vila de Lages contava com 218 brancos livres, estando aí incluído o gentio, contra 380 pessoas formadas por pretos livres e mulatos escravos. Já a de 1808 dá um total de 386 brancos incluindo o gentio contra 492 pessoas da mesma origem anterior (24).

Muitos desses homens brancos livres pobres, mestiços, pretos forros eram elementos que compunham o corpo de tropas enviadas para o sul com o objetivo de combater o inimigo castelhano, pois em 1777, o Morgado de Mateus, escrevendo ao Conde de Valladares pediu que lhe enviasse "toda a gente que lhe for inútil para ser empregada com aproveitamento naquella fronteira" (25). Multidão de gente sem armas, sem vestido e sem disciplina, que só para o consumo tem préstimos, capazes de causar mais danos do que os próprios castelhanos (26).

Por carta de 29 de março de 1777, Martim Lopes Lobo Saldanha, governador da Capitania de São Paulo, comunica à Câmara da Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens que "estava aprontando com toda a diligência um numeroso corpo de tropas, para socorro do exército do sul, que há de mandar por terra pela Campanha de Viamão para que se tomasse as providências necessárias (27).

A Câmara da Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, por edital de 11/06/1777 determina aos moradores que consertem suas estradas, façam pontes e aterrados (...) descortinar restingas de matos fazendo caminhos e que fornaçam até os confins desta Capitania de São Paulo, gado, farinha de milho, feijão, toucinho e cavalgaduras para os seus transportes. Foram então criados doze pousos para recebimento das tropas que marcharam para o sul (28).

Dos seis mil homens que comporiam a tropa, nem todos foram utilizados, pois, logo se fez a suspensão das armas por determinação de Dona Maria, Rainha de Portugal. Parte das tropas chegam

---

(23) Arquivo Particular Manoel Thiago de Castro. Quadros demonstrativos dos Presos existentes na Cadeia de Lages - 1840-1850.

(24) MARCÍLIO, Maria Luiza. Estrutura demográfica de Lages. p. 31-32.

(25) SOUZA, Laura de Mello. op. cit., p. 85.

(26) Ibidem, p. 88.

(27) DACHS, Walter. A guerra fria vai esquentando. Guia Serrano, Lages, 28/04/1963, n° 2763.

(28) Ibidem, de 04/05/1963, n° 2764.

à Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens pelo dia 14 de junho de 1777.

Muitos desses homens não retornaram ao local de origem (Capitania de São Paulo, Rio de Janeiro e em maior quantidade de Minas Gerais) eram absorvidos na própria região onde se encontravam. Assim é que o Governador de Viamão ficou com 140 que vestiu e armou em duas companhias de caçadores. O Capitão-Mór Regente da Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens escolheu 200 e Martim Lopes sugeriu o aproveitamento de mais uns cem nos trabalhos de uma dilatada roça feita com o intuito de alimentar as tropas (...) as autoridades encontravam por fim, uma maneira de transformar o ônus da sua subsistência em utilidade para o Estado (29). Turba de homens brancos, mestiços e negros forros - argamassa tão necessária à consolidação das fronteiras, à continuação do mando, à manutenção do sistema colonial.

Vadios, criminosos, desertores, bugres selvagens, faziam parte da população inicial de Lages. "Inuteis à República", na visão do Morgado de Mateus, se convertem em úteis à obra de expansão colonial engendrada pelo Estado. Marginalizados, sujeitos ao mandonismo local, despossuídos da propriedade da terra gravitam em torno de seus senhores a eles servindo ou reagindo de forma individual, desorganizada. "O homem decidido, que não se dispõe a suportar as dificuldades tradicionais do plebeu numa sociedade de classes - pobreza e submissão - pode escapar delas tanto juntando-se aos seus opressores, servindo-os, como revoltando-se contra eles" (30).

Sua existência está intimamente relacionada com o próprio desenvolvimento do capitalismo que os engendra mas não os absorve, os repele. São estigmatizados como "indômitos povos" que perturbam a ordem social e somente em circunstâncias ocasionais serão utilizados em serviços que o homem branco livre não se sujeita - como é o caso da formação do corpo de tropas para a defesa das fronteiras do Sul - as tropas se convertem em instrumentos de expulsão do desclassificado social concentrados em região densamente povoadas, aliviando tensões ali existentes. A obra de povoamento, com as fundações de vilas pelo interior do país teriam um papel decisivo na absorção e controle dos desclassificados sociais.

---

(29) SOUZA, Laura de Mello. op. cit., p. 88-89.

(30) HOBSBAWN, E. J. Rebeldes primitivos - estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1978. pp. 22-23.

A fundação da Villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens em 1771 além de significar o estabelecimento de um ponto avançado da conquista portuguesa para o interior, dilatando as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas, constituindo-se em ponto estratégico de defesa da terra, significa paralelamente uma forma de absorção dos desclassificados sociais, paridos por um sistema onde o que interessava era o comércio externo e com uma estrutura sócio-econômica assentada na grande propriedade onde duas classes sociais antagônicas e complementares estariam diretamente envolvidas na obra de colonização - senhorial e escrava - os que estavam fora deste circuito constituíam-se nos "inúteis à República" que contraditoriamente transformavam-se em úteis.

## 1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo discutir alguns aspectos do ensino da disciplina de Pré-História para os alunos dos cursos de graduação em História. Vários e diferentes critérios norteiam a distribuição de disciplinas e conteúdos pelos (geralmente) quatro anos de que se compõem as licenciaturas e bacharelados em História, mas é razoável supor que, em muitos destes cursos, a Pré-História é ensinada no início, que dizer, no primeiro semestre, mormente após a extinção do ciclo básico nas universidades e faculdades, característico da década de 1970.

Temos assim, como ponto de partida, a suposição de que o ensino da Pré-História acontece para alunos recém-ingressos no curso superior. Evidentemente o nosso parâmetro será o curso onde exercemos a atividade de professor de Pré-História, na USFC, em Florianópolis. Aqui, na primeira fase do curso de História, os alunos são incentivados a matricular-se nas disciplinas de Sociologia, EPB, Língua Portuguesa e Pré-História, com eventuais variações conjunturais. Iniciamos este trabalho asseverando que, em tal contexto, é fundamental para o melhor aproveitamento dos semestres e disciplinas que se seguem, que a Pré-História seja considerada não só em função dos conteúdos que pretende ensinar, mas, também e enfaticamente, como a disciplina que pela primeira vez irá reunir a turma de alunos no estudo de conteúdos específicos da História.

Por isso, queremos colocar a importância de aí proceder a uma atividade integrativa que vise formar uma base intelectual que unifique alunos de diversas origens escolares e extra-escolares, num grupo o mais possível homogêneo quanto à definição dos conceitos que permitirão a aprendizagem compartilhada e socialmente conseqüente dos conteúdos. O mesmo se aplica às práticas de aprendizagem, que apesar de deverem ser fundamentalmente um treinamento contínuo, recriado e espontâneo, na nossa avaliação,

---

(\*) Professor de Pré-História do Departamento de História da UFSC.  
NOTA: O texto que se segue, é composto pelas partes iniciais de um trabalho mais amplo, ainda em fase de realização, com término previsto para 1990.



dificilmente, hoje, deixarão de utilizar meios e atividades consagradas como a leitura especializada, a discussão em sala de aula (eventualmente na técnica de seminário), e a realização de trabalhos escritos discursivos (provas ou monografias).

Assim temos definido o objetivo do trabalho, que não se prende à revisão dos conteúdos da disciplina, mesmo porque nossa atividade de pesquisa não se dá especificamente nesse campo, mas às formas pelas quais esses conteúdos serão tratados. Vale lembrar que consideramos que o docente ideal para a disciplina possui significativa experiência prática de arqueologia pré-histórica, mas não devemos esquecer que: a) a maioria dos conteúdos consagrados da disciplina remete à áreas não-brasileiras e não-americanas, o que praticamente inviabiliza, pelo menos de maneira numericamente significativa a relação de identidade entre docente e produção de conteúdo; b) mesmo no caso (bastante raro e de resultados discutíveis, para dizer o mínimo) de um curso de Pré-História centrado no estudo das culturas pré-cabralinas do território brasileiro, o número de arqueólogos militantes no Brasil com trabalho científico de valor reconhecido é tão menor do que o número de professores de Pré-História que nos leva a trabalhar sob a (lamentável) perspectiva de inevitável dissociação, pelo menos neste caso, entre as atividades de pesquisa e de ensino.

Não consideramos, porém, que esta realidade represente uma barreira intransponível quanto à busca de uma qualificação de docentes para a disciplina. Não podendo, pelo menos a curto e médio prazo, resolver o problema (que não é específico da disciplina, vale dizer); tentamos levantar aqui algumas discussões acerca do que se ensina e do que se aprende neste primeiro contato entre aluno e aluno, alunos e professor, e alunos e conteúdo da Pré-História e da História.

A título de ilustração, informamos que nosso caso pessoal é típico do problema abordado acima. Tivemos a disciplina no primeiro semestre específico do curso de História (após o ciclo básico dos anos 70) lecionada por professor, que, à época, possuía respeitável prática de arqueologia pré-histórica em âmbito regional; participamos anos depois de várias jornadas de pesquisas arqueológicas pré-históricas e históricas em horizonte igualmente regional; tivemos estudo mais aprofundado de sociedades tribais no decorrer do Curso de Mestrado em Antropologia, tendo como professor arqueólogo de extrema competência e renome internacional; e desde 1984 temos lecionado, à razão de duas turmas por ano, a disciplina no curso de História da UFSC. Como se vê, essas qualificações são

principalmente teóricas, e será portanto no nível teórico que discutiremos formas de tornar mais compensatório para o aluno e para a qualidade do curso de História, o ensino de Pré-História.

## 2. Especificidade da Pré-História entre as disciplinas do curso de História

Se há algo que diferencia as disciplinas do Curso de História da Pré-História, é o fato de que a mesma trata do estudo de formações sócio-culturais que, ao que se supõe, não produziram registros escritos quer sobre suas próprias atividades, quer sobre seu entendimento do universo.

Uma visão tradicional e conservadora, que provavelmente ainda pode ser considerada como a quantitativamente mais importante sobre o conhecimento histórico, vincula-o essencialmente do documento escrito produzido pelo grupo que se quer conhecer. A teoria e a metodologia da História tratam, com abordagens diversas, da busca, da seleção, da análise e da crítica do documento escrito como fonte básica para a construção historiográfica. Tal postulado, embora a exigir (recebendo) discussão (1), é em princípio, exclusivo da História e impertinente à Pré-História, tornando-a assim um capítulo de uma ciência, ou de um ramo de conhecimento, que não dispõe da alavanca principal para a produção deste conhecimento.

Não teria sido, comumente, um tratamento de "mal necessário" o reservado à Pré-História? Ou seja, não será ela percebida como um campo "menor", ou "menos nobre" do conhecimento histórico, por não ter a dignidade da fonte escrita a garantir a autenticidade dos resultados de suas pesquisas? Discutamos este ponto: usamos intensionalmente termos tendenciosos na frase anterior para enfatizá-lo, e após, discuti-lo e eventualmente rebatê-lo. A "dignidade" da fonte escrita a "garantir" a autenticidade são formas de colocar a questão que nos parecem definir e esclarecer, talvez caricaturando, a postura mais encontradiça entre teóricos, filósofos e epistemólogos da História. A fonte escrita é usualmente percebida como insuperável e insubstituível, por quantidade de "verdade" contida nas informações que traz, para escrever a história. Se assim for (e "assim é se lhe parece") a Pré-História necessariamente será um campo de conhecimento menos

(1) Aqui mesmo na UFSC, há pesquisas concluídas e publicadas, por exemplo, sobre História Oral, ou seja, o uso de fontes não escritas na pesquisa histórica (principalmente do Prof. Carlos Humberto P. Corrêa).

exato, mais sujeito ao erro e à interpretação tendenciosa.

Um primeiro ponto a levantar, e que traz consigo uma discussão supra-histórica, é sobre a definição de escrita. "O que é escrita" pode parecer uma questão terminada e geralmente assim parece aos nossos alunos, e certamente o ensino da Pré-História correrá mais tranqüilo e manso se aceitarmos que a escrita é um código de signos dotados de denotação, arbitrário e consistente de formas convencionais traçadas que representam sons que, por sua vez, representam entidades tanto concretas como abstratas.

Será tão simples? Se sabemos que para qualquer de nós, brasileiros urbanos, em um dia em que aconteça o grande clássico futebolístico carioca, o uso de uma camiseta com listras vermelhas e pretas significa claramente a condição de torcedor do clube de futebol Flamengo de seus usuários, podemos perceber formas de "escrita" mais flexíveis do que as letras arranjadas em sílabas, palavras e frases. Será a camiseta um símbolo e não um signo? É necessário lembrar que se trata de uma discussão em curso, cujo resultado, aliás, alterará a percepção ou leitura do que o signo/símbolo significa/simboliza. Será a escrita, caracterizada pelo fato de as letras combinadas, ou não, representarem sons que por sua vez, representam coisas, quer dizer, possuir uma dupla representação, ou uma representação em dois estágios, o significante remetendo ao significado através de dois códigos - o escrito e o verbal (sonoro)? Se assim for a escrita ideográfica, por exemplo, poderá perder o status de tal, e outros códigos, possuidores de mensagem/significado subliminar, como os exclusivamente visuais, ganhá-lo.

Não é este o contexto para tal discussão, hoje muito avançada, especializada e específica, nem somos qualificados para levá-la adiante. O que se busca, tangenciando o assunto, é remeter à complexidade e relatividade do saber acerca do comunicação e, conseqüentemente, do que se entende por escrita. Por isso nos parece da maior importância discutir o que se está entendendo por escrita, pois tal noção tem sido usada exaustivamente, para definir, por exclusão, a Pré-História, sem que os que a usam, muitas vezes, saibam exatamente do que estão falando, e sequer saibam, ainda, que pouco ou quase nada sabem, e que tanto há para discutir.

Os pontos a discutir sobre a noção do documento escrito como fundamento no processo de produção do conhecimento histórico continuam. Quem lê "Nossa Senhora de Paris", de Victor Hugo (ou mais popularmente, "O Corcunda de Notre Dame"), encontra, à páginas

tantas, um tratado acerca da obra coletiva-arquitetônica-religiosa-magnificante, a catedral gótica, enquanto armazém de conhecimentos de vários níveis, alguns dos quais acessíveis apenas a raríssimas pessoas treinadas para "lê-los". Provavelmente, será possível, numa catedral gótica que durante um século ou dois foi o depósito do trabalho braçal e intelectual (sacro e profano) de toda uma população, obter um retrato desta mesma população e de sua cultura, mais complexo que o obtível em qualquer outra fonte. Afinal a obra é resultado do trabalho braçal não-especializado, especializado (artesanal), intelectual profano e intelectual religioso, e não existiria se qualquer desses elementos não existisse. Uma catedral não é escrita. Ou esta questão já começou a ficar ociosa? Enfim, catedralizemos um pouco mais. Se ampliarmos a noção de catedral para templo (com os aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos, artísticos, etc ...), a mesma noção de documento (não necessariamente escrito) de importância fundamental para o conhecimento histórico transcenderá o seu momento histórico e estará presente em provavelmente todas as divisões da História e da Pré-História. Certamente a quantidade de informações contidas em um templo relativamente modesto será menor do que a catedral gótica. Mas um templo - lugar social de culto coletivo de entidade(s) sobrenatural(is) - é um templo, seu significado essencial costuma ser o mesmo para o grupo. Assim sempre poderá ser "lido" e prestará (mais ou menos) informações sobre o grupo que o constituiu e/ou o utiliza. Sepensarmos em um templo radicalmente diferenciado da catedral gótica, como uma árvore, ou uma pedra, onde um grupo proceda sistematicamente à rituais, poderemos pensar que o mesmo nos fornecerá pouquíssimas ou nenhuma informação. O que se tende eventualmente a esquecer é que a catedral nos dá tantas informações também porque já temos uma razoável quantidade de informações sobre o grupo que a construiu, e assim, com uma tautologia (2), oportunamente interrompemos o ponto em discussão.

Caberia comentar também a alegação freqüente e já levantada aqui sobre a garantia de autenticidade da informação obtida via documento escrito, e para não gastar demasiado tempo discutiremos uma formulação radical, ouvida geralmente entre historiadores positivistas, e/ou pretensamente positivistas, que confere a maior garantia de autenticidade àquela informação obtida através de documentos oficiais, tais como relatórios de administradores, atas dos poderes legislativos, etc ... Tal suposição argumenta que estas

---

(2) anunciando a chegada do debate de sexo dos anjos ...

fontes são fidedignas porque, ou também porque, ao contrário das fontes não-oficiais, são objetivas e não envolvem sentimentos pessoais. Apesar de este tipo de postura estar desaparecendo dos centros dinâmicos de produção historiográfica brasileira, temos razões para acreditar que no hinterland, nas Universidades e faculdades mais ligadas às zonas de produção agropecuária, não só ainda existe significativamente como é - et pour cause - dotada de razoável ou grande força política. Quando discutimos esta argumentação costumamos lembrar de um político-administrador de nossa infância, que se notabilizou como construtor de escolas e conseqüentemente, combatente mortal do analfabetismo, pré-mobralismo.

Tal administrador contratou a construção de enorme quantidade de escolas, quer dizer, prédios para escolas. Seu tino e sua habilidade se evidenciaram no momento da escolha da cor dos prédios, pré-fabricados, seriam pintados de azul vivo e brilhante, e os telhados, de laranja. E assim, após os prédios terem sido apelidados "espontaneamente" pela população com o nome do político (Escolinhas do "João"), foram plantados em todos os cantos, quer urbanos, quer rurais, de seu domínio administrativo. Nosso personagem colocou assim, uma quantidade imensa de "cartazes" de promoção de sua pessoa, inclusive em locais onde já havia escolas suficientes, ou onde não havia professores, ou ainda, onde não havia alunos. Mas ao dobrar a curva da estrada, aos passageiros do ônibus ou do trem saltava aos olhos o azul-laranja do administrador! Certamente alguns destes prédios se transformaram em escolas. E certamente algum aluno foi, em alguma delas, alfabetizado. Assim, é correto dizer que, graças às escolas do administrador, o número de analfabetos em sua área de abrangência diminuiu. Já os relatórios oficiais, frios, imparciais e objetivos, tão prezados por alguns como a matéria-prima ideal para a produção do conhecimento histórico, relatarão que durante esta administração foram construídas 'x' escolas representando um aumento percentual de 'y' no número de escolas. Considerando que cada escola, em média (outro dado absurdo muito freqüente na voz da administração) atende a 'z' alunos, e os que são alfabetizados compõe 'x' por cento deste total, temos que durante a administração do personagem aqui aludido o analfabetismo, em sua área de atuação, caiu de 'y' para 'z', q.e.d. Recordamos, pessoalmente, o expressivo número de prédios azuis-laranja que, por inutilidade ou falta de condições, foram utilizados com moradia ou fins menos nobres, e acabam se deteriorando. Este caso tão largamente relatado aqui parece-nos digno de menção por ser, ele mesmo, um comentário razoável acerca da

garantia de autenticidade do documento escrito, e particularmente do de origem oficial. Temos condições de avaliar esta situação de forma menos fantasiosa exatamente porque a conhecemos de perto e não somos frios nem imparciais quanto à ela q. É freqüente ouvir-se a defesa do não-envolvimento pessoal do pesquisador com o assunto pesquisado, e nos parece que um caso anedótico como o relatado, mostra uma das conseqüências possíveis de uma atenção excessiva à letra do documento oficial.

Seguindo com os pontos que tornam a Pré-História uma disciplina assaz específica em relação à todas as outras dos currículos dos cursos de História, queremos comentar o fato de à Pré-História faltarem os indivíduos que, tão freqüentemente, são utilizados por historiadores ou professores como elementos explicativos de fatos históricos. Assim antecipamos o ponto dissociativo seguinte entre Pré-História e História, já que se faz necessário aludir à falta de eventos ou fatos específicos conhecidos durante a Pré-História.

Acompanhando discussões atuais entre teóricos da História nos sentimos defasados em colocar como ponto importante o questionamento da ação individual e do evento específico enquanto matéria-prima da historiografia. Por outro lado, nos parece que abordagens teóricas mais abrangentes, que privilegiem processos e movimentos sociais, devem ter como substrato, como origem e confirmação, esses mesmos indivíduos e eventos. Pretender uma história que se ocupe apenas do geral e, por princípio teórico, esqueça o particular, nos parece uma atitude muito típica do recém-convertido que, para mostrar sua total conversão, se acha obrigado a negar todos os aspectos de seu antigo ministério, inclusive os que, pela sua importância, possibilitaram ou mesmo causaram o aparecimento da orientação na qual atualmente milita.

(Se a história-ciência deve buscar generalidades e propor leis, não deve esquecer que a transformação da ciência em religião se dá quando as leis supostamente não precisam mais de confirmação empírica. Colega nosso (3) comentava quão assustador é ver professores de História (ou Bacharéis) formados no positivismo (ou empirismo com pretensões a) voltarem-se para o materialismo com a mesma atitude devocional, de busca da verdade acabada, que tinham para com os ícones anteriores. Estamos dizendo que atualmente a freqüente negação total da historiografia característica das décadas passadas, bem representada, ao menos no Brasil,

---

(3) Prof. Henrique Luiz Pereira Oliveira, Departamento de História da UFSC.

pela produção dos Institutos Históricos e Geográficos, é uma atitude anti-histórica. Afinal é sobre os dados compilados por estes antecessores - freqüentemente tratados de maneira depreciativa como "intelectuais orgânicos", como se os docentes beneficiários dos governos federal e estadual, ou pesquisadores com verbas de instituições públicas não o fossem - é sobre esses dados, dizia, e com eles, que se pode dar um salto qualitativo na direção da história-ciência).

O fato da história de indivíduos e eventos ser considerada ultrapassada por uma fração da vanguarda acadêmica é preocupante, porque observamos diariamente que ela continua a ser ensinada, não só nas escolas como nos cursos de graduação. Esta superação olímpica do que ocorre cotidianamente na sala de aula, é, no mínimo, alienada, já que o supostamente superado e ultrapassado continua existindo em quantidade apreciável, e se reproduzindo.

Assim sugerimos que a Pré-História, à qual realmente faltam indivíduos e fatos que ilustrem e comprovem suas teorias, seja vista e definida como carente destes aspectos. Afinal, como lembrava colega nosso (4), Braudel axiomáticamente dizia que a História é a soma de todas as histórias. O que vale pensar é a qualidade distinta da Pré-História em relação à História, causada pela distância uniformizadora e pela ignorância de detalhes. A ciência é feita com o material disponível e não preenchendo as lacunas com material imaginário. Assim, a Pré-História deve diferir mesmo e até em suas premissas básicas da historiografia convencional. Não chegando a formar uma ciência à parte, certamente é um capítulo onde há que revisar os métodos tradicionais e criar métodos específicos. Como tocaremos mais adiante na situação particular da Pré-História com diferentes abordagens teórico-metodológicas, por enquanto lembramos que o ensino da Pré-História será baseado no geral, sem a possibilidade de ilustrar, documentar e demonstrar assertivas, através de exemplos que se baseiem em acontecimentos específicos. É freqüente fazer-se, a partir desta qualidade, relações entre a Pré-História e a Sociologia, mas esta ciência tampouco repudia - felizmente - o conhecimento e a análise do concreto, do fato específico, como amparo necessário para a formulação de princípios gerais.

Mas se a Pré-História carece destes elementos, ela possui outros. Gostaríamos de poder dizer com certeza que todas as formulações teóricas relativas ao conhecimento da Pré-História se

---

(4) Prof. Valter Manoel Gomes, do Departamento de História da UFSC.

baseiam em evidências e documentos. Geralmente é assim. O que sobrou dos seres humanos e de sua cultura material indica, para o especialista, de forma não menos clara que o relato, suas formas de associação, produção, suas relações com o meio, suas estruturas de parentesco, sua concepção de chefia e de liderança; e dá pistas sobre sua visão do mundo. Afinal, a humanidade pré-histórica, não como um todo homogêneo (noção de resto absurda), mas em algumas de suas subdivisões, algumas de suas formações sócio-culturais, deixou elementos suficientes para que se possa ensinar uma Pré-História que vai além do mero exercício de lógica. Temos locais de habitação permanente datados, e uma paleobotânica e uma paleozoologia que viabilizam a concepção de uma relação entre ambiente e grupo humano; temos estruturas de habitações, aproveitadas ou construídas, que informam sobre a noção e a composição de estruturas familiares; temos utensílios de produção de alimentos que sugerem a capacidade diferenciada da espécie, de sobrevivência via uma cultura compensatória; temos locais de sepultamento onde a semelhança entre os enterramentos leva a supor a não-diferenciação de stata; temos construções megalíticas orientadas astronômicamente; temos pinturas e esculturas ... Se não temos o indivíduo, temos o grupo, ou a associação de indivíduos, temos a matéria-prima da História.

Certamente uma seqüência de fatos tais como a domesticação de plantas e animais, seguida por um aumento geométrico da população onde tal sucedeu, implica em deduções que, confirmadas por situações semelhantes no mundo todo, permitem traçar um painel da humanidade pré-histórica enquanto uma coleção de grupos dos quais são conhecidos os traços estruturais. E não se deve esquecer que somos capazes de assimilar uma certa quantidade de informações, sendo conseqüentemente obrigados a filtrar o que é fundamental, o que consideramos estrutural. Talvez o corolário deste pensamento seja que em algum futuro, o presente seja pré-histórico. O que nos leva ao item seguinte.

### 3. Conceituação de Pré-História

Todas as dúvidas que levantamos até aqui são apenas algumas das muitas mais que, felizmente, nutrimos em relação à Pré-História. Conceituá-la, portanto, é tarefa que tende a se tornar simples demais ou excessivamente complexa. Podemos dizer, inicialmente, que, tal como qualquer outro período da História, tal como a própria História, a Pré-História é um conceito. Os períodos da História, assim nos parece, jamais existiram na



concretude dos fatos, mas foram sempre pensados por quem deles se ocupou (5). Se "um conceito não é uma coisa", mas a formulação humana e, fundamentalmente, cultural, de uma coisa, devemos perceber os períodos e subdivisões da história não como coisas e sim como idealizações, abstrações de gabinete. Lembrar que estamos nos movendo no domínio do conceitual é confortável e importante na medida que não se pode pretender um absoluto, e aceitamos que seria arrogância buscar a definição última, certa, de nosso objeto. Seria o caso de colocar-se, preliminarmente, talvez, "a Pré-História segundo quem?", e a seguir justificar a escolha do(s) evangelista(s) dentro de princípios teóricos.

No entanto seria ocioso, e mesmo desrespeitoso, comentar as possibilidades de estabelecer o conceito de Pré-História sem partir do que existe, quando e se o que existe é significativo, o que ocorre. Generalizadamente, quase consensualmente, a Pré-História é o período ágrafo da História, a História da humanidade até o aparecimento da escrita.

Vê-se que já a designação, o conceito enquanto formulação lingüística implica um problema: se é Pré-História não pode ser História. Ou seja, até o surgimento da escrita a humanidade não tem História. Até que, dito assim, o conceito parece razoável. Subindo um degrau na qualidade da produção científica pertinente, porém, observamos que a agradável e aparentemente simples noção de humanidade não é absolutamente pacífica, já que a humanidade no abstrato não é matéria da ciência, que necessita experimentar. Assim haverá humanidades e não humanidade, e conseqüentemente haverá surgimentos da escrita particulares, levando à necessária fragmentação do conceito em sua forma mais localizada. De onde surge a idéia que as sociedades ágrafas não possuem História? Parece-nos que de uma postura historiográfica radical na valorização da cultura grega, ou do "período clássico". (É freqüente entre positivistas, sérios e pseudos, a idéia de que a humanidade vivia nas trevas da superstição, da ignorância e do mito e delas só saiu nos idos de Péricles, quando, sem sequer o auxílio de uma pomba sagrada, a razão iluminou a terra e os gregos-atenienses, aliás - furiosamente inventaram o discurso lógico, a filosofia, a tragédia et alii). Escusado discutir este ponto de vista. Seus próprios formuladores foram obrigados a engolir-lo e a dar status de "históricos" a babilônicos, sumérios, egípcios, chineses, hindus e, com extrema relutância, a maias, astecas e

---

(5) E vale dizer que os historiadores não os recriam, mas os criam.

incas, já que cada um destes grupos, pelo menos, inventou a escrita, ou coisa definida como tal, havendo necessidade portanto de em cada caso marcar um processo particular de transição da Pré-História para a História.

Mais tentadora é a solução várias vezes aventada que reside em marcar a transição uma única vez, quando o mais antigo desses processos ocorreu. Neste caso, diz-se simplesmente que a Pré-História termina (ou a História inicia) em meados do 4º milênio, quando os mais antigos caracteres cuneiformes aparecem na Mesopotâmia, o que, embora uma impossibilidade teórica, é tentador para as grandes periodizações. Enfim, parece-nos aceitável, no momento, por razões de clareza, aceitar a definição de "Pré-História localizada", ou seja, o período que um grupo vive entre seu surgimento e o surgimento da escrita (esta entendida simplificada como páginas atrás). Mas aí temos de enfrentar pelo menos mais dois problemas cruciais: o problema da opção preferencial pela escrita enquanto elemento distinguidor, e o problema da(s) origem(ns) da humanidade).

Como já foi comentado, a escolha da instituição da escrita para marcar o final da Pré-História se prende a uma visão, se não superada, pelo menos antiquada em relação às mudanças pelas quais passaram os grupos humanos. Típica da era vitoriana, esta visão tratava, essencialmente, de colocar a cultura protestante européia como o ponto máximo do desenvolvimento humano, e as formações sócio culturais, à medida em que se diferenciavam do padrão arbitrariamente escolhido, iam sendo percebidas como menos civilizadas, mais primitivas. Por outro lado, o etnocentrismo comum à todos os grupos humanos possui uma demonstração mais tênue quando não há mais uma literatura que o reforce e o reproduza. Ele certamente existe nas sociedades ágrafas, mas é menos perceptível na medida em que não é evidenciado em documentos escritos. A etnografia do final do século passado e início deste promove esta suposta inferioridade das sociedades ágrafas - que, coincidentemente, são as sociedades tribais, grosso modo - e seus resultados são visíveis na produção científica e supostamente científica do Primeiro Mundo até hoje. Unificar a noção de História com o surgimento da escrita é uma formulação contemporânea que esclarece bem mais a respeito dos formuladores do que dos grupos descritos.

A escrita surge indissolúvelmente ligada ao processo da revolução urbana, que é formada por vários feixes de acontecimentos interligados e mutuamente causais. A revolução urbana, que ocorre inicialmente no Oriente Médio (Mesopotâmia e Egito), no 4º milênio,

e posteriormente na Índia, China, Sul da América do Norte, América Central e Noroeste da América do Sul, está ligada primeiramente à expansão da tecnologia da produção de cereais, graças à qual o trigo e a cevada, o arroz e o milho puderam ser produzidos intensivamente com o uso de complexas técnicas de irrigação. É comum notar-se na exposição do processo de revolução urbana uma tendência a buscar o elemento chave responsável pelo seu deflagramento. Temeridade! Dito processo ocorreu independentemente, e suas diferenças locais são tão complexas quanto as semelhanças. Porém, o que se observa de comum, entre os fatores que no momento nos interessam, é o caso da produção de excedentes de alimentos. Abstraindo muitas outras possíveis decorrências desse fenômeno, lembramos que o armazenamento de grãos entre populações numerosas, supõe o controle rigoroso da contribuição familiar, mormente quando está em gestação um aparelho administrativo encarregado, entre outras coisas, de recolher de forma suportável o tributo que o sustentará, proverá o comércio, o fundo para cerimônias, calamidades, etc. Eric Wolf demonstrou com clareza as finalidades possíveis do excedente agrícola.

O recolhimento, a guarda, o armazenamento, o comércio e a redistribuição do excedente agrícola exige um sistema de contabilidade e muito provavelmente, dá origem à escrita, enquanto instrumento de controle. Certamente é razoável supor o surgimento da escrita independente da necessidade de controle de excedente agrícola, mas não há notícia de que uma codificação compartilhada de símbolos gráficos tenha se desenvolvido independente do processo de revolução urbana.

Assim, costumamos definir o fim da Pré-História para um determinado grupo como o processo de Revolução Urbana, no qual o surgimento da escrita é um dos fatores fundamentais, juntamente com a tecnologia agrícola, a estratificação social, a teocracia, etc. Pode parecer uma questão menor insistir em negar à escrita o papel de coveira da Pré-História, ou mais simpaticamente, de parteira da História, já que não há discrepâncias significativas de tempo e espaço entre a Revolução Urbana e a escrita. Insistimos, de fato, por uma questão ideológica. No antigo ginásio aprendemos que a "descoberta" da América aconteceu porque determinada tecnologia de navegação e de auxílio à navegação foi inventada. Houve as invenções (que são acidentais) e então foi possível realizar a navegação transoceânica. Entretanto sabe-se que a viagem marítima à América foi realizada várias vezes, séculos antes do Renascimento. O que normalmente não é dito é que a ocupação e colonização da América não eram, por exemplo, uma aventura viking, mas uma

necessidade vital de expansão para o capitalismo comercial e de fortalecimento econômico e geo-político para as Coroas ibéricas. Por isto foram inventados os instrumentos que permitiram realizar com relativa segurança a colonização e o saque da América. Como se vê, a formulação "ginasial" premia o fator acaso como deflagrador de processos históricos. Entendemos que colocar a invenção da escrita como marco do surgimento da História é uma postura ideológica análoga. Além disso, lembramos que apenas por uma questão de clareza, estamos utilizando o conceito de "escrita" de forma aparentemente não polêmica, e que, na medida em que a Revolução Urbana é um processo intencional formado por vários componentes agrupados que, se independentes, dificilmente a deflagrariam, sua utilização como início da História é menos vaga do que um único elemento que, ao que se pode perceber, surge a reboque da administração do excedente de produção.

Apenas como parêntese, alertamos para a possibilidade de a formulação anterior remeter à noção de que o cultivo de cereais, auxiliado por uma tecnologia eficiente, gera um excedente de produção que leva à Revolução Urbana. A etnografia, principalmente, é rica em exemplos de grupos que produzem excedentes e não alteram sua estrutura sócio-econômica. Praticamente qualquer manual de Antropologia descreve o Potlatch, a destruição ritual do excedente característica de certas tribos da América do Norte. Marvin Harris sustenta que, junto a esta, há<sup>1</sup> outras estratégias para impedir a hierarquização da sociedade, e exemplos de outros tipos podem ser encontrados em Clastres e Turner. Portanto, nos limitamos a dizer que a produção de excedentes torna possível, se conjugada com vários outros fatores, a Revolução Urbana, mas não necessariamente a determina.

Finalmente colocamos um final para a Pré-História. Na medida em que as sociedades que passaram pela Revolução Urbana vieram a dominar as que não passaram, ou simplesmente as circundaram (como foi o caso com a Revolução Industrial), cremos ter deixado claro que a Pré-História termina quando uma formação sócio-cultural se diferencia internamente, quando as relações de parentesco deixam de ser os determinantes de stata, quando as chefias e lideranças se transformam em casta privilegiada, seja este processo espontâneo (endógeno), aprendido (difundido), ou imposto (conquista).

Tratemos agora do início. A História e a Pré-História tratam das sociedades humanas, e não do indivíduo. Vamos além na conceituação que propomos para as sociedades humanas: não há possibilidade de existir um indivíduo isolado. Os seres humanos se

humanizam em interação, coletivamente. Poderemos sempre entender indivíduos pertencentes a este ou àquele grupo, mas não absolutamente independentes, não importa que tipo de relação venham a ter com seu grupo de origem. Com isto estamos dizendo que não entendemos, enquanto disciplina da História, a noção de uma humanidade abstrata, ou de um espírito humano, ou de uma consciência humana, a não ser devidamente contextualizados.

A arqueologia pré-histórica, entretanto, parece militar contra tal posição, se assim quisermos encarar a - hoje unânime opção pela hipótese de uma única origem para todos os grupos humanos. Mas se todos os homens têm uma única origem, como a família Leakey parece ter conseguido provar, as culturas humanas ou não a tem, ou acumularam tantos elementos que outra identidade além da física parece descartada. De qualquer forma o início da Pré-História é o início da humanidade, e se hoje dificilmente confundiremos seres humanos com não humanos, ao olhar para o passado vamos ver que as diferenças vão se atenuando até desaparecer. Os fósseis supostamente humanos mais antigos não possuem diferenças significativas com os fósseis de primatas não humanos, situação de resto semelhante aos esqueletos humanos e não humanos atuais. O fato de reconhecermos que a qualidade humana é exterior ao corpo, ou para usar a expressão de Kroeber, superorgânica, não nos coloca, porém, próximos aos que defendem uma humanidade definida pela "consciência de si mesma", "poder de reflexão", "que sabe que sabe", "que tem alma", etc. O que diferencia os homens dos animais, não obstante ser externo ao corpo, é tão concreto quanto este. "O aparecimento do homem na terra é assinalado pelos instrumentos que ele fez", escreveu clara e didaticamente Gordon Childe. Todas as posições referentes à alma, ou ao espírito, à consciência, são possivelmente verdadeiras, ou não. O que importa para a Pré-História, essencialmente para o ensino da Pré-História, é que não podem ser provados.

Sabe-se que há animais que constroem ferramentas. Outros constroem diques, outros constroem casas nos postes de luz defronte à nossa janela para lembrar que não devemos, nunca, ser taxativos, nem ao dizer que apenas os seres humanos fazem alterações na natureza para seu benefício. Outra afirmação de Childe, de que as eventuais (aliás, nem tanto) construções dos animais são herdadas biologicamente, é razoável, enquanto hipótese, já que eles constroem independente de terem sido criados em comunidade ou ambiente controlado, quer dizer, sem possibilidade de aprender. Já quem tem filhos, ou sobrinhos, ou irmãozinhos, ou assemelhados,

sabe que poucas coisas são espontâneas em um ser humano. Talvez tudo o que ele faça seja aprendido extra-corporeamente. O que sabemos é que o fazer humano é cumulativo e transmissível através de comunicação simbólica ou imitativa. "O aparecimento do homem na terra é indicado pelos instrumentos que ele criou". Braidwood completa Childe, eficientemente, lembrando que a criação humana se dá via de regra dentro de um modelo, ou de acordo com um padrão.

Assim, quando na África Austral começam a ser encontrados fósseis de primatas associados a utensílios produzidos de acordo com uma tradição que tende a se complexificar, dizemos que a humanidade surgiu na terra. Fósseis cuja antiguidade e características tornam indefinida sua filiação a primatas humanos ou não humanos, são considerados humanos quando e se estão associados a utensílios que, aparentemente, foram criados por eles.

Os australopitecos mais antigos encontrados tem aproximadamente entre 4 e 5 milhões de anos. É a espécie que há mais tempo atrás se faz acompanhar de utensílios padronizados. São, até provas em contrário, os antepassados mais antigos da humanidade.

A Pré-História trata dos grupos humanos e pré-humanos desde o surgimento dos Austropitecos da África, há mais de 4000.000 de anos, até a maioria dos grupos humanos, em passado bem mais recente e diversificado, desencadearem ou serem atingidos pela Revolução Urbana.

É interessante lembrar que todos, ou quase todos os grupos humanos, tem pelo menos um mito sobre a origem. Se o Australopiteco da África for o nosso mito, é pelo menos um dos menos arrogantes, já que a norma dos mitos de origem é valorizar o grupo relator e diminuir os outros. Nossa hipótese da origem única impossibilita pretensões de superioridade grupal, pelo menos a esse nível.

Essa idéia de humanidade enquanto primatas diferenciados pela efetiva produção cultural, aparentemente, despreza elementos físicos distinguíveis. Provocadoramente, poderíamos chamá-la de hipótese metafísica, a não ser porque a qualidade cultural dos grupos pré-históricos pode ser verificada, quase que exclusivamente, pelas sobrevivências de elementos da cultura material, já que os elementos culturais mais antigos do campo das idéias são impossíveis de datar. Neste ponto é importante reforçar a complementação de Braidwood em relação à formulação de Childe: nesse ângulo, um utensílio é não apenas ele próprio mas a sua idéia, o que possibilita sua reprodução e evolução. Porém temos de ressaltar que a capacidade de construir instrumentos de uma certa complexidade está ligada também a aspectos físicos distintivos dos primatas humanos, como a postura erecta que possibilita o enfra-

quecimento e a delicadeza das mãos, a visão em profundidade, etc. Childe e toda uma corrente de pré historiadores produziu a tese que nos parece mais completa, mesmo porque um tanto óbvia. O tamanho do cérebro humano cresceu em relação aos outros primatas provavelmente porque o uso de instrumentos (que por sua vez foram tornados possíveis pela postura ereta, polegar opositor e visão binocular) permite "reservar" os dentes para a mastigação, já que havia facas, machados e lanças para matar, arrancar e cortar o alimento. O enfraquecimento da mandíbula teria atrofiado o complexo muscular que a sustentava e que, por sua vez, se sustentava no crâneo, permitindo assim a expansão cerebral. Tal hipótese demonstra o carácter interligado e interdependente dos componentes de um processo, que muitas vezes são listados em linha causal, o que nos obriga sempre a buscar a causa primeira de todas as mudanças. Tal premissa, além de levar freqüentemente ao erro, supõe um tipo de pensamento sustentado no binômio causa e consequência que muitas vezes obrigou os historiadores a alinhar cronologicamente, ou supor um alinhamento cronológico, de eventos que tudo indica teriam sido simultâneos.

É freqüente que nos deparemos, em nossas aulas, com uma certa relutância a este tipo de raciocínio e ao uso deste tipo de evidência para criar um relato lógico, coerente, possível e provável do processo de hominização. O dramático é que esta resistência usualmente vem da mesma direção, que é a da superstição. Achamos da maior importância esclarecer que, independentemente de pessoalmente não levarmos em conta nem a hipótese da Criação, nem a de um não explicado surgimento da Razão, ou da Consciência, acreditamos que a explicação da hominização a partir tanto de peculiaridades físicas quanto de produção cultural não vai de encontro a nenhuma teoria mágica-religiosa, ou filosófica, ou esotérica, sobre o que confere humanidade à humanidade. Nada impede que nossa (enquanto postura) hipótese seja considerada como resultado de uma vontade sobrenatural, como consequência vinda de qualquer hipótese metafísica. Simplesmente não há como provar tais possibilidades, e declaramos que o professor de Pré-História deve se abster de eleger qualquer delas enquanto elemento explicativo de conteúdo de sua disciplina. Se outras razões não houvesse, e as há, bastaria pensar-se na pluralidade de seitas e escolas com explicações dogmáticas conflitantes, e não há maneira de provar que a gênese judaica é "mais verdadeira" do que a budista. Sob pena da classe transformar-se em fórum metafísico, sugerimos o que o conteúdo da Pré-História sugere por si: a abordagem materialista,

não como a única explicação verdadeira, mas como a que possibilita as descrições menos impertinentes ao interesse específico da disciplina. E esta tentativa de apaziguamento das filiações metafísicas conflitantes que existem em quase todas as salas de aula nos leva ao próximo ponto.

#### 4º Características dos alunos

Consideramos perigoso discutir maneiras que consideramos mais ou menos eficientes de lecionar Pré-História sem nos remetermos ao público para quem trabalhamos. Identificar nossas colocações com nossos alunos, especificamente, poderia tornar este trabalho um exercício de interesse muito restrito, se não fosse razoavelmente consensual que os universitários (e especificamente os que optaram pelo estudo das Ciências Sociais), tem, pelo menos, no Brasil, pontos em comum suficientes para validar um trabalho deste tipo sem que o docente tenha que conhecer a fundo vários cursos de várias regiões do país.

A primeira pesquisa de arqueologia pré-histórica de que participamos nos ensinou a manter um diário de campo o mais detalhado possível. Hoje, mais de dez anos depois, utilizamos esta prática de detalhamento em quase todas as atividades profissionais, e o mesmo faremos aqui, tentando não cair em excesso.

Começamos a lecionar Óré-História em 1984, trabalhando com alunos de 18, 19 e 20 anos de idade em sua maioria, sem predominância significativa de sexo, em quase totalidade brancos. Pessoas de ascendências negra e oriental existiram em quantidade mínima. Não temos informações quanto à religião, ou ausência dela, e a maioria dos alunos de cada turma (em média de 30, no início de cada semestre letivo) não apresentou ser notavelmente rica nem extramamente carente. Poucos trabalham. Embora muitos alunos fossem moradores originais de Florianópolis, um grupo significativo (talvez a razão de 1/3 de cada turma) veio para esta cidade após haver se matriculado na Universidade.

Florianópolis é a capital do Estado de Santa Catarina, tem aproximadamente 300.000 habitantes e a característica de ser uma cidade em parte insular. Aproximadamente metade dos habitantes vivem na ilha de Santa Catarina, onde está o centro da cidade, o centro administrativo e as Universidades (há uma Universidade Estadual). É uma cidade de origem na colonização açoriana e eminentemente terciária, tendo expressivo número de habitantes a serviço dos governos municipal, estadual e federal. Como principal atividade produtiva há o turismo, designado por alguns, ingénua ou



hipocritamente, como "a indústria que não polui". Os alunos das Universidades, em grande parte, vem de outras cidades, não necessariamente próximas. A UFSC possui cerca de 10.000 alunos e 2.000 professores.

Além disso, as pessoas que se apresentam para cursar a disciplina de Pré-História a cada semestre, com a origem descrita acima, em aproximadamente 1/3 não pretendem seguir o curso, mas transferem-se para outro.

O "baixo nível" dos alunos é um comentário freqüente entre os professores. O que será exatamente "baixo nível"? Em princípio, supomos que seja a ignorância de grande parte do conteúdo das disciplinas que compõem a instrução formal necessária para cursar a Universidade. Analisar tal fato é muito difícil, se não impossível, para um professor cujos conhecimentos, em princípio, se restringem a uma área. Não temos condições, por exemplo, de avaliar a capacidade dos alunos nas Ciências Exatas. O que detectamos é mais geral, mais básico e mais primário. Nos primeiros contatos com as turmas de Pré-História, tentamos conhecer, mesmo que superficialmente, a capacidade de raciocínio lógico e de expressão coerente, verbal e escrita de seus membros. E muito mais freqüentemente do que achamos razoável, encontramos apatia e falta de hábito em relação à prática de raciocínio lógico e do discurso coerente. Questionados, os alunos supõe quase sempre que o professor lhes pede demonstração de conhecimentos específicos, e não de vontade e capacidade de vir a ter esses conhecimentos. Há um receio generalizado de demonstrar a ignorância.

(Anos atrás, fomos assistir uma conferência sobre música erudita. Ao final o conferencista se propôs a responder algumas perguntas, e recordamos que nos custou bastante criar coragem para perguntar qual a diferença essencial entre música popular e erudita).

O exemplo acima quer mostrar que não só os alunos de Pré-História se envergonham de sua ignorância, geralmente sem necessidade (o conferencista acabou dizendo que não há uma diferença essencial), mas o problema persiste. O que lhes é pedido, inicialmente, é tentar pensar objetivamente, já que não há sentido em pedir respostas que supõe haver feito o curso. Por exemplo, pergunta-se o que é Pré-História, esperando-se, por exemplo, como resposta "o que há antes da História". Pergunta-se o que se pode dizer razoavelmente com certeza sobre o desconhecido autor de um documento escrito, esperando-se como resposta " que ele sabia escrever", etc. Tais respostas, e muitas outras no mesmo sentido,

às perguntas feitas nas duas ou três primeiras semanas de aula, quando são dadas, o são por alunos-excessão, muito freqüentemente que já tem curso universitário ou parte de um. A maioria se cala porque acha que deve ter uma resposta técnica e, achamos importante colocar, acha que deve haver uma definição que é a certa, que lhes será ensinada e que deverão repetir.

À esta suposição de que se está na Universidade para aprender as definições corretas, se junta, às vezes, belicosamente, outra, considerada geralmente inovadora, contestadora, ou "de esquerda", que é a suposição de que se está na Universidade para aprender o que é errado, o que se deve destruir, porque vem "do sistema", "do poder", "do dominante", etc.etc. Dificilmente, muito dificilmente se observa a disposição de estar na Universidade para, justamente com professores, colegas, experiências e bibliografia, recriar ou criar um conhecimento que não é dado, mas conquistado, não aos professores (ou ao poder), mas com o seu auxílio, à própria inteligência. Haverá a necessidade, assim, de, além de tentar pacificar a beligerância entre "esquerda" e "direita", tentar mostrar que não se espera no início do curso conhecimentos específicos da disciplina, e tentar principalmente, mostrar que o que se espera é a disposição de raciocinar, ou seja, concluir a partir de dados obtidos. Podemos dizer que tais propostas tem soado quase "indecosas" ao aluno. Provas escritas nas quais se permite consultar livros, cadernos, anotações e colegas, têm sido encaradas, primeiro, com encantamento, descrença, desconfiança, e posteriormente, com receio.

Há, portanto, queixas procedentes e importantes, quanto ao aluno que vem cursar Pré-História. A elas se soma uma situação assaz grave: apenas uma pequena - ínfima - parte dos alunos se exprime por escrito com clareza e fluência, a há não poucos casos de alunos que cometem graves incorreções relativas à ortografia e concordância. Há muitos alunos que, definitivamente, não são capazes de colocar qualquer idéia sua ou de outrem por escrito. É muito freqüente que após a devolução das provas corrigidas, alunos venham explicar que sabiam responder corretamente, e o que queriam dizer não era o que disseram. Geralmente é verdade.

Temos então que, salvo excessões cabe-nos a tarefa de ensinar Pré-História para pessoas despreparadas. Hábitos de pensamento, uma postura de aluno tal como entendemos, tem parecido objetivos difíceis porém possíveis de se alcançar nos quatro meses de duração do semestre letivo, em vários casos. Temos observado que o receio demonstrado pelos alunos quanto a expor suas idéias,

discuti-las, conferi-las ou modificá-las, tende a se atenuar na medida em que observam resultados decorrentes dessa prática e, talvez principalmente, quando se convencem que não há sanções negativas a ela.

Situação extremamente complexa e eventualmente sem solução neste período é a questão da expressão escrita. O discurso verbal pode ser criticado durante toda a sua prática, e as turmas têm reagido bem a isto. Entretanto, não percebemos como seria possível exigir e comentar trabalhos escritos em quantidade suficiente para mudar sua qualidade. É certo que a solução deste problema não é, em princípio, competência dos professores de Pré-História. Entretanto é angustiante saber que grande parte de nossas turmas serão reprovadas (ou não, o que é pior) porque não houve um posicionamento claro dos professores do 1º e 2º graus no sentido de impedir o acesso aos últimos períodos dos alunos que não sabem escrever.

(Vale dizer que não somos especialistas na aprendizagem da redação. Entretanto 14 anos de magistério são suficientes para deixar clara a idéia de que não há, para a maioria dos alunos, nenhum impedimento maior à aprendizagem da expressão escrita, nenhum impedimento que não possa ser vencido pela prática intensa da leitura e da redação. Porém a Universidade, em sua especificidade de curso superior e local de ministração de conhecimentos específicos, não se presta ao preenchimento desta lacuna).

O que podemos sugerir é que a pobreza da redação deve resultar em um aumento da exigência da redação suficiente, para cursar a disciplina, ao invés do contrário, como muitas vezes acontece. É extremamente discutível se profissionais das áreas tecnológicas ou médicas, por exemplo, podem prescindir da redação de bom nível. Entretanto nos definimos claramente pela postura de que nas Ciências Sociais ela é imprescindível, e é necessário, para a manutenção da qualidade dessas mesmas Ciências Sociais, que a cadeia de pobreza de expressão seja rompida imediatamente. Se tal atitude causar - e provavelmente causará - uma aumento significativo no número de reprovações de alunos, por outro lado resultaria em uma certa garantia de capacidade dos profissionais recém-formados, a qual, pelo menos no caso dos licenciados, tenderá a melhorar o nível dos alunos de primeiro e segundo graus. Achamos importante colocar que já não acreditamos em movimentos nesse sentido, em planos e campanha generalizadas para a melhoria de expressão escrita. À parte as sugestões desse teor, então, lembramos que a reprovação pura e simples dos alunos incapazes de elaborar por escrito um discurso lógico e conseqüente, tem como

efeito óbvio maior capacidade dos aprovados e, se parece uma medida dura, devemos lembrar que mais duro é condenar futuros alunos a aprender com professores incompetentes.

Por várias vezes tivemos discussões sobre este tema com nosos alunos, e tem nos surpreendido encontrar, à esta exigência, menos restrições de sua parte do que de parte de colegas professores. Ao que lembramos, uma única vez houve reação significativa à nossa posição, vinda, como era de se esperar, de um aluno que falava e escrevia melhor do que a maioria. Ouvimos então que a exigência de uma linguagem e uma escrita claras e corretas significa a imposição de uma "linguagem do dominante" que visa descaracterizar a cultura específica de grupos sociais "não dominantes". É uma tese interessante, e estaria melhor aplicada, se, ao invés de combater uma linguagem "clara e correta" combatesse uma linguagem homogeneinizadora, com origem em grupos restritos e disseminada por meios de comunicação de massa, que muitas vezes, se não a maior parte, se baseia em neologismos e expressões de gíria e não em linguagem "clara e correta".

A língua Portuguesa é rica em possibilidades. Ela nos dá oportunidade de expressar com grande acuidade nosso pensamento. As oportunidades oferecidas pelas flexões verbais dificilmente são aproveitadas em sua totalidade. Nos contextos onde se pretende produzir ou transmitir conhecimento científico essa riqueza pode e deve ser explorada, já que este não é compatível com a inexactidão. Formas de linguagem, neologismos e gírias de grupos específicos são formas de identidade desses grupos e tão válidas quanto qualquer outra em seu âmbito restrito. São, inclusive, material rico para a pesquisa científica das Ciências Sociais. Entretanto não acreditamos que a Universidade (em cujo ingresso está presente, mascarada, uma exigência de origem sócio-econômica privilegiada) deva abdicar do uso de uma comunicação baseada no respeito aos parâmetros gramaticais, porque esta é a única forma de não tornar o ingresso e a permanência de indivíduos de todas as origens ainda mais difícil. Afinal, se todos vivenciam a mesma instituição, há que existir uma linguagem que ao mesmo tempo possa ser exata e comum, cujas regras estejam claramente definidas, e estas definições acessíveis ao que não as conhecem.

Assim, a respeito da qualidade dos alunos sugerimos direcionar o curso às excessões positivas, dentro do razoável, que seria não tomar como paradigma, por exemplo, alunos que já tenham longa permanência na Universidade. Não nos parece que seja compatível com a docência universitária (ao menos nas Ciências

Sociais) o objetivo de aprovar o maior número de profissionais possível. Cabe-nos, isso sim, a tarefa de tentar selecionar para atuação em nossa área, os alunos que demonstram maior capacidade de produzir (com originalidade) e transmitir (com clareza didática) o conhecimento histórico. Parece-nos a princípio, ocioso formular aqui que o exercício das profissões ligadas às Ciências Sociais não é para todos, mas para os que demonstram capacidade de acrescentar algo ao que já existe. Entretanto, há tão freqüentes manifestações no sentido de possibilitar "Universidade para todos" no que concerne à nossa área, que achamos oportuno lembrar que o que buscamos é a oportunidade de vir a cursar a Universidade para todos, e não, evidentemente, o aproveitamento de todos.

O Curso de História deve ser, por definição, um fórum onde os assuntos relativos à sociedade e à cultura sejam amplamente debatidos, ou pelo menos um local onde tais debates encontrem acolhida e incentivo. Se eventualmente esta disposição para debater nos parece algo cansativo e inconseqüente, provavelmente seja o momento de gozar a tão merecida licença especial de seis meses a cada dez anos de trabalho, recentemente conquistada pelos professores das Universidades Federais. Se hoje a maioria dos alunos que sustentam (e geralmente há um pequeno grupo deles em cada turma) a participação, os debates e as discussões nas salas de aula está vinculado à militância político-partidária, e algumas vezes nos cansam com posições intolerantes e estandartizadas, é interessante lembrar que são essas pessoas que cada vez mais, tendem a tornar-se nossos novos colegas. Por razões históricas facilmente identificáveis, são em geral os jovens ligados à militância político-partidária e/ou à reação contra os valores ideológicos promovidos nas últimas décadas que formam e formarão uma vanguarda positiva na constituição de uma sociedade menos autoritária e inimiga da juventude. É importante lembrar que contemporaneamente a inteligência é de esquerda, o pensamento articulado e criativo é condicionado historicamente a produzir na direção da repartição da requiza, e se o discurso político ou politizado tantas vezes é repetitivo e enfadonho, na sua origem está a razão.

Parece que nos afastamos da Pré-História. Tentemos achar um caminho de volta.

##### 5. Objetivos da Pré-História

O trecho acima não é, ao contrário do que possa parecer, um desvio da rota que nos propuzemos a percorrer, o ensino da Pré-História. Como ressaltamos no início deste trabalho, nossa disciplina geralmente é localizada no início do curso de História,

onde, como já foi dito, os alunos viverão pela primeira vez o encontro entre alunos e alunos, e alunos e professores, com o objetivo de aprender História, com fins profissionais. Se as características do ambiente que cerca e determina esta situação não forem comentadas, o ensino de Pré-História se limitará a uma transmissão de conhecimentos que eventualmente prescindirá de nossa presença. A instalação, no Centro de Ciências Humanas da UFSC, de uma sala de vídeo, nos leva a pensar numa situação radical: gravar nossas aulas durante um semestre e apresentá-las, no semestre seguinte, através de aluno monitor que poderia também aplicar as provas e coletar, organizar e transmitir-nos as dúvidas da turma que não soubesse esclarecer. Poderíamos assim concluir um curso sem nos encontrarmos pessoalmente com os alunos. Desenvolvemos esta formulação de nossa anti-utopia visando com ela valorizar seu oposto, quer dizer, o encontro entre professor e turma. Se este encontro for previsível, e se apenas os temas do conteúdo da disciplina puderem ser desenvolvidos, não estaremos nos encaminhando para o telecurso?

A partir disso entendemos que um dos objetivos da disciplina de Pré-História é proporcionar a vivência universitária a seus participantes, integrando-o a um tipo de situação onde o pensamento seja sempre estimulado e a discussão das idéias reconhecida como um fim em si mesma. Salvo excessões, o ensino de 1º e 2º graus não parece valorizar estas atitudes, legando-nos o alunado tantas vezes passivo e amorfo com que trabalhamos. É importante evidenciar sempre que o conhecimento sobre a Pré-História está nas fronteiras da ciência. São freqüentes as notícias de resultados de pesquisas científicas que alteram os conteúdos da disciplina. Na Pré-História, mais do que nas outras disciplinas, fica evidente o caráter não definitivo do que se supõe ser a realidade histórica. É talvez, nessa situação simultaneamente desconfortável e estimulante de processo corrente de produção de conhecimento que se pode tornar a disciplina de Pré-História num momento de maior importância na formação do aluno inquiridor e pesquisador. Pois apesar de dificilmente termos condições de iniciá-lo na pesquisa que busca as evidências em primeira mão da realidade da Pré-História, podemos motivá-lo a observar como os resultados da pesquisa são percebidos e utilizados para formar um corpo de saber integrado a outros e igualmente engajado na proposta da construção ou do reforço de uma visão de mundo que tem um determinado objetivo. Optar pelo enfoque principal da escrita da Pré-História nas semelhanças entre a humanidade avoenga e a atual,

cu nas diferenças entre o homem pré-histórico e nós, por exemplo, é uma atitude ideológica que reforçará estes ou aqueles aspectos de uma postura em relação ao nosso mundo. Assim, a Pré-História, tanto quanto qualquer outra disciplina, é parte da construção da realidade atual, e o mínimo que podemos fazer é tentar tornar o aluno consciente deste engajamento.

Entendemos que é fundamental tentar transmitir ao aluno a presença de um princípio de tendência homogeneizadora, também na formulação do conhecimento da Pré-História. O método científico nos impõe a opção pelo constante, pelas semelhanças. Já o estudo criterioso da particularidade, das respostas e iniciativas locais, pode impedir tanto a aceitação de um evolucionismo planetário e imaginário, quanto a de um estruturalismo idealizado. Os grandes sistemas de produção e convívio localizados na Pré-História só existem na nossa observação distante, e são resultados de tendências antigas e atuais das teorias do conhecimento. Pelo que, consideramos objetivo da Pré-História entender tais sistemas como construções (mais ou menos) atuais (mais ou menos) baseadas na observação dos vestígios materiais do passado. Na medida em que a tendência de construir este ou aquele tipo de formulação para definir a "realidade" da Pré-História é determinada pelo engajamento dos produtores de conhecimento - onde se incluem os professores - parece-nos de boa ética reforçar a prática deste tipo de decodificação da literatura, que será exercida imediatamente na Pré-História, mas que, esperamos, se tornará característica de grupos de alunos possuidores de uma relação ativa e criativa com os conteúdos que aprendem.

Ensinar Pré-História pode ser, e entendemos que deve ser, ensinar a insegurança. Ao aluno emergente do 2º grau corresponde quase sempre uma tendência a procurar, no conhecimento de nível superior, a verdade sobre seus assuntos de interesse. Se ao adotarmos textos de qualidade consagrada, os repassarmos à classe enquanto sendo o conhecimento que vieram buscar, estaremos formando, ou continuando a formar, um tipo de profissional com tendência a não acreditar em sua capacidade de transformar este conhecimento, através da sua própria atividade de pesquisa original. É certo que há uma expectativa e uma pressão de parte dos alunos no sentido de receber "pacotes" de conhecimento, e muitas vezes tais pacotes, são os que repassamos com o título de "conteúdo" da disciplina. Não tendo a pretensão de sugerir que não se aproxime o aluno da produção consagrada, apostamos apenas na importância de caracterizá-la enquanto produção também ideologicamente determinada, e, portanto, conjuntural, sempre passível de

reformulação. Tais objetivos tem na Pré-História um campo fértil, já que, como comentamos, esta é uma das fronteiras da pesquisa. Todo conhecimento que existe sobre o assunto é merecedor de relativizações. Por exemplo, o que, páginas atrás, comentamos sobre os seres dotados de capacidade de produzir cultura, como tendo surgido na África há quatro ou cinco milhões de anos atrás, é o que sabemos hoje sobre o assunto. Muito provavelmente será reformulado pelas pesquisas que estão sendo realizadas. Viver a Universidade dentro dessa perspectiva dinâmica, de continua transformação, pode ser uma opção pela insegurança e pelo desconforto. Entretanto, acreditamos que não deve haver lugar nas Ciências Sociais para uma postura obscurantista de aprendizado e transmissão de conhecimento percebidos como definitivos.

"Não há idéia mais importante que a de um universo orgânico, coeso, amarrado em suas peças. Mais reconfortante ainda é a esperança de uma coesão da existência e dos fatos, um acontecimento puxando outro e explicando o anterior. As coisas vão por si mesmas, porque tudo já está previsto. Isto nos tira um peso grande dos ombros, senhores, o peso da responsabilidade". Estáquio Gomes, "Jonas Blau".

As informações sócio-culturais tendem a construir explicações ou descrições da realidade que observam que tendem a torná-la lógica e conseqüente. Levi-Strauss seria talvez o autor da Revolução Copérnica na teoria do conhecimento, ao apontar que a lógica e a conseqüência existem na mente humana, e não fora dela. A idéia de um universo formado de peças interligadas e dotadas de um sentido, un universo cujos componentes façam parte de um Grande Plano que tende a um determinado fim, diria também, a idéia de que nos movemos em um universo-todo composto de partes, é o resultado de uma das maneiras possíveis de entender o mundo, sendo essencialmente uma premissa metafísica e não verificável. É freqüente ouvir-se a Ciência ser descrita como busca dessa lógica, deste fim, o que nos parece um equívoco grave. Uma investigação científica, para sê-lo, deve ter um objeto definido e limitado, uma "coisa" que se tentará conhecer. É difícil imaginar uma atividade de pesquisa científica razoável que tenha como objeto "tudo", e enxergar um encadeamento e uma causalidade entre as coisas que as transforme em partes de um todo, é uma postura metafísica. Reiteramos o que já foi dito alhures: que as definições individuais nesse sentido não precisam estar em questão quando abordamos os objetos da Pré-História de um ângulo que se origina no concreto. Mesmo assim, é freqüente sentirmos o quanto tal atitude constringe muitos de



nossos alunos, que por formação, tem muita dificuldade para devincular a Ciência da Mefafísica. Somos portadores, muitas vezes, de insegurança e desconforto, e se o nível de conflito durante o curso é tão grande como se poderia esperar, isso se deve, pelo menos em parte, à capacidade das pessoas de aprender sem acreditar. Temos claro que muitos alunos cumprem as tarefas da disciplina, inclusive manifestando posições concordes às premissas ventiladas pelo professor, como uma maneira "estratégica" de vencer não um programa, mas uma etapa no caminho da conclusão do curso. Este é, claro, um direito no qual não interferimos. Podemos lamentar, entretanto, que havendo várias áreas do conhecimento nos quais a aceitação do dogma é importante, este tipo de mentalidade venha tentar aprender as Ciências Sociais.

Enfim, cremos ter discutido razoavelmente os objetivos da Pré-História, que formam dois grupos principais: receber o aluno do 2º grau e oferecer-lhe condições para tornar-se um aluno de História em nível universitário; e, conjuntamente, fazer isso através da discussão dos conteúdos da disciplina e de como e porque tais conteúdos foram e são produzidos nas formas que tem.

#### 6. Operacionalização de conceitos

Na tentativa de sugerir maneiras de tentar minorar os problemas presentes no perfil dos alunos do primeiro semestre do Curso de História, que cursam a disciplina Pré-História, entendemos como procedimento possível, e mesmo necessário, estabelecer entre os mesmos algum tipo de nivelamento, ao menos no que concerne aos conceitos específicos que possibilitam o ensino e o aprendizado da disciplina. Temos tentado argumentar, até aqui, que os conteúdos da Pré-História não se baseiam em verdades pacíficas, nem, tão pouco, em postulados exatos. Para não alongar, lembramos os comentários feitos páginas atrás acerca da escrita, que, podendo ser usada como o divortium aquarum entre História e Pré-História, mesmo assim não desfruta de uma situação estável e incontroversa.

O terreno das Ciências Sociais é pantanoso. Há, freqüentemente, uma tentadora sugestão de que seus conceitos fundamentais são relativamente simples, e que, apesar do que se diga, "todos sabemos" o que querem dizer palavras como humanidade, escrita, religião, etc. E na verdade todos sabemos. O problema é que não pretendemos um curso de História que trabalhe baseado no senso comum, e não entendemos um profissional de Ciências Sociais que utilize conceitos que não têm condições de discutir.

Podemos partir do princípio que os conceitos fundamentais das Ciências Sociais não tem uma definição última. Ao contrário,

estão em perpétua construção, ou reconstrução, dando às nossas matérias suas característica dinâmica e não dogmática. Assim sugerimos que sejam explicitadas pelo menos algumas das palavras/idéias que são instrumentos fundamentais para tratar o conteúdo, e que em classe, se lhes atribuam, por um lado, as definições mais consagradas ou recorrentes na literatura especializada, mas sempre que possível, de semelhante valor teórico.

Não estamos sugerindo que se faça, já nesse primeiro contato do aluno com o ensino universitário, discussões aprofundadas entre conceituações teóricas abstratas, como, por exemplo, uma análise do conceito de sistema, segundo os funcionalistas e segundo os evolucionistas. Seria suficiente talvez, nesse início, que o aluno soubesse da existência de diferentes orientações teóricas, ou Escolas, que trabalham com definições diferentes para os mesmos conceitos-chave. Após isso, nos parece quase impossível ao professor ensinar qualquer conteúdo sem remeter à conjuntura de suas formulações. Essa permanente crítica do que se entende como conteúdos da Pré-História é, nos parece, um dos pontos centrais de nossas propostas de ensino. Supomos um semestre letivo durante o qual as orientações que explicam, e dão sentido aos conteúdos vão aparecendo não como objeto de estudo em si, mas como um acompanhamento, um conhecimento complementar que dá e esclarece os sentidos do que se aprende.

Visto está que abrimos mão da verdade, ou da possibilidade de acreditar que possamos ensinar a verdade, embora certas peculiaridades da Pré-História possam levar a pensar o contrário. Afinal todo sistema concebido sobre o surgimento da humanidade repousa sobre fósseis encontrados e datados, quer dizer, localizados no tempo e no espaço. Seria isto discutível? É claro que sim. Afinal, os fósseis de primatas só foram levados em conta como possíveis humanos e pré-humanos a partir do momento em que o Evolucionismo liberou o conhecimento de superstição religiosa, para dizê-lo simplificadoamente. E mesmo dentro de premissas evolucionistas (biológicas) a aceitação do Austropiteco como o mais antigo pré-humano vem de um acordo entre especialistas e não de uma qualidade intrínseca.

Assim, os termos importantes para o aprendizado da Pré-História tem sua história, e nos parece essencial, para a qualificação do aluno, torná-lo consciente disso. Sugerimos, portanto, que as categorias fundamentais sejam conhecidas em suas formulações consagradas na literatura especializada, e que se propicie, após esse conhecimento, debates onde entre em discussão, também, a conjuntura na qual tais categorias foram produzidas.

Buscamos assim tornar o aluno consciente tanto da historicidade como do caráter dinâmico do estabelecimento de sentidos às palavras, e, também, buscamos recriar ou revalidar tais sentidos conforme o momento de sua apresentação à turma.

## "A CAMINHO DO RESGATE DA TOTALIDADE DO CONHECIMENTO"

Mário Cesar Brinhosa \*

O que se pretende com este trabalho é salientar a problemática da educação pública e do ensino básico. Para tanto faz-se necessário retomarmos o processo histórico que produziu a fragmentação do conhecimento.

A partir do momento histórico em que a divisão do trabalho é produção concreta, correntes filosóficas e metodológicas, simultaneamente produzem uma divisão de conhecimento científico elaborado, como forma de atender aos pressupostos da nova forma de produzir na sociedade, ou seja, a forma capitalista de produção. Na medida em que o trabalhador é expropriado do domínio de todo o processo de produção das suas necessidades materiais, e quando o mesmo passa a produzir parte desta, sem ter a percepção da globalidade da mesma, na área da produção do conhecimento e da apropriação do mesmo, a dinâmica da compartimentação também se processará.

Assim percebemos que todas as reformas educacionais que se produziram ao longo de nossa história e mais precisamente, no final da década de 60 e início de 70, acabaram por compartimentalizar o ensino público brasileiro, objetivado como modernização da educação, levando a expropriação do saber em termos de sua globalidade, nos diversos graus do ensino, bem como a desvalorização e o descrédito da categoria dos profissionais da educação.

Neste nível, percebemos com clareza que, a forma pela qual se processa a educação formal hoje, está longe de objetivar uma consciência crítica que propicie o efetivo exercício da cidadania, além do que, impossibilita uma ação e participação mais coletiva, pois fica impossível a cada cidadão se apropriar do conhecimento produzido historicamente pela humanidade (cultura letrada), estabelecendo assim, a perda de um direito inalienável destes mesmos cidadãos.

Para que haja a compreensão desta totalidade real e concreta, urge trabalhar no sentido de decodificar as formas pelas quais este quadro se produziu. Necessário se faz um estudo detalhado da alienação que esta forma de trabalhar os conteúdos produz e suas implicações sociais, econômicas, políticas e

\* Professor de História Contemporânea, na Faculdade de História da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI - Itajaí - SC.

ideológicas de conceber a sociedade, e, nela o homem. E ainda, urge esclarecer, a que grupos esta concepção efetivamente interessa.

Importante e fundamental é a apropriação do saber científico produzido pelo cidadão, como forma de superação do saber a nível de senso-comum. Por isto, entendermos ser a interdisciplinaridade uma das possibilidades de retomarmos um processo de totalidade do real-concreto existente, e assim, propiciar as possibilidades a cada cidadão de se apropriar dos conhecimentos básicos e necessários para o exercício da sua função social. Como proprietário desta condição, este no seu meio social, contribuirá em conformidade com as condições existentes, para a produção da transformação da realidade.

Cabe-nos então ressaltar que concebemos a interdisciplinaridade como uma postura político-pedagógica e não como uma justaposição ou apenas afinidade entre os conteúdos a serem trabalhados.

Nesta dimensão a interdisciplinaridade entendida como um trabalho voltado para a mudança de concepções e práticas, ou seja, uma forma de conceber o homem historicamente situado, na sociedade e no seu trabalho. Para tanto, este trabalho implicará preferencialmente, num processo sistematizado e conseqüente de capacitação de recursos humanos que atuam na educação, a nível de políticas educacionais, planejamento global e na definição dos conteúdos fundamentais para o processo educacional, através da qual se produzirá a síntese da totalidade.

Queremos com isto concretamente conceber um educador politicamente situado na forma de discernir o momento histórico objetivamente vivenciado, para que possa, ao trabalhar os conteúdos que lhe compete, produzir com os alunos esta mesma dimensão. Por exemplo: Trabalhar em Matemática o cálculo de áreas, por ele mesmo, num conteúdo específico descontextualizado, não contribui, para o cidadão compreender a inserção deste mesmo conteúdo na globalidade social. Mas se este conteúdo for trabalhado nesta nova postura, o encaminhamento político-pedagógico produzirá a amplitude e compreensão da totalidade na qual se encontra inserido. Isto é diferente e radicalmente oposto a forma anterior de trabalhar.

Vejamos então: Ao trabalharmos que  $4m \times 4m = 16m^2$ , faz-se necessário que os alunos se apropriem da dimensão político-social deste conteúdo. Poderemos solicitar aos alunos que procedam o cálculo de áreas que fazem parte do seu contexto de vida:

- a) o seu quarto
- b) a sala de estar

- c) a cozinha
- d) o banheiro
- e) a dependência de empregada.

Este trabalho concretizado, deve ser trazido para a sala de aula e discutido, principalmente as diferenças constatadas e socialmente produzidas.

A partir daí, podemos propor alguns questionamentos, tais como:

- 1- Historicamente como se produziram estas diferenças?
- 2- Por que a sala de estar tem metragem superior ao quarto, onde você permanece 8 horas/dia no mínimo?
- 3- Por que a sala de estar está sempre arrumada e você quase não a utiliza?
- 4- Por que você encontra famílias numerosas habitando metro quadrado tão pequeno e famílias pequenas em metro quadrado grandioso?
- 5- Por que na construção civil os projetos são concebidos desta forma?
- 6- Qual a condição de vida dos trabalhadores da construção civil?
- 7- Qual a condição de vida das empregadas domésticas?
- 8- Como se processa a ocupação espacial nas áreas urbanizadas e nas áreas rurais?

Outros questionamentos podem e devem ser elaborados, a partir destas questões.

Imaginemos agora, a que conclusões nossos alunos chegariam, como produção coletiva, a partir de um trabalho sistematizado como este.

Primeiramente, passariam a perceber que os conteúdos trabalhados em classe, estão diretamente ligados com o seu cotidiano e em segundo lugar, cada conteúdo não se explica por si só, mas possui uma estreitíssima ligação e perpassa todos os demais conteúdos, além de possuírem historicamente, uma dimensão social, política, cultural, econômica e ideológica.

Desta forma, entendemos que passariamos a trabalhar na direção de descompartmentação dos conteúdos, e a caminhar na direção do resgate da totalidade do conhecimento cientificamente produzido pela humanidade.

Para finalizar e retomando ao ponto inicial, há que se entender que o resgate da qualidade do ensino público, passa pela busca constante da totalidade do conhecimento. Para tanto, há que se romper com as práticas individualizadas e buscar a produção coletiva, de repartir, contribuir e refazer constantemente.

## BIBLIOGRAFIA

- GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 4ª edição.
- CARRAHER, Terezinha Nunes. Alfabetização e pobreza: Três faces do problema. Recife, 1988 (mimeo).
- FREIRE, Paulo. A Alfabetização como elemento de formação da cidadania. São Paulo, 1987 (mimeo).
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. A questão da interdisciplinaridade no Ensino. Educação & Sociedade, São Paulo, Cortez, ste/87,pg. 113-121.
- MARX, Karl. O Capital. Livro 1, volumes 1 e 2, São Paulo, Difel, 1982.
- LÊNIN, V. I. O Estado e a Revolução. São Paulo, Hucitec, 1987, Capítulo I.
- CASTRO, Clélia M. M. Análise da Prática Pedagógica: Projeto eco-1º Grau: Uma Proposta de introdução do componente economia no ensino do 1º Grau. Educação & Sociedade, São Paulo, Cortez, set/82, pg. 135-141.
- ROMANELLI, Otaiza. História da Educação do Brasil. São Paulo, Vozes, 1984.

Jaime de Almeida \*

Comemorar é, como indicam os dicionários, lembrar juntos, relembrear algum acontecimento ou vulto do passado, coletivamente e de alguma forma ritualizada ou cerimonial, diferentemente do simples ato individual de lembrar. Diferentemente, também, notemos desde logo, dos procedimentos individuais ou coletivos determinados pelo estudo e pelo ensino da História.

No momento em que se comemora o centenário da República Brasileira, em meio a outras comemorações significativas (Revolução Francesa, Inconfidência Mineira, Abolição da Escravatura, etc.), os historiadores se interrogam: quais as relações entre o conhecimento histórico - resultado de nossas práticas docentes e editoriais - e o sentimento cívico produzido pelas práticas festivas?

O antropólogo Roberto Da Matta, autor de Carnavais, malandros e heróis, situa a festa no domínio do ritual: domínio privilegiado para manifestar aquilo que se deseja perene ou mesmo eterno em qualquer sociedade. O ritual é, portanto, um formidável objeto de estudo para quem quiser penetrar na ideologia e nos valores de uma dada formação social. Aí se pode ver em ação uma intrincada ligadura entre as técnicas do poder em suas associações constantes com as formas grandiosas do cerimonial e do cerimonioso: seja para manter a distância entre o fraco e o forte, seja para fazer passar - pela repetição pausada e verdadeiramente obsessiva - uma coerência que é elemento básico da estrutura de legitimidade e de autoridade.

A maioria das sociedades complexas contemporâneas são marcadas por ritos comemorativos de algum evento único, realizado por um grupo ou classe social bem definido que é (por acordo geral ou pela força do poder) colocado acima de todas as diferenciações sociais típicas de tais sociedades, para representar toda a coletividade. Daí a abundância dos rituais nacionais que ajudam a construir, vivenciar e aprender o universo como totalidade e não como um aglomerado de contradições sociais.

É por meio do rito que se criam totalidades abrangentes,

---

\* Professor de História das Américas no Departamento de História da UNB.



como no caso de um novo regime político, onde o novo líder deve recriar, por meio do cerimonial, uma nova totalidade, agora sob sua autoridade. O ritual é, então, entre outras coisas, um instrumento privilegiado para expressar e viabilizar totalidades.

É sobretudo na festa, ritual coletivo, que a sociedade pode ter (e efetivamente tem) uma visão não-rotineira de si mesma, quando não fica como é normalmente, nem como poderia vir a ser, já que a festa é, por definição, um estado passageiro. Mas esse estado passageiro talvez pudesse permanecer, prolongar-se e aprofundar-se... a festa é, também por definição, utópica.

Roberto Da Matta propõe dois paradigmas para as festas brasileiras: o carnaval, festa da espontaneidade e criatividade, e as festas cívicas, festas da ordem e da hierarquia. O carnaval se realiza normalmente à noite, nas ruas e praças do centro da cidade, lugares que subitamente deixam de ser o que são e se tornam um grande ponto de encontro entre pessoas que se comunicam efusivamente. Já as festas cívicas se realizam normalmente pela manhã, se possível num local historicamente sacralizado, sob a forma de um desfile de soldados e/ou estudantes diante de um palanque onde se concentram as autoridades, desfile passivamente assistido pela população.

Enquanto o carnaval se situa no calendário cristão, num tempo cósmico e cíclico que se repete a cada ano, as festas cívicas se apresentam como ritos históricos de passagem, que não apenas recriam um momento glorioso do passado, mas, muito especialmente, enfatizam a passagem do mundo colonial para o mundo da liberdade, ou do atraso para o progresso.

A organização das festas cívicas é de competência exclusiva dos poderes constituídos, legitimada por decretos. As Forças Armadas ordenam a sequência do ritual em função de um rígido princípio hierárquico. As palavras-chave do ritual cívico são eloquentes: o desfile, que se pauta pela ordem uniformidade, regularidade, obediência aos comandos, etc., se chama PARADA; o principal gesto executado por todos os indivíduos que desfilam, o gesto que expressa com exatidão o que as autoridades no palanque esperam de cada um deles e também da multidão silenciosa que a tudo assiste, se chama CONTINÊNCIA.

As festas cívicas que todos conhecemos também têm história. Podemos buscar pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau, um dos principais inspiradores da democracia moderna. Redigindo a pedido de um grupo de exilados poloneses o programa Considerações sobre o governo da Polônia em 1772, Rousseau convoca as novas nações que,

ele presente, deverão surgir dos escombros do Absolutismo, a descobrir a realidade existencial do Contrato Social em festas públicas que, com sua linguagem enérgica, comovam as almas fortes dos cidadãos republicanos. O pano de fundo ao qual tal projeto se contrapõe são as pesadas festas barrocas de Luis XV, cuja teatralização artificial a serviço do soberano absoluto já não empolga mais ninguém. Ao invés de manter passivo o cidadão-espectador, a festa cívica deve fazer com que a coletividade se festeje a si mesma, dando a si mesma sua imagem e modelo em espetáculo. A festa do filósofo deve acionar a imaginação; mas o modelo social e moral (as virtudes cívicas, apresentadas sob a forma de alegorias) deve manter esta imaginação constantemente ocupada, não lhe permitindo afastar-se da lição moral representada.

As lideranças da Revolução Francesa interpretaram de várias maneiras estas propostas de Rousseau, e muitos foram levados à guilhotina justamente por divergências quanto à organização das festas e cultos revolucionários. Destes enfrentamentos, resulta que prevaleceu o ponto de vista burocrático e autoritário das elites esclarecidas: as festas revolucionárias vieram a tornar-se cerimônias comemorativas, rejeitadas as propostas radicais e democráticas que conheciam as festas nacionais como novos levantes populares contra as instituições remanescentes do Antigo Regime, sobretudo a religião.

Num ensaio magistral, A festa sob a Revolução Francesa, a historiadora Mona Ozouf constata que tais festas têm sido estudadas exclusivamente pelo ângulo das intenções de seus organizadores, raramente se atentando para a própria experiência vivida pelas massas no próprio desenrolar da festa. Independentemente da forma assumida pela festa manipulada por seus programadores, o povo tem fome de festa, mergulha nela buscando remédio para a intensa angústia desencadeada pela insegurança coletiva.

A festa cívica, tal como se fixou no decorrer de tal experiência histórica, procura a repetição para corroer o choque perturbador, para apagar as ameaçadoras novidades do conhecimento (por exemplo, o regicídio), para dar-lhe, arrancando-o do tempo profano e da vida real, todos os prestígios de um reinício arquetípico; e recorrer, mesmo antes da desgraça de Robespierre, ao vocabulário da festa católica. Um século mais tarde, quando a Terceira República vive a crise aguda da qual resultará apenas em 1905 a separação entre a Igreja e o Estado, reaparece a intenção de reabilitar o entusiasmo religioso na festa cívica. É exatamente neste mesmo período de fim de século que a República do Brasil

elabora o seu sistema de festas cívicas.

\*

O calendário das festas cívicas republicanas brasileiras é obra dos intelectuais positivistas Teixeira Mendes e Demétrio Ribeiro, redatores do Decreto-Lei 155B, de 14/01/1890. O texto sintético da exposição de motivos, apesar de evocar o Sistema da Política Positiva de Augusto Comte, não colide de fato com nenhum princípio liberal: positivistas e livre-pensadores partilham então a mesma fé no dogma evolucionista do Progresso, e o mesmo etnocentrismo que norteia a seleção dos dias de festa nacional. O contexto internacional, quanto às formas que a festa assume neste final do século XIX, é francamente caracterizado pela conjunção da ordem burguesa com o progresso (entendido apenas como produção industrial) e com a ordem militar calcada na honra, síntese da vertiginosa militarização das grandes potências que atingem a idade do Imperialismo e se lançam à conquista da África, do Oriente, do Caribe. Ao lado das festas cívicas, mais e mais militarizadas, surgem as famosas Feiras Industriais e Exposições Internacionais, vistosas vitrines em que as empresas capitalistas exibem seus produtos e propõem todo um novo ideário estético a partir da própria arquitetura dos pavilhões (o Palácio de Cristal, a Torre Eiffel, por exemplo). Em nossos dias ainda, se observarmos o que acontece com as festas do interior, constataremos a ofensiva das Exposições Agropecuárias, Festas do Milho ou da Soja, etc., corroendo as festas religiosas tradicionais.

\*

Focalizando agora rapidamente as festas da Primeira República, tomando como principal referência a região paulista do Vale do Paraíba, o que salta aos olhos é a surpreendente fragilidade das festas cívicas diante da resistência oposta, não somente por monarquistas e civilistas, mas especialmente pela maioria da população que prefere, compreensivelmente, as festas tradicionais do catolicismo popular.

A festa cívica mais impopular era, sem dúvida, o 14 de julho, data da Revolução Francesa, supervalorizada como passo decisivo da humanidade rumo à liberdade e ao progresso, mas que apenas os positivistas e os maçons levavam a sério. A população mal tomava conhecimento e não interrompia as atividades rotineiras; apenas as autoridades cumpriam o mínimo exigido pelo decreto, isto é, hastear a bandeira nacional nos edifícios públicos.

Outra festa cívica que encontrou dificuldades é o 21 de Abril, consagrado a Tiradentes, escolhido pelos republicanos como

símbolo da luta pela liberdade. Muito se discutiu a respeito do republicanismo ou monarquismo do Alferes, e somente com a vitória sobre os rebeldes federalistas, em 1984, é que o governo federal inaugura o busto em bronze do Inconfidente em Ouro Preto, pondo fim à polêmica. A figura de Tiradentes foi posteriormente, como se sabe, apropriada pela Polícia Militar de Minas Gerais.

O 13 de Maio recebeu um tratamento especial dos redatores do decreto-lei 155B: suprimiu-se qualquer referência às instituições monárquicas, sobretudo evitou-se a expressão Abolição da Escravidão, que poderia evocar figuras da dinastia recentemente destronada. A festa foi incluída no conjunto das celebrações da idéia abstrata da Fraternidade, entre o 1º de Janeiro (fraternidade universal) e o 3 de Novembro (comemoração geral - e leiga - dos mortos), e celebra a fraternidade dos brasileiros. Em 1891, no Rio de Janeiro, a comemoração do 13 de Maio foi paupérrima, limitando-se a uma sessão solene da Confederação Abolicionista no Salão do Recreio Dramático e a um baile no Clube do Engenho Velho. Três anos antes, a Abolição dera ensejo a uma semana inteira de festas, levando os republicanos a apelidar a princesa regente de Festeira. As festas do 13 de Maio no Vale do Paraíba mostram um forte surto de racismo contra os negros que por sua vez estão em franco processo de mobilização. Antes e depois deste momento, a festa se reduz às parnasianas tertúlias literárias nos Grupos Escolares, celebrando as mistificações do paternalismo e da democracia racial brasileira; negros e mulatos estão aí ausentes, tanto na escola como nas demais possibilidades de cidadania republicana.

A festa da Bandeira, criação posterior, foi introduzida para reforçar o civismo republicano pouco incentivado pelas comemorações do 15 de Novembro. Em 1905, surge no Rio de Janeiro uma Sociedade Comemorativa das Datas Nacionais, certamente em resposta a um continuado movimento de repúdio à bandeira nacional criada pelos positivistas, movimento encabeçado por intelectuais católicos e por políticos anti-jacobinos. Enquanto o governo do Estado de São Paulo, por exemplo, ordena às escolas e quartéis que intensifiquem o culto à bandeira, grupos interessados em criar um Partido Católico em 1912 criticam pela imprensa vale-paraibana o lema positivista Ordem e Progresso e informam que não é esta a bandeira que se hasteou no Rio de Janeiro no dia mesmo da proclamação da República.

Em resposta ao civismo republicano, organiza-se uma reação católica que recoloca espetacularmente, com procissões concorridíssimas, a imagem do crucifixo nas salas dos tribunais do júri,

divulgando cada festa pela rede nacional de jornais católicos. A reocupação do espaço perdido com a separação entre Igreja e Estado tem um marco significativo em 1922 (centenário da Independência), quando o dia de Natal é incluído entre as datas nacionais, para desgosto dos positivistas ortodoxos remanescentes.

É com a chamada Revolução de 1930, no entanto, que a presença da Igreja Católica se impõe junto ao Estado, consolidando este processo de recuperação de terreno. As enormes concentrações de massa promovidas pelo arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, nos primeiros momentos do novo regime, especialmente a inauguração da monumental imagem do Cristo Redentor no Corcovado, dominando a paisagem oficial da capital da República, bem como a intensa colaboração de intelectuais católicos junto ao Ministério do Trabalho, e ainda os privilégios obtidos pelo clero católico para o ensino religioso nas escolas e na assistência religiosa às tropas, tudo isto se somou na construção do modelo de festas cívicas brasileiras que todos conhecemos.

\*

Se as festas cívicas brasileiras, rigidamente voltadas para a celebração da ordem, da autoridade e na hierarquia, são radicalmente calcadas no militarismo e no catolicismo (embora, desde alguns anos, bastante menos calcadas no catolicismo, em razão dos atritos entre a ditadura militar e o clero progressista), há uma outra festa que, de modo bastante surpreendente, também se propõe a desenvolver um programa cívico: o carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro. Quem evidencia o itinerário percorrido pelo carnaval carioca, desde suas origens remotas até a atualidade, enfatizando o período do Estado Novo, é a jornalista Dulce Tupy em Carnavais de Guerra: o nacionalismo no Samba.

Pode-se começar, por exemplo, com a Revolta da Vacina, de 1904, ponto alto da resistência da população pobre da região centro do Rio de Janeiro contra as medidas de modernização e higienização da cidade. As grandes obras públicas resultaram na expulsão sumária de multidões para os morros - em 1907, os jornais dão notícia da primeira favela, no morro de Santo Antônio. A vitória da repressão contra a revolta popular ensejou aplausos e alegorias luxuosas em homenagem ao prefeito Pereira Passos no carnaval das elites em 1906. Além de brincar o entrudo conforme a velha tradição luso-brasileira, a massa plebéia carioca apresenta neste ano ainda outra resposta, com a realização do Primeiro Congresso Operário.

Em 1912, a Marinha censura um filme nacional que focalizava a vida do cabo João Cândido, líder da Revolta da Chibata,

igualmente reprimida com selvageria pelas tropas da ordem.

Mas é em 1924 que se desencadeia um processo de apropriação do carnaval, que merece atenção de nossa parte. O escritor Coelho Neto sugere no Jornal do Brasil que os grupos carnavalescos adotem como tema para suas exibições os motivos cívicos. A sociedade carnavalesca Ameno Resedá atende ao pedido e tenta apresentar um enredo baseado no Hino Nacional, mas sofre tremendo fracasso junto a seus competidores. O primeiro-secretário do rancho publica no mesmo jornal uma carta aberta, lamentando a dificuldade de desenvolver conforme o sistema de comunicação próprio ao carnaval as imagens cívicas "que nunca foram corporificadas, mas apenas idealizadas". Coelho Neto contesta, volta a insistir e profetiza: um dia, "o Povo aprenderá alegremente, em espetáculo artísticos, a amar o Brasil através da poesia de suas lendas, dos episódios de sua história, e dos feitos de seus heróis".

Às vésperas do carnaval de 1936, em pleno período de repressão aos envolvidos na chamada Intentona Comunista, o programa radiofônico A Hora do Brasil é transmitido para a Alemanha nazista diretamente do Morro da Mangueira, iniciativa de Lourival Fontes, da Diretoria de Turismo e futuro diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, para incentivar o turismo. Por esta época, as autoridades passam a nomear a cada ano o Rei Momo, enquanto os grupos carnavalescos populares elegem, num gesto de oposição, o Cidadão Samba, alegando que o samba nasceu no morro - onde os reis nunca vão - e propondo de modo humorístico todo um programa de governo democrático durante o carnaval, antítese da política repressiva do Estado Novo.

Com a intensa preocupação do governo norte-americano em integrar o Brasil na luta contra o Eixo, as grandes indústrias do rádio, do disco e do cinema passam a exaltar um certo "tipo brasileiro" a partir do samba carioca e da exaltação regionalista da Bahia. O carnaval de 1940 mostra um primeiro ensaio de apropriação do carnaval por um programa nacionalista, ufanista, atrelado à máquina de propaganda do Estado. A Portela apresenta um enredo buscando saudar as instituições, mas o povo canta "pau na Justiça" em lugar de "Salve a Justiça".

No ano seguinte, 1941, a Portela corrige o fracasso e inaugura uma série de vitórias carnavalescas com o samba enredo 10 anos de glória, celebrando Getúlio Vargas e a si própria. Em 1942, o famoso cineasta Orson Welles vem ao Rio de Janeiro filmar o carnaval. Com a decretação de guerra contra a Alemanha, a União Nacional dos Estudantes e a Liga de Defesa Nacional insistem em

promover o carnaval, impondo um tom patriótico e guerreiro. A Portela vence mais uma vez, com o samba que diz: "Terra de liberdade, Brasil nunca usou de falsidade".

Durante os três anos de guerra, a UNE e a Liga de Defesa Nacional praticamente redigem as letras que as escolas de samba tratam de desenvolver na avenida. No primeiro carnaval após a derrota do fascismo, 1946, a Portela vence ainda uma vez com Alvorada do Novo Mundo: mundo novo em que, frente às figuras do três grandes vencidos, só há um grande vencedor, o Tio Sam.

Neste mesmo ano, uma festa cívica muito significativa, o 15 de Novembro, dia da República, é celebrado por iniciativa do jornal comunista Tribuna Popular, no estádio de São Cristovão. Um júri composto por intelectuais comunistas, presidido por Luís Carlos Prestes, avalia o desempenho de 22 escolas de samba que, tal como no carnaval, desenvolvem motivos cívicos em ritmo de samba.

Constatada a influência crescente do Partido Comunista na União Geral das Escolas de Samba (cariocas), fundada em 1934, surge em 1947, por iniciativa do major Frederico Trota, do Partido Orientador Trabalhista, a Federação Brasileira de Escolas de Samba...

A trajetória do carnaval carioca não se interrompe aqui; observe-se no entanto que permanece desde então praticamente intocado um modelo de festa que corporifica a proposta de Coelho Neto, que por sua vez evoca Jean-Jacques Rousseau. Os historiadores têm diante de si um enorme acervo de fontes primárias: os textos e alegorias das escolas de samba, acervo precioso para todos aqueles que se dispuserem a pesquisar um dos mais fascinantes fenômenos de manipulação de memória e de formação do civismo dos brasileiros.

\*

Finalizando esta sugestão para reflexão sobre os limites da produção do conhecimento histórico e o impacto das festas - cívicas ou não - sobre a memória social, é oportuno citar o historiador Sidney Chalhoub. Cabe a nós a difícil tarefa de complicar a vida. Ao explorar de modo sistemático situações não exploradas pelo senso comum, ao buscar estranhos objetos de estudo, o historiador pode criar condições para a percepção do real enquanto construção, como invenção de seres humanos em processo de interação e luta entre si. A História pode instigar a pensar o social (passado, presente, futuro) como processo tecido na contradição e na luta, e não como anestesia ou mesmice, isto é,

como ponto de chegada obrigatório de um caminho linear, harmônico, previsível. Nossas próprias vidas estão sendo continuamente inventadas, e há sempre, apesar de todas as tentativas em contrário, a possibilidade de reinventarmos nossa existência, assumir outros comportamentos, diferentes daqueles que são tão ansiosamente esperados de nós.

\*

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, Jaime de. Foliões. Festas em São Luís do Paraitinga na passagem do século (1888-1918). Tese de Doutorado em História. USP. 1987.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. SP. Brasiliense. 1986.
- DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. RJ. Zahar. 1978.
- DUVIGNAUD, Jean. Fêtes et civilisations. Paris. Weber. 1973; existe uma edição brasileira.
- OZOUF, Mona. "A festa: sob a Revolução Francesa" in LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. História: novos objetos. RJ. Francisco Alves. 1976.
- TUPY, Dulce. Carnavais de guerra. O nacionalismo no Samba. RJ. ASB. 1985.

\*





## RESENHA

RICHTER, Klaus. A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville. Florianópolis. Ed. da UFSC/Ed. da Furb.

Raquel S. Thiago \*

Entre as obras que tratam da imigração e colonização, o trabalho do Dr. Richter é de fundamental importância, principalmente no que se refere aos interesses alemães no sul do Brasil no final do século XIX.

Tal estudo não teria sido possível não fora uma série de circunstâncias que levariam o Prof. Richter a realizá-la. Uma delas é o fato de ser, o autor, nascido em São Paulo, mas filho de alemães que em 1954 retornaram à República Federal da Alemanha, possibilitando-lhe estudar História e Arquivística em universidades européias. Atualmente, desempenha as funções de Diretor do Setor de História Regional do Arquivo Estadual de Hamburgo.

Entre 1983 e 1984, o Prof. Richter foi contratado pela Universidade Federal de Santa Catarina como professor visitante, para que ministrasse cursos sobre a imigração alemã, período este aproveitado para pesquisas em arquivos catarinenses. O resultado foi a obra que ora divulgamos.

Dividida em sete tópicos, o primeiro deles revela a preocupação do autor em escapar à simples narrativa, dando lugar a uma análise que nos conduz a aspectos bastante originais para nós, brasileiros, sobre a Alemanha e seus interesses no Brasil Meridional. Para tal, consultou fontes bibliográficas alemãs, destacando-se a obra "Deutschland und Brasilien (1889-1914)" de Gerhard, Brunn, além de pesquisar em documentos do Arquivo Estadual de Hamburgo, do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e do Arquivo Histórico de Joinville.

Richter inicia seu trabalho através de uma análise do final do século XIX quando, após o grande surto emigratório de 1880/84, representantes burgueses da opinião pública, empresários e políticos, continuavam interessados na emigração, no sentido de promoverem seus interesses, calcados no imperialismo da época. Para eles, os imigrantes não deveriam perder sua etnia, cultura, língua

---

(\*) Professora de História do Brasil Contemporâneo e Formação Econômica do Brasil, na FURJ - Fundação Educacional da Região de Joinville.

e nacionalidade, para que se formassem poderosos quistos étnicos no sul do Brasil. A Intenção era juntar grande contingente de alemães que instalados em colônias agrárias, comprariam artigos importados da Alemanha. Este era o foco de maior interesse dos comerciantes alemães, segundo a análise de Richter.

Com o surgimento do personagem Karl Fabri - gerente e depois Diretor da Sociedade Colonizadora de Hamburgo - o autor estabelece um elo entre as teorias imperialistas e a prática destas aqui no Brasil. Afinal, Fabri era um ardoroso adepto do atrelamento econômico e político do Sul do Brasil à Alemanha. Assim se expressa Richter: "Fabri opinava que, com a Proclamação da República, o Brasil se dissolveria em várias repúblicas independentes. Entre outras, se constituiria uma república meridional teuto-brasileira. O Império Alemão, segundo Fabri, deveria fomentar a criação de tal Estado (...)".

No entanto, Richter vai em busca de um posicionamento, também, do Estado Alemão, personificado na figura de Bismarck, chamando nossa atenção para a perspicácia do Chanceler em assuntos externos. Este reconhecia que o Brasil não poderia fazer parte das zonas mundiais de interesse alemão, reconhecendo-o como ligado aos interesses globais dos Estados Unidos.

A seguir o autor relata os revezes financeiros enfrentados pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo e a atuação de Fabri no sentido de promover a fusão da Sociedade como uma empresa mais abastada, o que ocorreu somente após a Revolução Federalista, quando foi possível pensar-se novamente na emigração para o Sul do Brasil.

Analisando os relatórios de Heinrich Wiegand, diretor do "Norddeutsche Lloyd", companhia interessada em recuperar os lucros com a emigração após 1894, e os de Krauel, embaixador alemão no Brasil, Richter constata que para Wiegand o sul do Brasil "seria a região ideal, onde colonos alemães conseguiriam conservar língua e cultura"; verificou, também, que o Krauel era igualmente favorável à emigração alemã para as colônias do sul do país, pois estas haviam alcançado "posição econômica fortíssima em Santa Catarina, dominando o comércio de importação. Joinville seria uma cidade alemã (...)". E foram estes argumentos que convenceram o Imperador Alemão e apoiar a emigração alemã para o sul do Brasil, facilitando, assim, o surgimento, em 1897, da Sociedade Colonizadora Hanseática, resultado da fusão da antiga Sociedade Colonizadora de Hamburgo com companhias de navegação alemãs e casas comerciais ligadas ao Brasil.

Em seguida o autor passa a relatar e analisar os fatos sobre a fundação da Companhia Hanseática - sua organização, seus reveses e seu relativo sucesso, originais em vários aspectos.

O último tópico da obra de Richter envolve os aspectos relevantes sobre o quadro social da imigração alemã, e uma interessante análise sobre o perfil do colono que se aventurou pelas nossas terras entre 1890 e 1910. A partir desta leitura, poderemos iniciar um estudo sobre concretização das idéias imperialistas dos alemães no sul do Brasil. Fica aqui a sugestão...